

VIVA O VERDE SP

Produto 2.1

Avaliação Específica de Espaços Públicos
Parques Municipais da Região Norte de São Paulo





Edição 2025

Parques avaliados:

Parque Linear Bananal-Canivete

Parque Anhanguera

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes

Prefeito

Rodrigo Ashiuchi

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Wanderley de Abreu Soares

Secretário Adjunto do Verde e do Meio Ambiente

EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA)

Tamires Oliveira

Chefe de Gabinete

Rodolfo Maiche

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

Felipe de Albuquerque

Assessoria Jurídica (AJ)

Cleide Cremonesi

Assessoria de Comunicação (ASCOM)

Tatiana Coelho

Coordenação de Administração e Finanças
(CAF)

Christiane Ferreira

Coordenação de Licenciamento Ambiental
(CLA)

Gabriela Chabbouh

Coordenação de Educação Ambiental (DEA)

Rodrigo dos Santos

Coordenação de Fiscalização Ambiental
(CFA)

Liliane Arruda

Coordenação de Gestão dos Colegiados
(CGC)

Juliana Summa

Coordenação de Gestão de Parques e
Biodiversidade Municipal (CGPABI)

Rosélia Ikeda

Coordenação de Planejamento Ambiental
(CPA)

Ana Lúcia de Jesus

Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia
da Informação e Comunicação (NDTIC)

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT)

Elkin Velásquez

Diretor Regional para a América Latina e o Caribe

Rayne Ferretti Moraes

Chefe do Escritório do Brasil

Ana Elisa Larrarte

Gerente de Desenvolvimento de
Programas, Monitoramento e Avaliação

Aléxia Saraiva

Gerente de Comunicação & Advocacy

Julia Caminha

Gerente de Gestão do Conhecimento

Daphne Besen

Gerente de Programas e Relações
Institucionais

Leta Vieira de Sousa

Especialista de Resiliência e Mudança
Climática

Maria Fernandes Caldas

Especialista em Desenvolvimento Urbano
Sustentável

Tássia Regino

Especialista em Urbanização de
Assentamentos Precários e Habitação
Social

Vanessa Tenuta de Freitas

Assessora Técnica de Desenvolvimento de
Programas

Fábio Donato | Julia Rabelo | Laura Collazos | Tiago Marques

Analistas de Programas

Giselle Mansur Batista | Gustavo Aires Tiago | Pedro Araújo Patrício | Vivian Silva

Analistas de Dados

Flávia Scholz

Analista de Comunicação

Camila Nogueira

Designer Gráfico

Gabriela Güllich

Designer Gráfico Júnior

Claudia Bastos de Mello

Coordenadora Financeira

Jessica Blanco

Assistente Administrativa

Adriana Carneiro

Coordenadora de Recursos Humanos

Carina Lucena | Carolina Oliveira

Analistas de Operações

Mariana Assad

Assistente de Operações

Severino Marcelino de Azevedo

Motorista

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Jordi Sanchez-Cuenca

Coordenador de Programas

Bruna Leite

María Fernanda Godoy

Analistas de Programas

Julia Rocha

Laura Figueiredo

Assistentes de Programas

Guilherme Justino

Analista de Comunicação

Tiago Lourenzi

Assistente de Dados

REDAÇÃO

Bruna Leite

Julia Rocha

Laura Figueiredo

María Fernanda Godoy

REVISÃO FINAL

Julia Vilela Caminha

Agradecimentos

Com sua reconhecida estrutura urbana e 11,5 milhões de habitantes, São Paulo tem uma cobertura vegetal que abrange quase metade do seu território. A urbanização acelerada de São Paulo, como muitas outras cidades globais, demanda por espaços verdes públicos que garantam o exercício dos direitos humanos ao lazer, à saúde e ao meio ambiente para toda a população. Neste contexto, nos últimos anos, a capital paulista tem investido na ampliação dos parques, em formas de aprimorar os usos destes espaços e promover uma reaproximação da população com as áreas verdes.

A iniciativa Viva o Verde SP contribui para acelerar essa reaproximação do ponto de vista da população e da administração municipal ao aplicar ferramentas propostas pela Agenda 2030 e pela Nova Agenda Urbana, assim como ao trazer metodologias do Programa Global de Espaços Públicos.

O ONU-Habitat vem trabalhando com as secretarias da Prefeitura de São Paulo para promover aspectos como a governança compartilhada, a participação e o estreitamento das relações horizontais, que são fundamentais para garantir o alinhamento contínuo e a capacidade de resposta às demandas da população de São Paulo.

O Viva o Verde SP segue uma perspectiva interseccional, ou seja, orientada pela igualdade de gênero e promoção da diversidade, e visa elucidar a ação climática, valorizando a biodiversidade e os biomas locais e contribuindo com a melhoria do ambiente urbano e da saúde da população.

Este relatório nos aproxima da realidade local de dez parques municipais de São Paulo, permitindo que as ações nesses espaços respondam de forma precisa às particularidades do contexto e às necessidades da população vizinha e de visitantes, com ênfase nas mulheres e meninas, pessoas com deficiência e outros grupos vulnerabilizados. Esse enfoque é fundamental para implementar as políticas públicas de forma eficiente e sustentável.

Neste documento apresentamos os resultados da aplicação da ferramenta global Avaliações

Específicas dos Espaços Públicos do ONU-Habitat em dez parques municipais de São Paulo, priorizados a partir de uma metodologia baseada em evidência, buscando fortalecer a coesão social e a sustentabilidade ambiental dos bairros onde se inserem.

Desejamos uma boa leitura!

ONU-Habitat e Agendas Globais

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) foi criado em 1978 durante a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, a Habitat I, com o principal objetivo de promover cidades socialmente, economicamente e ambientalmente sustentáveis. O ONU-Habitat trabalha em mais de 90 países para promover mudanças transformadoras através do conhecimento, assessoria em políticas públicas, assistência técnica e ação colaborativa. Realiza investigações inovadoras e capacitação, estabelece padrões, propõe normas e princípios, partilha boas práticas, monitora o progresso global e apoia a formulação de políticas relacionadas com cidades e assentamentos humanos sustentáveis.

O ONU-Habitat fornece assistência técnica a partir de sua experiência única em urbanização sustentável e resposta a crises. Implementa projetos para fornecer apoio personalizado e de valor agregado às parcerias locais e nacionais. Colabora com governos, agências intergovernamentais, agências da ONU, organizações da sociedade civil, fundações, instituições acadêmicas e o setor privado para alcançar resultados duradouros na abordagem dos desafios da urbanização.

Desde 2015, o trabalho do ONU-Habitat tem sido realizado a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na Agenda 2030. Com 17 objetivos e 169 metas, os ODS são um plano de ação global criado para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e promover vida digna para todas as pessoas, dentro das condições que o planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.



Com o objetivo de acelerar a implementação dos ODS, em especial o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat

III) estabeleceu a Nova Agenda Urbana, em 2016. O documento assessoria os países a lidar com os desafios da urbanização e sugere como devem orientar seus esforços em prol de um desenvolvimento urbano sustentável. Também serve de orientação para ações que visam padrões globais de desenvolvimento urbano sustentável, repensando a forma como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades. Além disso, representa uma visão compartilhada para um futuro urbano melhor, em que todas as pessoas tenham direitos e acessos iguais aos benefícios e às oportunidades.



O ONU-Habitat trabalha na implementação da Nova Agenda Urbana e, especialmente, do ODS 11, a partir do estabelecimento de parcerias que têm como objetivo o fortalecimento das capacidades técnicas das entidades governamentais, em especial as locais. Essas colaborações visam a formulação de políticas e estratégias de renovação urbana que possam contribuir com o desenvolvimento das cidades.

Sobre o Viva o Verde SP

A iniciativa Viva o Verde SP é uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o ONU-Habitat, firmada com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que tem como objetivo melhorar o acesso, a inclusão e a sustentabilidade dos espaços públicos verdes na cidade de São Paulo.

O ONU-Habitat vem trabalhando com as secretarias da Prefeitura de São Paulo para promover aspectos como a governança compartilhada, a participação e o estreitamento das relações horizontais, que são fundamentais para garantir o alinhamento contínuo e a capacidade de resposta às demandas da população de São Paulo.

Uma das premissas é o processo participativo, garantindo que a tomada de decisão considere diferentes pontos de vista. Para tal, conta com uma equipe do ONU-Habitat atuando junto à SVMA e com um Grupo de Referência consultivo,

formado por representantes da sociedade civil, da academia e de especialistas técnicos. Além de capacitações, para que representantes do funcionalismo público e da sociedade civil possam contribuir, monitorar e replicar as metodologias da organização, as atividades do projeto também incluem diferentes níveis de avaliação dos parques, com equipes multidisciplinares e diversos grupos das comunidades do entorno, nos quais são realizados esforços para que grupos vulnerabilizados também participem das atividades.

O Viva o Verde SP adota uma perspectiva interseccional, orientada pela igualdade de gênero e promoção da diversidade, e visa fortalecer a ação climática, valorizando a biodiversidade e os biomas locais, e contribuindo com a melhoria do ambiente urbano e da saúde da população. A iniciativa se fundamenta em metodologias desenvolvidas pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat.

Sobre este produto

Este relatório deve ser compreendido como uma continuidade à *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024), uma vez que aprofunda em temas já diagnosticados na escala da cidade e desenvolve levantamentos específicos e complementares com foco na escala do parque e do bairro.

A *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (UN-Habitat, 2020) é uma metodologia desenvolvida pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat que consiste em uma série de atividades e ferramentas com o objetivo de compreender a qualidade dos espaços públicos e sua área de influência, tendo como premissa a incorporação da participação social durante todo o processo.

Neste relatório são apresentados os resultados da aplicação da metodologia de *Avaliação Específica de Espaços Públicos* para os parques Linear Bananal-Canivete e Anhanguera. Espera-se que as informações qualitativas e quantitativas coletadas com a comunidade sirvam de suporte para a elaboração de recomendações de gestão, projeto e políticas públicas endereçadas a estes parques.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTO	13
2. PROPOSTA METODOLÓGICA	15
2.1 AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DE ESPAÇOS PÚBLICOS	15
2.2 CIDADE DELAS	16
2.3 ESTRUTURA DA AVALIAÇÃO	17
2.4 PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS	19
3. REGIÃO NORTE	21
3.1 DIAGNÓSTICO REGIONAL.....	21
3.2 O QUE SE ESPERA DOS PARQUES DA REGIÃO NORTE APÓS A APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DE ESPAÇOS PÚBLICOS?	22
4. AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS- PARQUES MUNICIPAIS DA REGIÃO NORTE DE SÃO PAULO	23
PARQUE LINEAR BANANAL-CANIVETE	23
Entrevista	24
1. Sobre o Parque.....	26
2. Processo participativo.....	28
3. Avaliação	34
4. Diagnóstico das dimensões.....	66
5. Recomendações	68
PARQUE ANHANGUERA.....	76
Entrevista	77
1. Sobre o Parque.....	79
2. Processo participativo.....	81
3. Avaliação	87
4. Diagnóstico das dimensões.....	116
5. Recomendações	118
5. CONCLUSÃO	126
6. ETAPAS SEGUINTE	127
7. GLOSSÁRIO	128
8. ANEXOS	131
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

Figura 1: Caminhada exploratória no Parque Anhanguera



Fonte: Acervo ONU-Habitat

1. Introdução

O expressivo número de parques municipais na cidade de São Paulo é caracterizado por uma diversidade de tamanhos e formas, tipologias, contextos sociais e padrões urbanos entorno a estes locais. Essa diversidade pode ser benéfica, uma vez que permite aos parques atenderem a demandas específicas e cumprirem funções diversas, de acordo com cada contexto físico, social e ambiental no qual está inserido.

Contudo, para que estas demandas possam ser contempladas e a população possa ter suas necessidades atendidas, é necessária a condução de uma avaliação específica dos parques, que deve incluir levantamento técnico e escuta social. Isso permite o estabelecimento de prioridades para cada parque, otimizando recursos e orientando a formulação de políticas públicas, planos e projetos.

É nesse contexto que foi desenvolvida a **Avaliação Específica de Espaços Públicos**. Sucedendo a *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024), a presente Avaliação dá continuidade à anterior, aprofundando em temas já diagnosticados na escala da cidade e desenvolvendo levantamentos específicos para a escala do parque e do bairro.

A *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (UN-Habitat, 2020) é uma metodologia desenvolvida pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat que consiste em uma série de atividades e ferramentas com o objetivo de compreender a qualidade dos espaços públicos e sua área de influência, tendo como premissa a incorporação da participação social durante todo o processo.

O resultado da Avaliação é um conjunto de informações qualitativas e quantitativas coletadas com a comunidade e que servirão de suporte para a elaboração de recomendações de gestão dos parques municipais e para o desenvolvimento de projetos urbanísticos específicos, conforme necessidade. Nesse processo, os municípios recebem orientação sobre como e onde alocar recursos para a melhoria dos espaços públicos, contribuindo para o alcance do ODS 11.7:

“Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”.

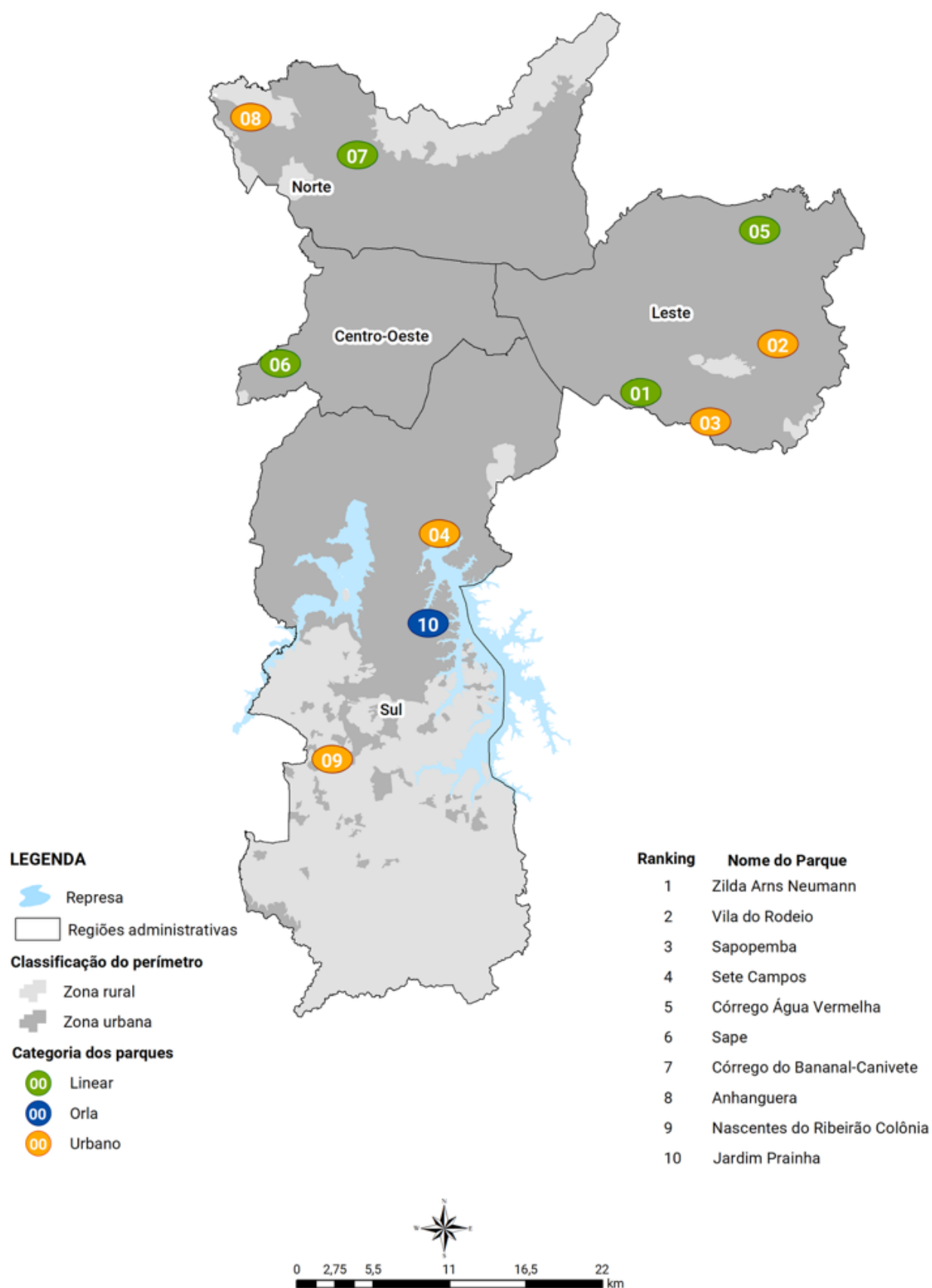
Este relatório apresenta os resultados obtidos com a aplicação da ferramenta de *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (UN-Habitat, 2020). No total foram avaliados 10 parques municipais de São Paulo (*Mapa 1*), que estão divididos em quatro cadernos, de acordo com a região político-administrativa na qual o parque está situado: Norte, Sul, Leste e Centro-Oeste.

Cada caderno apresenta, em sua introdução, os principais elementos a serem priorizados por região de acordo com os resultados obtidos na *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024). Depois, são apresentados os resultados da aplicação da *Avaliação Específica de Espaços Públicos* dos parques selecionados.

Como resultado da Avaliação são apresentadas recomendações para os parques, de acordo com os elementos de diagnóstico identificados.

O que é?	Avaliação qualitativa e quantitativa de 10 parques municipais considerados como prioritários para realização de melhorias
Como?	A partir da aplicação da ferramenta de <i>Avaliação Específica de Espaços Públicos</i> , a qual considera o levantamento de dados primários e secundários, além da condução de processos participativos para o desenvolvimento do diagnóstico e elaboração de recomendações
Por quê?	Para orientar os processos de tomada de decisão nos parques municipais, sobretudo nos aspectos de gestão do espaço e desenvolvimento de projetos

Mapa 1: Localização dos parques objeto da Avaliação Específica de Espaços Públicos



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

1.1 Contexto

O relatório de *Avaliação Específica dos Espaços Públicos* sucede duas etapas importantes da iniciativa Viva o Verde SP: a *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024) e a elaboração do Quadro de Priorização.

Ambos os relatórios foram desenvolvidos de forma a atender as recomendações do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL) (São Paulo, 2022). Dentre os princípios incorporados, destaca-se a importância de uma distribuição homogênea de parques e áreas verdes pela cidade, e a priorização de intervenções em localidades de maior situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental.

Avaliação dos Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo:

A análise realizada nesta etapa da iniciativa Viva o Verde SP teve como objetivo verificar a situação atual dos parques municipais, na escala da cidade e das regiões administrativas, considerando aspectos espaciais, sociais e ambientais. A Avaliação se deu de forma a agregar informações em caráter quantitativo e qualitativo para fornecer um diagnóstico regional com objetivo de promover melhorias nos parques municipais, construir uma base de dados para a tomada de decisão de locais prioritários para realização de intervenções, e apresentar recomendações, estratégias e recomendações para estes espaços.

Dentre os principais resultados da Avaliação, observou-se uma associação entre aspectos de vulnerabilidade socioeconômica e qualificação dos parques, uma vez que as regiões com as maiores condições de vulnerabilidades (Leste e extremo Sul) são aquelas que demandam mais infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, e mostraram ser as que possuem os parques com a menor classificação pelo Indicador de Parques (IP) (Fundação Aron Birmann, 2022). Além disso, foi observado um padrão socioespacial de periferização aplicado ao contexto dos parques, onde a região Centro-Oeste, de maior renda, apresentou melhores resultados gerais na avaliação quando comparada às regiões de menor renda, no Leste e extremo Sul.

Estes resultados reforçam a importância de priorizar intervenções em parques situados em regiões periféricas, algo que foi tido como prioridade para a seleção dos 10 parques objeto desta *Avaliação Específica de Espaços Públicos* a partir do Quadro de Priorização.

Os resultados regionais obtidos no relatório de *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024) serão apresentados de forma compilada na *Seção 3.1 Diagnóstico regional* e *Capítulo 5 Conclusão*.

Acesse a *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* e o *Resumo Executivo*:

Figura 2: Acesso Avaliação Específica de Espaços Públicos: Parques Municipais de São Paulo



QR CODE PARA
ACESSO

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Quadro de Priorização:

A partir dos indicadores adotados na *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024) foram selecionados 12 indicadores representativos e desenvolvida uma metodologia para pontuação e classificação dos 95 parques avaliados – parques municipais urbanos, de orla e lineares administrados pela SVMA. O objetivo do Quadro é fornecer justificativas técnicas para possibilitar a tomada de decisão com base em evidências.

A lista de classificação dos parques está disponível no **Anexo 1**.

Figura 3: Agente de coleta de dados fazendo a observação do Parque M'Boi Mirim para a Avaliação dos Espaços Públicos da Cidade



Fonte: Acervo ONU-Habitat

2. Proposta Metodológica

Para avaliar os parques priorizados, foram implementadas duas metodologias em 10 parques da cidade de São Paulo. A primeira é a *Avaliação Específica de Espaços Públicos*, desenvolvida pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat (UN-Habitat, 2020). A segunda, o guia *Cidade Delas* (UN-Habitat, 2022), que resulta de uma iniciativa conjunta entre o ONU-Habitat e a *The Shared City Foundation*. Ambas as metodologias são detalhadas ao longo deste capítulo. Na sequência, são apresentadas a estrutura da Avaliação e a descrição das partes interessadas, que desempenharam um papel central nos processos participativos associados a essas abordagens.

2.1 Avaliação Específica de Espaços Públicos

A *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (UN-Habitat, 2020) reúne um conjunto de ferramentas destinadas a avaliar a qualidade do espaço público e sua área de influência, estabelecendo recomendações de gestão e projeto para a melhoria desses espaços. O processo é estruturado em quatro fases, cada uma composta por atividades e ferramentas direcionados à análise de cinco dimensões e 20 indicadores.

Dependendo do contexto local, é possível adicionar e priorizar indicadores específicos. No caso da aplicação da Avaliação pelo Viva o Verde SP, foram analisadas sete dimensões e 25 indicadores apresentados sob a forma de texto, gráficos, tabelas, mapas e diagramas.

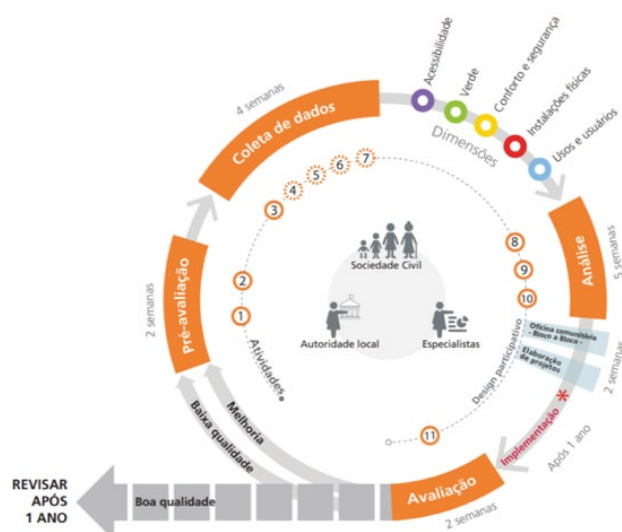
A primeira fase, chamada pré-avaliação, consiste na preparação do projeto e na pesquisa documental. Em seguida, ocorre a fase de coleta de informações, que envolve a obtenção de dados primários por meio de ferramentas como observações, entrevistas e caminhadas exploratórias, além de dados secundários obtidos por pesquisa digital e documental.

No Viva o Verde SP, ambas as fases foram iniciadas durante a *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024). Algumas ferramentas, no entanto, foram aplicadas especificamente no âmbito da Avaliação Específica, durante oficinas participativas, que serão detalhadas em um relatório dedicado.

A terceira fase refere-se à análise dos dados coletados, que inclui a realização de oficinas participativas utilizando a metodologia Bloco a Bloco (*Block by Block*, título original em inglês) (UN-Habitat, 2021), cuja aplicação será explicada em um relatório específico.

Por fim, a quarta fase consiste na avaliação dos resultados, que é apresentada neste relatório.

Figura 4: Diagrama com descrição das fases da Avaliação Específica de Espaços Públicos



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

2.2 Cidade Delas

O guia *Cidade Delas* (*Her City*, título original em inglês) (UN-Habitat, 2022) é composto por ferramentas destinadas a integrar a participação de mulheres e meninas no planejamento urbano especificamente para a adoção da abordagem de gênero na aplicação dos guias do Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat.

O guia está estruturado em três fases: a primeira, de avaliação, inclui a Avaliação Específica como uma de suas atividades principais; a segunda, de desenho e projeção de ideias, utiliza a ferramenta participativa *Bloco a Bloco*; e a terceira, de implementação, tem como objetivo orientar o projeto elaborado. O guia é apresentado em um formato digital e acessível, promovendo a participação de mulheres e meninas em todas as fases de avaliação e implementação do projeto.

Parte-se do pressuposto de que mulheres e meninas pensam a cidade de forma integrada, considerando a diversidade de usos, perfis de pessoas usuárias e suas diferentes necessidades. Isso se relaciona ao papel de cuidado socialmente atribuído às mulheres, que frequentemente assumem responsabilidades como o cuidado de crianças e pessoas idosas, além das tarefas domésticas. Essas múltiplas jornadas de trabalho contribuem para a exclusão das mulheres dos espaços e esferas públicas da cidade (CIOCOLETTO *et al.*, 2019).

Nesse contexto, o guia *Cidade Delas* (UN-Habitat, 2022) oferece ferramentas para orientar o planejamento, o design e a implementação de projetos de desenvolvimento urbano participativo, promovendo a construção de uma cidade inclusiva, que atenda às necessidades de todas as pessoas.

Figura 5: Caminhada exploratória feita com meninas no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia



Fonte: Acervo ONU-Habitat

2.3 Estrutura da Avaliação

Conforme descrito na introdução, este relatório de *Avaliação Específica de Espaços Públicos* está dividido em quatro cadernos, correspondentes às regiões avaliadas conforme a divisão adotada pela SVMA: Centro-Oeste, Leste, Norte e Sul. Em cada caderno, são avaliados os parques pertencentes à respectiva região.

Este caderno avalia a **Região Norte** e está estruturado em três partes: a primeira refere-se ao diagnóstico da região, apresentando os dados obtidos na *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024); a segunda corresponde à Avaliação Específica dos parques situado na Região Norte; e, por fim, a terceira parte apresenta as recomendações regionais baseadas na avaliação realizada, compondo a conclusão do documento.

A metodologia de avaliação utiliza três recortes espaciais para a análise: a área de influência do parque, que investiga o entorno imediato, a escala interna do parque, que avalia aspectos dentro de seu perímetro, e a bacia hidrográfica do parque, que avalia aspectos ecológicos. Na *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024), a área de influência foi definida com base na mobilidade ativa do pedestre, considerando um critério temporal de até 15 minutos de caminhada.

Figura 6: Definição do perímetro da área de influência dos parques



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Já a avaliação territorial em escala de bacia hidrográfica é essencial para entender a dinâmica ecológica, conectividade e impactos ambientais dos parques. Permite identificar cursos d'água, pressões sobre atributos hídricos, potencial de biodiversidade, integração com sistemas naturais e o papel do parque na mitigação de problemas ambientais e climáticos.

A segunda parte do relatório, referente à Avaliação, é composta por cinco seções:

1. Sobre o parque: apresenta informações gerais e o histórico do parque;
2. Processo participativo: descreve as iniciativas que envolveram a comunidade na Avaliação, bem como as contribuições de cada parte interessada;
3. Avaliação: análise do parque e área de influência, detalhada nas seguintes dimensões:
 - 3.1. **Pessoas no parque e área de influência:** caracterização urbana e demográfica da área de influência do parque, e investigação da diversidade de usos e perfis das pessoas usuárias do parque;
 - 3.2. **Acessibilidade:** descrição dos meios de deslocamento disponíveis e grau de utilização pelas pessoas frequentadoras, avaliação das infraestruturas de acesso e análise da distribuição de mecanismos que asseguram a acessibilidade universal em todo o parque;
 - 3.3. **Instalações e mobiliário:** avaliação da distribuição e da qualidade do mobiliário urbano, dos equipamentos e das infraestruturas disponíveis no parque;
 - 3.4. **Segurança:** análise da percepção de segurança das pessoas frequentadoras, com relação aos locais identificados como inseguros dentro do parque, aos registros criminais na área de influência e à disponibilidade de equipamentos de segurança no parque;
 - 3.5. **Conforto e ambiente:** avaliação da distribuição e qualidade dos elementos de conforto ambiental, bem como da reputação do parque na percepção das pessoas frequentadoras;
 - 3.6. **Ambiente verde e azul:** descrição do potencial de conectividade do parque, sua importância ecológica e os serviços ecossistêmicos que oferece, além da

análise das medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas adotadas no parque e pela comunidade;

- 3.7. **Governança:** investigação da presença de atividades e equipamentos externos promovidos por iniciativas públicas ou comunitárias, análise da atuação do conselho gestor do parque e avaliação da distribuição e aplicação dos investimentos públicos.

4. Diagnóstico: sistematização da avaliação dimensional;
5. Recomendações: elaboração de recomendações de gestão a partir do diagnóstico sistematizado.

As informações apresentadas no diagnóstico da Região Norte foram baseadas em dados primários e secundários, coletados desde o início das atividades da equipe do Viva o Verde SP. Os dados primários foram obtidos por meio de:

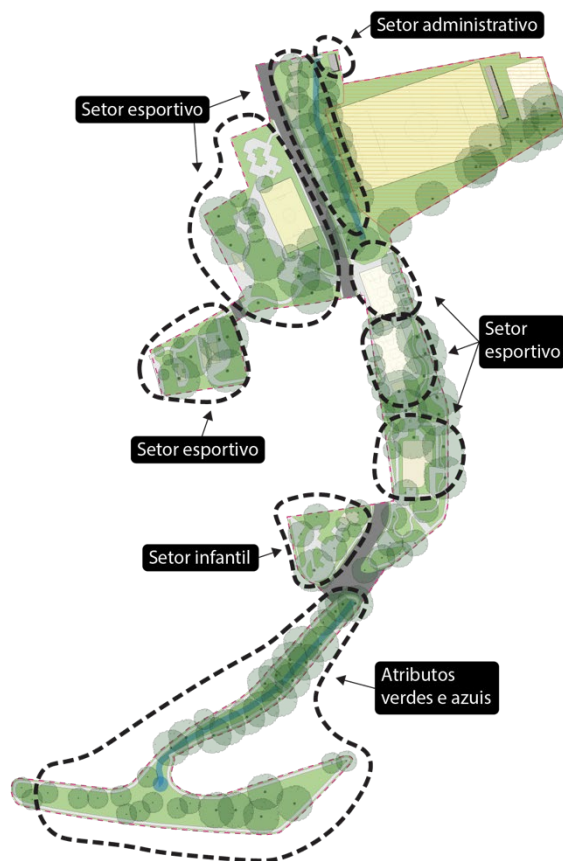
- Questionários de observação e entrevistas com pessoas gestoras, aplicados entre outubro e dezembro de 2023 na *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* ONU-Habitat, 2024);
- Questionários e consultas individuais com as pessoas gestoras dos 10 parques avaliados;
- Consultas específicas com representantes da SVMA;
- Entrevista estruturada aplicada às pessoas frequentadoras durante a **oficina aberta** realizada no parque, conforme descrito na *Seção 2.4: Participação das Partes Interessadas*.

Os dados secundários foram obtidos através da investigação de estudos presentes no acervo da SVMA, assim como bases de dados públicas.

A coleta de dados de observação das infraestruturas na escala do parque foi realizada por meio de sua divisão em setores (ver *Figura 7*). Cada setor representa um uso específico, agrupando equipamentos e infraestruturas com características semelhantes, como áreas infantis, esportivas, administrativas, sanitárias, entre outras. Essa abordagem possibilitou uma análise mais detalhada e segmentada do parque, considerando as diferentes formas de apropriação e equipamentos ofertados pelo espaço.

Dessa forma, ao abordar as dimensões de análise na escala do parque, é fundamental reconhecer que a organização interna é estruturada com base na divisão desses setores.

Figura 7: Exemplo de representação dos setores no Parque Linear Sapé



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

2.4 Participação das Partes Interessadas

A metodologia de *Avaliação Específica de Espaços Públicos* tem como fio condutor de todas suas atividades a aplicação de ferramentas participativas junto a diversas **partes interessadas** do local selecionado. O intuito é consolidar um processo participativo ao longo da Avaliação, no qual as necessidades da comunidade sejam ouvidas e consideradas no diagnóstico e recomendações posteriores.

No caso dos 10 parques priorizados para receberem a Avaliação Específica, foi realizada uma convocatória não apenas para pessoas frequentadoras e atores-chaves que fazem vida nos parques municipais. Também, foram procurados outros grupos do entorno que poderiam se vincular com a área verde com maior frequência e qualidade.

Mas, por que é importante incorporar as comunidades nas avaliações específicas de espaços públicos? Essa pergunta foi respondida pelo grupo de mulheres lideranças da sociedade civil e pelo grupo de pessoas funcionárias que participaram da capacitação e Avaliação. Entre os seus depoimentos, destacamos que “mais que importante, é essencial” e entre as justificativas colocadas estavam: a necessidade de que as propostas do poder local contemplem as opiniões das pessoas que moram para que sejam adequadas às realidades locais; o lembrete de que é um direito das comunidades exercer essa participação e serem escutadas; e a importância de entender os lugares em função das atividades comunitárias existentes e potenciais. Todas as pessoas concordaram que a incorporação das comunidades nos processos participativos estimula a sensação de pertencimento, o cuidado do espaço público e a apropriação local.

O que significa “partes interessadas”?

São todas as pessoas, grupos ou organizações chaves que podem ser afetadas ou beneficiadas, diretamente ou indiretamente, por um projeto, ação ou intervenção.

A inclusão nos espaços de planejamento e avaliação de espaços públicos é também realizar esforços para superar a participação de forma genérica. A busca por diversidade e especificidades de agentes e dinâmicas é fundamental para o entendimento de cada território.

Com esse propósito, para acompanhar as Avaliações Específicas foram definidos quatro grupos alvos no planejamento do processo participativo:

Figura 8: Grupos alvos participantes da Avaliação Específica de Espaços Públicos			
Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Mulheres Lideranças da Sociedade e Civil ¹	Pessoas Funcionárias da Prefeitura de São Paulo ¹	Meninas Adolescentes estudantes de Centros Educacionais Unificados (CEUs) ²	Pessoas Frequentadoras dos parques ²

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

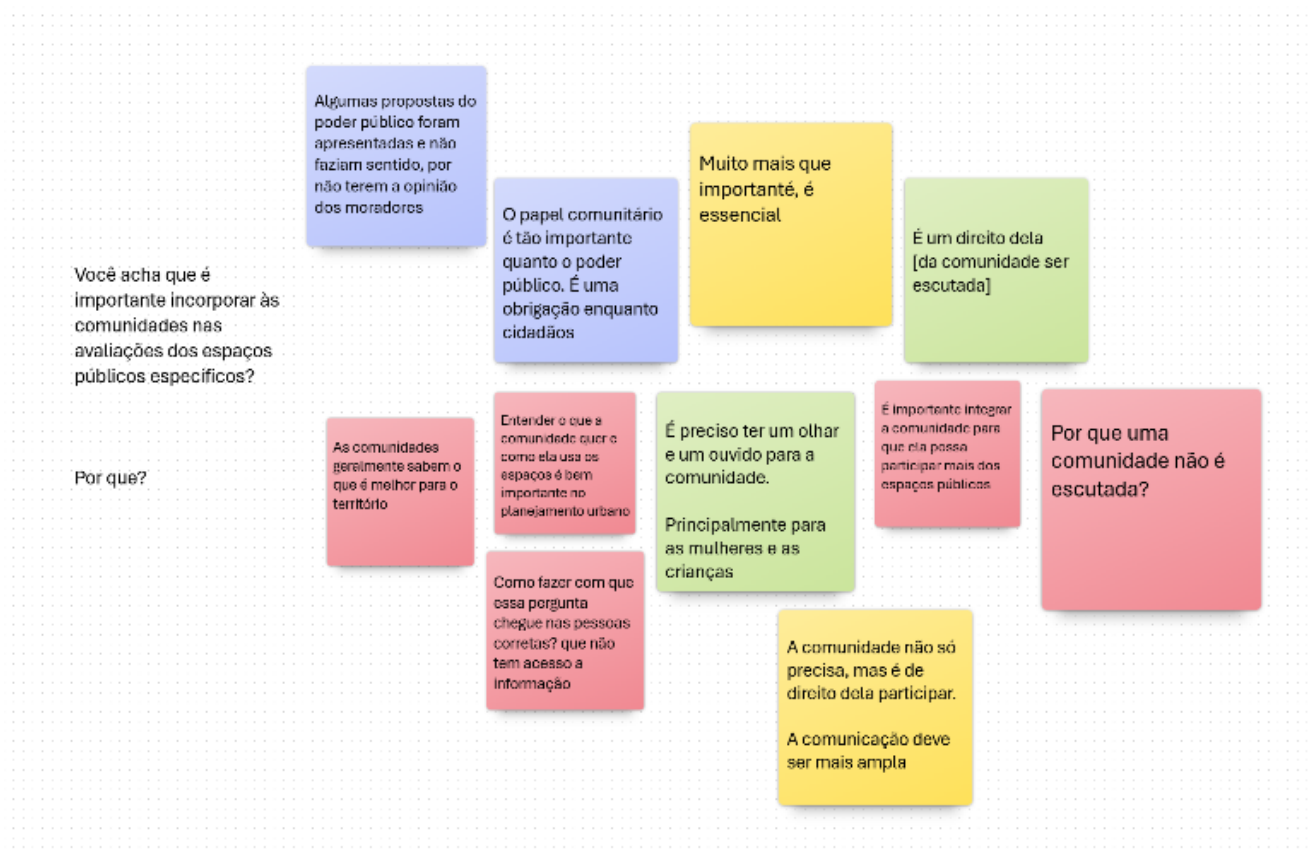
Estes grupos, de características diferentes, foram protagonistas das seguintes atividades participativas vinculadas a Avaliação Específica:

1. **Capacitação nas ferramentas do ONU-Habitat: Avaliação Específica de Espaços Públicos e Bloco a Bloco¹:** formação contínua dos grupos 1 e 2, envolvendo aulas teóricas e práticas, com participação na aplicação das ferramentas;
2. **Oficina bloco a bloco²:** aplicação da ferramenta Bloco a Bloco com o grupo 3;
3. **Oficina aberta²:** aplicação da ferramenta de matriz Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) e aplicação de entrevistas estruturadas com o grupo 4.

¹ O detalhamento metodológico da capacitação e do envolvimento dos grupos 1 e 2 se encontra no relatório *Capacitação nas ferramentas do ONU-Habitat: Avaliação Específica de Espaços Públicos e Bloco a Bloco* (ONU-Habitat, 2025).

² O detalhamento metodológico das oficinas bloco a bloco e aberta e o envolvimento dos grupos 3 e 4 se encontra no relatório *Oficinas participativas Bloco a Bloco e Abertas realizadas nos dez parques municipais priorizados de São Paulo* (ONU-Habitat, 2025).

Figura 9: Painel feito junto às mulheres lideranças que participaram da capacitação “Metodologias ONU-Habitat”



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

3. Região Norte

A Região Norte possui a segunda menor densidade demográfica e o segundo maior número de habitantes (2.380.771) da cidade. É onde se situa o Parque Estadual da Cantareira, uma das maiores florestas urbanas de mata tropical nativa do mundo. A cidade se estendeu até as bordas do parque, sobretudo a partir da década de 1960.

3.1 Diagnóstico regional

No momento da realização da *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024), a Região Norte contava de 13 parques municipais, sendo a região com o menor número de parques, ainda que supere a Região Centro-Oeste em área total que os parques representam. Dentre a tipologia destes parques, 11 são da categoria urbano e um da categoria linear, sendo este o Parque Linear Bananal-Canivete que integra a Avaliação.

Conforme definição do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo (São Paulo, 2024), o parque urbano é definido como um parque localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, e de oferecer equipamentos de lazer à população.

Já o parque linear é associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública.

Considerando o reduzido número de parques na região, é de extrema importância garantir a qualidade destes espaços. Contudo, de acordo com as notas obtidas pelo Indicador de Parques (Fundação Aron Birmann, 2022), há espaços com baixas pontuações, especialmente aqueles situados no extremo norte da região. É onde se encontram os índices de caminhabilidade mais baixos dentro da área de influência. Ainda em relação à **acessibilidade**, todos os parques possuem elementos que comprometem os acessos em suas entradas, sendo que aproximadamente metade dos parques (46%) possui acessibilidade inadequada em seus

setores internos, apontando para a necessidade de priorização de investimentos nesse quesito.

Dentre as regiões, é a que apresenta os menores problemas de **segurança** de acordo com as pessoas entrevistadas, o que pode estar associado à maior frequência de mulheres registradas nestes parques (Safer Parks Consortium, 2023), uma vez que, junto com a Região Sul, possui o maior percentual de mulheres frequentando os espaços de acordo com entrevistas. Apesar disso, apresenta o maior percentual de situações **vandalismo** reportadas pelas pessoas gestoras do parque.

Apresenta os maiores índices de **biodiversidade** nativa e serviços ecossistêmicos providos pela biodiversidade, porém **baixa pontuação no índice de governança**, o que sugere a necessidade da elaboração de programas e atividades específicos de viés ambiental. Também em relação à biodiversidade, há **potenciais conectividades vegetais a serem fortalecidas**, associando o Parque Estadual da Cantareira, com o Refúgio de Vida Silvestre Anhanguera e outros parques municipais do extremo norte.

Relacionado à governança, 1/3 dos parques não possui conselho gestor eleito, o que pode significar um **baixo grau apropriação social** nos parques da região.

3.2 O que se espera dos parques da Região Norte após a aplicação da Avaliação Específica de Espaços Públicos?

Considerando que o diagnóstico da Região Norte aponta principalmente para a melhoria na manutenção, segurança, governança para a biodiversidade e promoção de acessibilidade, espera-se que a Avaliação Específica possa auxiliar no alcance dos seguintes resultados:

-A pontuação dos parques da Região Norte no Indicador de parques aumente progressivamente, ano a ano, especialmente dentre os parques situados no extremo Norte;

- Os parques da região possuam alto grau de conectividade ecológica, especialmente com corredores que conectam aos parques Anhanguera e Estadual da Cantareira;

- Haja atividades frequentes nos parques de engajamento, educação e conscientização ambiental;

-Tanto o acesso quanto o interior dos parques sejam adequados a pessoas com deficiência;

-O incremento no número de agentes de segurança, a melhoria na manutenção dos equipamentos e o maior grau de apropriação social reduzam as ocorrências criminais nos parques;

-Todos os parques possuam conselho gestor ativo e engajado nas atividades.

4. Avaliação Específica dos Espaços Públicos- Parques municipais da Região Norte de São Paulo

Parque Linear Bananal-Canivete

Figura 10: Imagem do parque Bananal-Canivete



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Entrevista

Figura 11: Ailton Cabral da Silva, 68 anos, trabalhador do Parque Bananal-Canivete



Fonte: Acervo ONU-Habitat

“Esse parque (Bananal-Canivete) é a minha segunda família. Tem a minha família em casa, e eu deixo a de casa para vir [...] me dedicar totalmente ao parque”

Ailton Cabral da Silva, 68 anos, trabalhador do Parque Bananal-Canivete

ajudem a manter o parque limpo e acolhedor, promovendo um ambiente de respeito mútuo. Ele espera que as atitudes positivas prevaleçam, construindo um espaço onde todos cuidem juntos do que é de todos, valorizando o parque como seu próprio "quintal".

O Ailton Cabral da Silva, popularmente conhecido como Sr. Ney, é um trabalhador entusiasta e ao longo de uma vida dedicado ao Parque Bananal-Canivete. Quando perguntado sobre o que mais gosta no local, ele responde com um enfático “Tudo!”. Sr. Ney aprecia cada detalhe, da limpeza à poda das árvores, e considera seu trabalho de manutenção como algo feito com carinho e respeito à comunidade. Para ele, o parque é mais do que um local de trabalho: é um lugar onde ele se sente útil, necessário e conectado com o público.

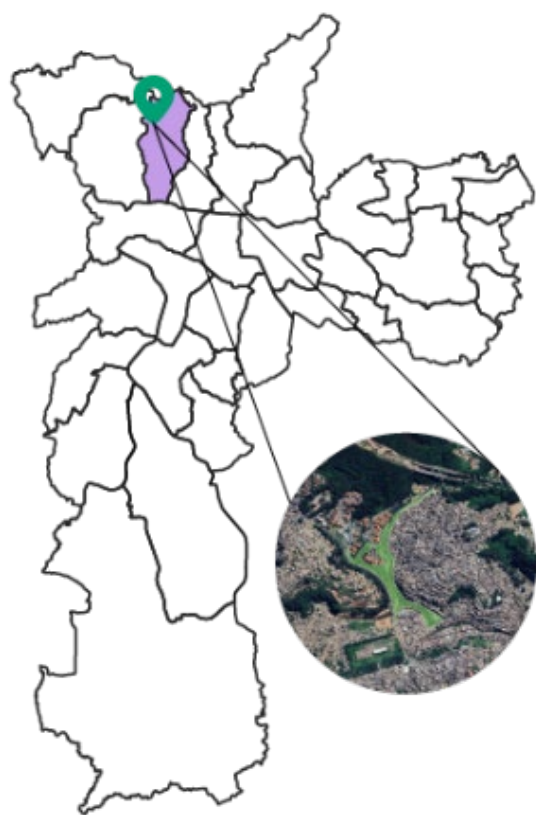
Para Ney, o parque representa muito mais que um espaço público, ele o vê como uma "segunda família". Ele se dedica ao parque com o mesmo cuidado e atenção que dedica à sua própria casa, chegando a considerar os frequentadores e colegas de trabalho como seus parentes. Sr. Ney valoriza o ambiente agradável que o parque oferece e acredita que o local proporciona uma extensão da casa não só para ele, mas também para a comunidade. Um espaço onde todas as pessoas – todas, ele enfatiza - têm liberdade para ir e vir com respeito e igualdade. Ele reconhece que há pessoas que valorizam o parque e outras que não o prezam tanto, mas ressalta que, para a maioria, o parque significa liberdade, respeito e acolhimento.

Sr. Ney deseja um futuro em que as pessoas desenvolvam uma maior consciência sobre a preservação do parque. Ele observa que alguns visitantes ainda deixam resíduos e trata esse comportamento com orientação e educação, incentivando-os a ver o parque como uma extensão de suas casas. Seu desejo é que todos

1. Sobre o Parque

O Parque Linear Bananal - Canivete está localizado no distrito Brasilândia, na subprefeitura Freguesia do Ó – Brasilândia. As regiões que fazem limite com o parque estão classificadas com vulnerabilidade alta e muito alta, conforme o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), à exceção do setor norte, onde está localizado o Complexo de Parques Bordas da Cantareira (São Paulo, 2025).

Figura 12: Mapa de localização do Parque Linear Bananal - Canivete em relação ao município e região



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A área do entorno ao parque é caracterizada pela carência de equipamentos de lazer e cultura e pouca presença de equipamentos públicos de esporte. Em termos de população, o distrito é um dos mais populosos do município, majoritariamente composto por mulheres, mas com porcentagem próxima à de homens, e possui metade de pessoas pretas e pardas e altíssima concentração de jovens -- mais de 45% (Rede Nossa São Paulo, 2023).

Tabela 1: Ficha introdutória do parque

Nome	Parque Linear Bananal - Canivete
Area total	49.666,47 m²
Ano de inauguração	2010
Categoria	Linear
IP 2022	1.87/5
Nota no Quadro de Priorização	2.61/10
Endereço	Av. Dep. Cantídio Sampaio e Av. Hugo Ítalo Merigo – Jardim Damasceno
Horário de funcionamento	Aberto 24h
Distrito	Brasilândia
Subprefeitura	Freguesia do Ó - Brasilândia

O parque se constitui em função de dois corpos d’água que se encontram quase perpendicularmente. No sentido leste-oeste, e atravessando quase todo o distrito, se localiza o Córrego Bananal, o qual é renomeado como Córrego da Onça a partir da Av. Dep. Cantídio Sampaio; no sentido norte-sul, está situado o Córrego Canivete, que acompanha o desenvolvimento da maior parte do parque. Sua declividade é baixa no sentido longitudinal, e abrupta na área central do parque, na ramificação do terreno até o cruzamento com a Rua Jose Eduardo Pereira II.

Os principais equipamentos que o parque oferece são um campo de futebol, pista de skate, aparelhos de ginástica, parquinho infantil, mesas de ping-pong e passeios ao redor do córrego. Por ser um parque linear, ele não é gradeado e, em consequência, não tem acessos definidos.

1.1 Histórico

O Parque Linear Bananal – Canivete foi implantado no ano 2010 em parceria entre a Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), a subprefeitura e a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), com o intuito de conter a ocupação urbana sobre as áreas de conservação da região. O projeto contemplou a recuperação do Córrego Canivete, margens canalizadas com gabião, estabilização dos taludes, continuação de calçadas e relocação de população em área de risco. Antes do parque, sobre o córrego moravam famílias expostas a esgoto à céu aberto, numa rua precária sem calçadas nem pavimentação (São Paulo, 2024b; Nagano; Gonçalves, 2018).

A empresa responsável pela obra do parque contratou pessoas moradoras do entorno para sua execução, as quais, após finalizar a obra, continuaram trabalhando no parque, fazendo parte das equipes de manutenção. Essa iniciativa criou vínculos entre o poder público e a comunidade em volta, se convertendo essas

pessoas funcionárias nas principais protetoras do parque. Em geral, a população local aumentou seu senso de pertencimento com o bairro e cidadania a partir da implantação do parque e da reurbanização que fez parte do projeto (Nagano; Gonçalves, 2018).

Figura 13: Imagem do Parque Linear Bananal - Canivete



Fonte: Acervo ONU-Habitat

2. Processo participativo

Na Avaliação Específica de cada parque, os quatro grupos-alvo mencionados na [Seção 2.4 Participação das partes interessadas](#) fizeram parte das diversas atividades participativas propostas. Estas ações foram baseadas nas metodologias ONU-Habitat *Bloco a Bloco* (UN-Habitat, 2021) e *Cidade Delas* (UN-Habitat, 2022), somadas às ferramentas disponíveis na guia de Avaliação Específica de Espaços Públicos, adaptadas ao contexto e características da cidade de São Paulo.

2.1 Partes interessadas envolvidas

No caso do Parque Linear Bananal-Canivete, a busca por grupos que fizessem vida no parque e lideranças da região para contribuir com a Avaliação foi articulada, no início, a través da organização da sociedade civil Avant Garden, pertencente ao Grupo de Referência, a qual já tinha realizado projetos educativos na região.

O **primeiro grupo** alcançado foi uma **liderança feminina** convidada a fazer parte do grupo de capacitação da sociedade civil sobre metodologias do ONU-Habitat, formado por apenas público do gênero feminino e com mais de 18 anos.

O **segundo grupo** alcançado foram **pessoas funcionárias** da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), principalmente da SVMA, que estivessem envolvidas com algum dos 10 parques priorizados, seja na gestão dos parques ou na área de projetos e obras. No caso específico do Parque Linear Bananal - Canivete, participaram de um trabalhador do parque e o coordenador da Região Norte da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU).

O **terceiro grupo** participante da Avaliação foram **seis meninas adolescentes, entre 10 e 15 anos de idade, e uma professora** do CEU Paz, as quais participaram na oficina bloco a bloco, dirigida exclusivamente a esse público escolar.

O último e **quarto grupo** convocado a participar foram **pessoas frequentadoras** que se

aproximaram à oficina aberta realizada no parque. Nessa atividade, foi aplicada a ferramenta de matriz Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) com mais de 14 pessoas de diferentes idades e gêneros, sendo todas elas moradoras do entorno imediato. Este grupo também participou de entrevistas estruturadas, nas quais contribuíram 13 pessoas no total.

Figura 14. Pessoas participantes da oficina bloco a bloco do Parque Linear Bananal-Canivete



Figura 15. Meninas adolescentes elaborando sua proposta para o Parque Linear Bananal - Canivete



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Figura 16: Pessoas funcionárias da PMSP no Parque Linear Bananal-Canivete utilizando a ferramenta de observação para a Avaliação



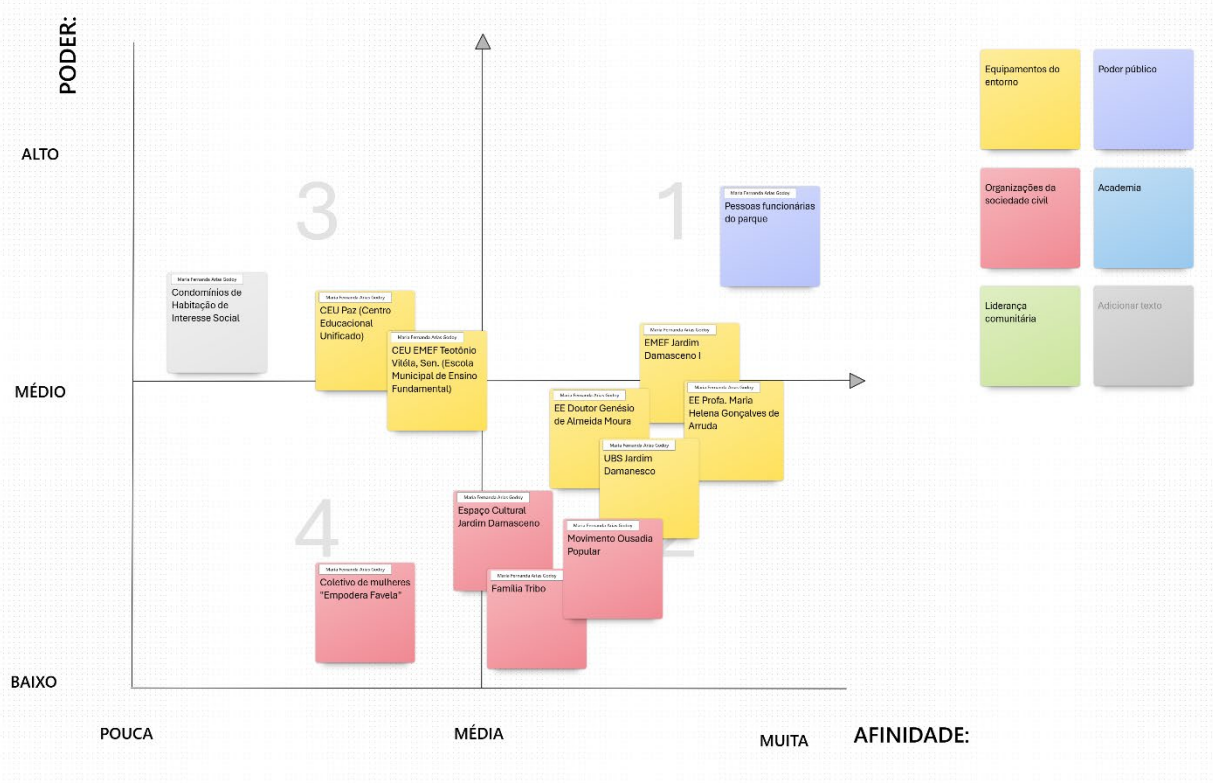
Fonte: Acervo ONU-Habitat

2.2 Principais contribuições

O primeiro grupo, constituído por uma liderança feminina da região, contribuiu com a articulação e facilitação dos exercícios práticos realizados na oficina bloco a bloco. A partir de reuniões e indicações dessa liderança, foi possível a construção do mapeamento das partes

interessadas do parque. No diagrama, é percebido que os principais grupos afetados pelo deterioro ou que seriam beneficiados com a requalificação do parque são os usuários dos equipamentos públicos de educação e saúde, e organizações da sociedade civil que atuam no bairro.

Figura 17. Mapeamentos das partes interessadas do Parque Linear Bananal-Canivete, a partir das perspectivas das lideranças femininas participantes da Avaliação



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O segundo grupo, o das pessoas funcionárias municipais, forneceu informações técnicas e de gestão do parque ao longo das atividades participativas da Avaliação. Elas apoiaram na recepção no parque das atividades com os diversos grupos participantes. Outras duas pessoas vinculadas à coordenadoria da Região Norte da Divisão de Implantação, Obras e Projetos (DIPO) validaram, preliminarmente, algumas das recomendações propostas no processo.

Dos últimos dois grupos, foram coletadas e sistematizadas contribuições de viés qualitativo, categorizadas em **sentimentos** suscitados pelo parque, **problemas**, **potencialidades**, **soluções** e **desejos** para ele. Também foram priorizadas as principais ações necessárias para sua requalificação e ativação em termos de usos e gestão.

Figura 18. Nuvem de palavras dos sentimentos suscitados pelo parque para as participantes da caminhada exploratória



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Cheiro ruim, calor e frescor foram os principais sentimentos destacados pelas pessoas participantes das atividades de percepção no parque. Elas percebem o parque como um local tranquilo, bom para fazer caminhadas ou passear aos cachorros; um local amplo com muito espaço livre para realizar diversas atividades. Foi destacada a importância para a região de ter um espaço para famílias como o Parque Linear Bananal-Canivete, a qual carece de opções de lazer e espaços públicos.

O parque é visto como um local com boa conectividade com o seu entorno, cujas três pontes sobre o córrego contribuem com a continuidade dos seus percursos. A presença de equipes de manutenção realizando a limpeza, ter árvores plantadas – ainda que em crescimento, a alta utilização do campo de futebol e da quadra, e a possibilidade de parcerias com associações, movimentos sociais, escolas e outros equipamentos públicos do entorno, foram também elementos positivos observados

Outros aspectos destacados nas percepções das pessoas participantes das dinâmicas da Avaliação foi a ocorrência de furtos, o trânsito indevido de motocicletas, o aumento de pessoas usuárias de droga e a percepção de insegurança em geral.

A poluição do córrego, o cheiro de esgoto, e a existência de lixo, dejetos de animais e descarte irregular, somado a falta de lixeiras e a atração de animais peçonhentos pela sujeira, foram também preocupações apontadas pelas pessoas participantes.

Foi relatado que existem outros tipos de animais soltos pelo parque (cavalos, cabras, porcos e cachorros), cujo presença pode representar insegurança e riscos para as pessoas frequentadoras e para os próprios animais. Por outro lado, o uso frequente de pipas e de bicicletas sem regulação, criando conflitos com os pedestres, e de carros de estacionados dentro do parque foram também problemas indicados.

Sobre a infraestrutura foi mencionado que o campo de futebol precisa de melhorias (grama sintética), assim como os brinquedos, aparelhos de ginástica, bebedouros e iluminação, além de precisar de manutenção. A quantidade destes elementos também precisa ser acrescentada. Ainda que tenha sido constatado que existe limitação de espaço no parque para novos equipamentos de grande porte, foi destacada a falta de equipamentos em geral, especialmente de espaços para brincar – espalhados pelo parque, bancos ao redor do ponto de ônibus, sanitários e sede administrativa.

Figura 19. Principais problemas e potencialidades expressados pelas pessoas participantes da Avaliação

Problemas – Pontos Negativos
• Ocorrência de furtos. • Percepção de insegurança em geral. Não há equipe de vigilância fixa • Trânsito de motocicletas • Presença de pessoas usuárias de droga • Presença maior de adultos do que crianças • Córrego poluído, gerando mau cheiro • Presença de lixo e descarte irregular. População do entorno descarta resíduos no parque • Presença de dejetos de animais • Falta de lixeiras • Sujeira do parque e do córrego atrai animais peçonhentos • Presença de animais soltos (cavalos, cabras, porcos e cachorros). Cavalos pastando, gerando insegurança e causando atropelamentos • Regulação do uso de pipas • Regulação do uso de bicicletas. • Falta faixa para ciclistas • Carros estacionados dentro do parque, dificultando a passagem de pedestres • Falta de melhoria no campo de futebol (grama sintética) • Faltam aparelhos de ginástica • Faltam brinquedos e espaços para brincar (especialmente na parte central do parque) e manutenção dos existentes • Faltam bebedouros e manutenção dos existentes. Suspeita de solo contaminado desestimula seu uso. • Falta iluminação. • Faltam bancos, especialmente ao redor do ponto de ônibus • Limitação do parque para equipamentos de grande porte • Falta sede administrativa • Poucas árvores e flores. • Problemas no solo do parque
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A partir desses sentimentos, problemas e potencialidades detectadas pelas pessoas participantes das atividades da Avaliação Específica, foram propostos por elas mesmas **soluções e desejos para o Parque Linear Bananal – Canivete**.

Sobre o **ambiente** do parque foi colocado como prioritária a retirada do mau cheiro do córrego, a partir da sua despoluição. A implementação de mais árvores, flores e hortas, acessíveis para pessoas em cadeira de rodas e outras PcD, foram também sugestões.

Potencialidades – Pontos Positivos
• Lugar bom para realizar caminhadas • Lugar bom para passear com o cachorro • Espaço importante para recreação familiar, em uma região com carência de opções de lazer • Boa conectividade com o entorno • Presença da equipe de limpeza • Ter árvores plantadas, ainda que em crescimento • Campo de futebol e quadra muito utilizados • Potencial para realização de ação educacional sobre a poluição do córrego e outros temas ambientais • Potencial para parcerias com associações, movimentos sociais, escolas e outros equipamentos públicos do entorno • Conexão com parques previstos no Plano Diretor Estratégico (PDE)

Sobre a **infraestrutura do parque** foram propostos elementos de comunicação visual (painéis informativos, interativos e acessíveis, como mapas do parque), mobiliários e elementos lúdicos (fontes interativas, mesas de jogos, parques naturalizados, brinquedos acessíveis e para pessoas de todas as idades), locais para descanso (bancos e redários – “para que pessoas idosas possam descansar”) e outras atividades de lazer (como quiosques para eventos e churrasqueiras). Foram também solicitados equipamentos relacionados ao funcionamento do parque como postes de iluminação, bebedouros, torneiras, contentores e latas de lixo reciclável, cachorródromo, paraciclos, espaço construído para administração e banheiros, estes últimos com alta prioridade.

Colocar uma cerca para impedir que os animais entrem no parque, quadras de basquete e de vôlei e pavimentação adequada para passear com carrinhos de bebê, foram também desejos que surgiram durante as oficinas.

Sobre os **usos e a gestão** do parque, foi mencionada a importância de fornecer mais atividades em geral e especialmente para meninas, estimulando a democratização das instalações esportivas para diversos gêneros e faixas etárias. Também, foi levantada a relevância de aumentar a equipe de segurança e realizar a manutenção do parque com maior frequência. Ainda, a promoção de grupos de caminhada, piqueniques e plantios coletivos, estantes de troca de livros foram também desejos expressados pelas pessoas participantes

Figura 20: Oficina no Parque Linear Bananal - Canivete



Fonte: Acervo ONU-Habitat

3. Avaliação

As Seções 3.1 a 3.7 apresentam os principais resultados obtidos com a aplicação da *Avaliação Específica de Espaços Públicos*, sendo cada Seção correspondente a uma dimensão de análise.

3.1 Caracterização urbana da área de influência

A área de influência do Parque Linear Bananal-Canivete se caracteriza por alta vulnerabilidade, ainda que com uma diversidade em sua morfologia urbana. Ao norte do parque, estão concentrados empreendimentos multifamiliares verticais.

A oeste do parque, há uma grande barreira física marcada por desnível acentuado, o que resultou na eliminação do traçado da área de influência nessa direção. Já na parte leste do parque, predominam os núcleos urbanos informais e/ou favelas, e se caracterizam pelo perfil residencial unifamiliar de um a dois pavimentos, com predomínio de autoconstrução. Na região, há comércio de caráter local situados nas vias de maior circulação.

A atividade mista é comprovadamente um elemento de promoção de sensação de segurança no espaço público (Jacobs, 2011), espacialmente para meninas e mulheres.

Figura 21: Tipologia urbana predominante



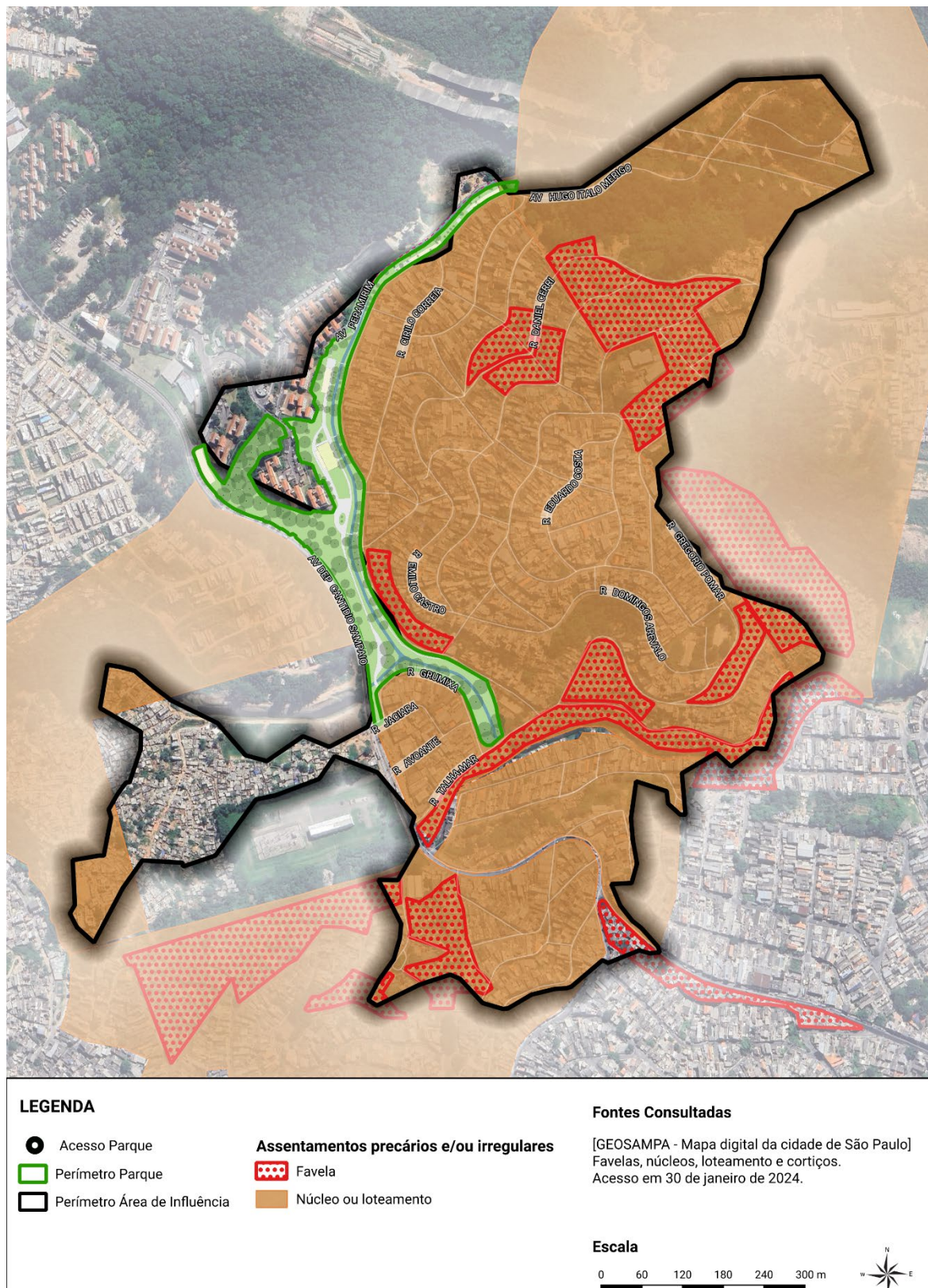
EM PRODUÇÃO

Figurinha representando um bairro com residências de até 2 pavimentos em autoconstrução, "núcleos" com habitação vertical e favelas.

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Seguindo a tipologia urbana predominante da área de influência, os lotes que estão situados em frente ao parque são majoritariamente residenciais unifamiliares.

Mapa 2: Núcleos urbanos informais na área de influência



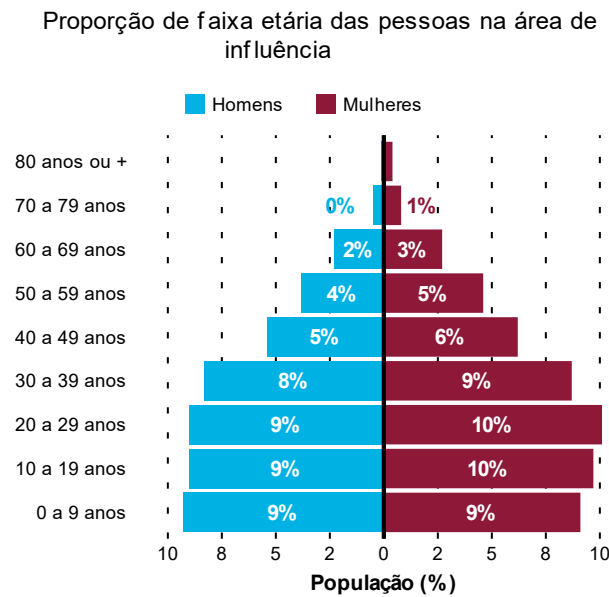
Fonte: Adaptado de GeoSampa, 2024. Elaboração própria, ONU-Habitat

3.1.2 Pessoas no Parque Linear Bananal-Canivete e na sua área de influência

A caracterização das pessoas que vivem na área de influência e frequentam o parque é fundamental para compreender quais os perfis predominantes e como o parque pode atender às necessidades específicas destes grupos.

De acordo com dados do Censo 2010 (IBGE, 2010), a faixa etária predominante das pessoas na área de influência é de crianças entre 10 e 19 anos e jovens e adultos, nas faixas de 20 a 29 anos, com uma quantidade maior de mulheres.

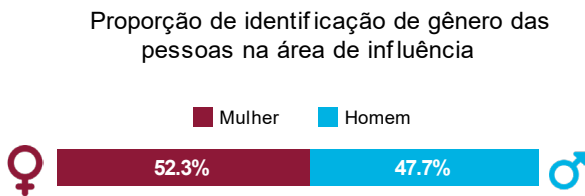
Gráfico 1: Faixa etária das pessoas na área de influência



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Das 13.765 pessoas que vivem dentro da área de influência do parque, predominam as mulheres, com 52% do sexo feminino e 48% masculino.

Gráfico 2: Gênero das pessoas na área de influência

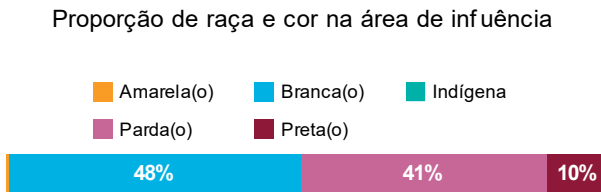


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação ao perfil de cor e raça das pessoas que vivem na área de influência, mais da metade

são pretas ou pardas (51%), enquanto 48% se autodeclararam brancas.

Gráfico 3: Perfil de cor ou raça das pessoas na área de influência

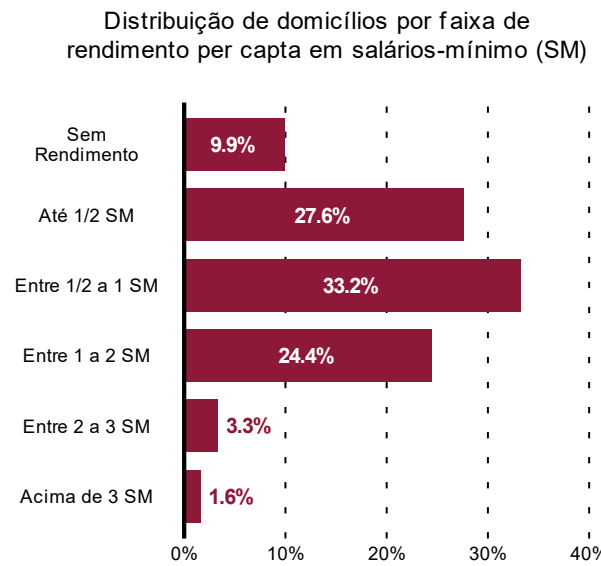


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Além dos marcadores de vulnerabilidade socioeconômica apresentados anteriormente, o rendimento per capita de quase 71% da população que vive na área de influência é inferior a um salário-mínimo, caracterizando situação de pobreza (The World Bank, 2025).

Somente 5% das pessoas possuem rendimentos superiores a dois salários-mínimos.

Gráfico 4: Perfil de renda das pessoas na área de influência



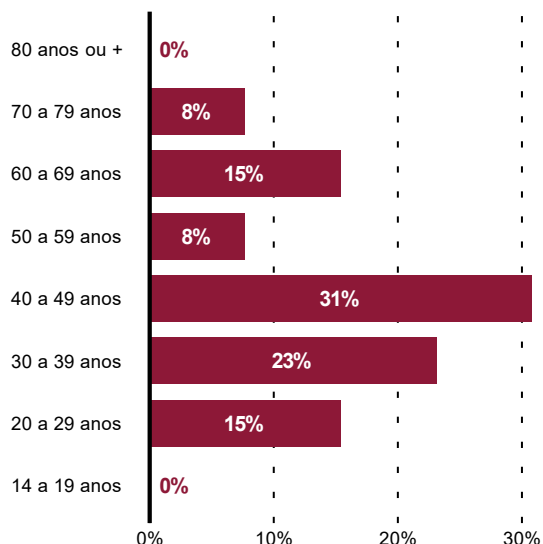
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

No ano de 2021, foram registradas 294.892 pessoas frequentando o Parque Linear Bananal-Canivete
Em 2022, foram registradas 455.970 pessoas

Dentre as pessoas entrevistadas que frequentam o parque, houve predomínio de adultos de 40 a 49 anos (31%), seguido pela faixa de 30 a 39 anos (23%).

Gráfico 5: Faixa etária das pessoas que frequentam o parque

Proporção de faixa etária das pessoas entrevistadas



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Foram entrevistas mais mulheres do que homens, o que coincide com o perfil predominante de mulheres vivendo na área de influência.

Gráfico 6: Gênero das pessoas que frequentam o parque

Proporção de identificação de gênero das pessoas entrevistadas

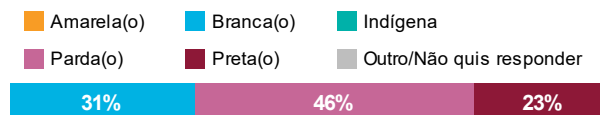


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação ao perfil de cor e raça, assim como na população que vive na área de influência, predominam pessoas pretas e pardas (69%).

Gráfico 7: Gênero das pessoas que frequentam o parque

Proporção de raça e cor das pessoas entrevistadas



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O que se descobriu?

1. Uma grande parcela da população que vive na área de influência do Parque Linear Bananal-Canivete se caracteriza pela situação de alta vulnerabilidade, marcado pela presença de núcleos informais, favelas e por pessoas vivendo em situação de pobreza (71% da população);
2. Houve um predomínio de mulheres entrevistadas, o que coincide com o perfil de gênero predominante das pessoas que vivem na área de influência;
3. Predominam crianças entre 10 e 19 anos e jovens e adultos, nas faixas de 20 a 29 anos, vivendo na área de influência.

3.2 Acessibilidade

O primeiro indicador analisado para avaliar a acessibilidade do Parque Linear Bananal-Canivete refere-se às infraestruturas de deslocamento existentes em sua área de influência. Esse indicador, representado no mapa ao lado (*Mapa 3*), inclui o mapeamento do sistema cicloviário, bem como a cobertura do transporte público, considerando estações de metrô, terminais de trem e de ônibus, além de pontos de ônibus.

Com relação aos sistemas de transporte público, não há estações de metrô, terminais de trem ou terminais de ônibus dentro da área de influência do parque. Contudo, há uma distribuição de pontos de ônibus pelo perímetro da área de influência que atendem 18 linhas de ônibus.

Quanto ao sistema cicloviário, não há ciclovias ou ciclofaixas na área de influência do parque, limitando o acesso de ciclistas.

Ainda em relação aos modos ativos de deslocamento, foi analisada a qualidade das calçadas na área de influência e os possíveis impactos na acessibilidade do pedestre, considerando a largura mínima recomendada de 1,90 m, conforme a legislação (1,20 m de faixa livre de circulação e 0,70 m para mobiliário urbano, como árvores e postes de iluminação).

A área de influência do parque possui 39% das suas calçadas com larguras adequadas à caminhabilidade.

A análise de calçadas revela que 61% das calçadas no entorno do parque não atendem à largura mínima exigida pela legislação, representando uma limitação significativa para o acesso seguro e inclusivo ao local. Essa deficiência impacta especialmente pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, que dependem de condições adequadas para se deslocar de maneira segura.

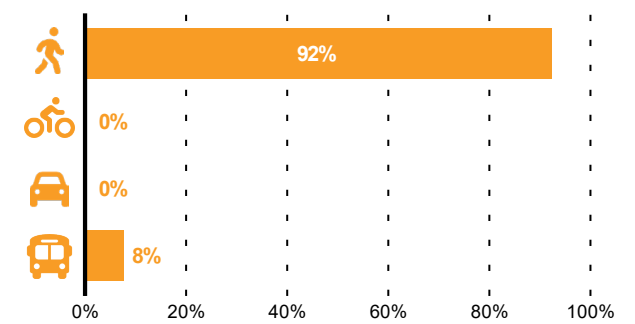
Analisar a qualidade da infraestrutura de deslocamento, especialmente aquelas relacionadas aos modos ativos, como caminhar e pedalar, é essencial devido aos múltiplos

benefícios associados. Esses modos promovem melhorias na qualidade de vida urbana, tanto por meio de ganhos à saúde quanto pela redução de emissões de carbono (Sampapé, 2019).

Conforme levantado em entrevistas realizadas durante a oficina aberta em outubro de 2024, a grande maioria das pessoas que acessam o parque (92%) chegam a pé. Esse dado reforça a importância de calçadas adequadas para garantir condições de acesso seguras e confortáveis. Apenas 8% acessam o parque de transporte público, e nenhuma das pessoas entrevistadas acessam de carro ou bicicleta.

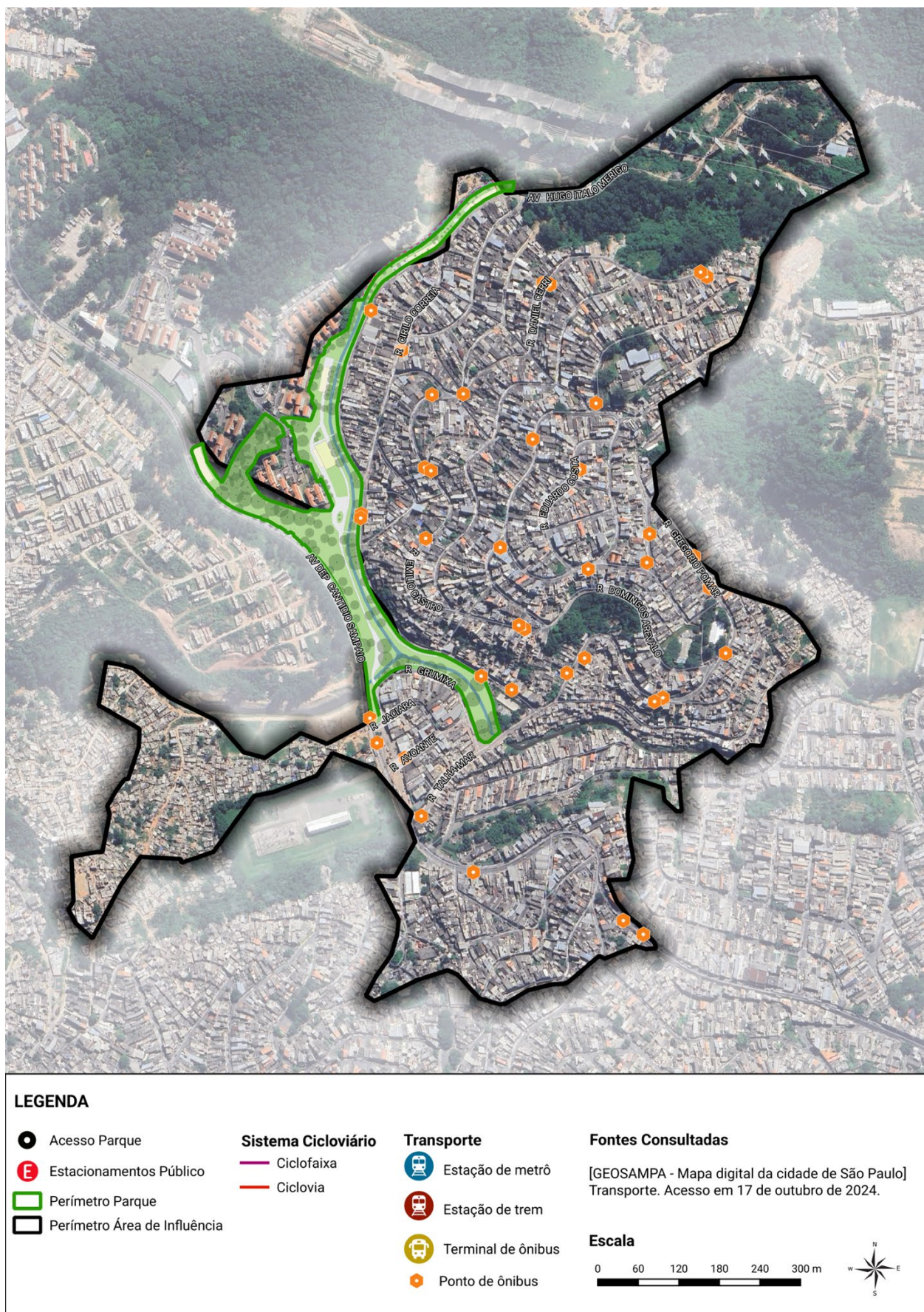
Gráfico 8: meio de locomoção das pessoas usuárias do parque

Proporção das respostas das pessoas entrevistada:



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Mapa 3: Mapa de identificação dos modelos de deslocamento



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A presença de equipamentos que incentivem meios de deslocamento específicos, como estacionamentos para bicicletas e veículos privados, é essencial para compreender os incentivos e desafios ao uso desses modais.

No caso do Parque Linear Bananal-Canivete, não há infraestrutura para o estacionamento seguro de bicicletas, como paraciclos ou bicicletários, evidenciando a ausência de estímulos ao uso desse modal.

Já em relação ao estacionamento de veículos, por se tratar de um parque linear, não há uma entrada centralizada ou formal que concentre o acesso de visitantes, permitindo que os carros sejam estacionados ao longo do perímetro. No entanto, conforme apontado pela comunidade na *Seção 2 Processo participativo*, há relatos de veículos estacionados dentro do parque, o que dificulta a passagem de pedestres.

O uso irregular de áreas do parque para estacionamento prejudica a acessibilidade, pois cria obstáculos à circulação de pedestres e pode impactar negativamente a flora local.

Outro aspecto fundamental na análise da acessibilidade do Parque Linear Bananal-Canivete é sua adequação aos princípios da acessibilidade universal. Um parque acessível garante que pessoas com deficiência e mobilidade reduzida possam usufruir plenamente do espaço, promovendo a inclusão social. Além disso, a acessibilidade influencia diretamente a apropriação do parque por mulheres, que, devido ao papel de cuidadoras socialmente atribuído, frequentemente acompanham pessoas idosas e crianças (Sampapé, 2019). Esses grupos dependem de uma pavimentação segura e adequada, que também permita o uso de equipamentos como carrinhos de bebê.

Gráfico 9: Acessibilidade nos setores do parque

Setores por adequação de pavimentação e inclinação para pessoas com deficiência

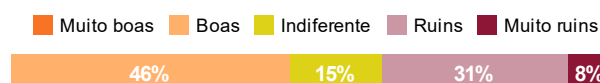


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A partir das observações realizadas no local, verificou-se que 100% dos setores apresentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal. No entanto, entre as pessoas entrevistadas no parque, 46% avaliaram a acessibilidade como boa, enquanto 39% a consideraram ruim (31%) ou muito ruim (8%).

Gráfico 10: Percepção de acessibilidade pelo público

Percepção das pessoas entrevistadas sobre a acessibilidade do parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O que se descobriu?

1. Há carência de acesso ao transporte público na área de influência do parque;
2. Não existem ciclovias, ciclofaixas nem infraestrutura para estacionamento seguro de bicicletas, limitando o acesso de ciclistas;
3. 61% das calçadas no entorno do parque não atendem à largura mínima exigida por lei, dificultando um acesso seguro e inclusivo, especialmente para os 92% de pessoas frequentadoras que chegam ao parque a pé;
4. O uso irregular de áreas do parque para estacionamento cria obstáculos à circulação de pedestres e pode impactar negativamente a flora local;
5. Todos os setores do parque apresentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal.

Figura 22: Imagem do Parque Bananal-Canivete



Fonte: Acervo ONU-Habitat

3.3 Instalações e mobiliário

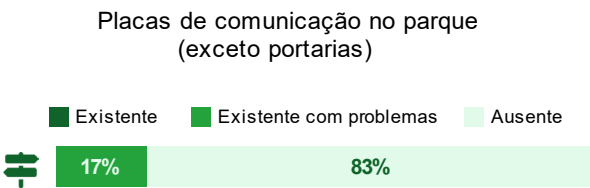
Assim como as cidades podem convidar as pessoas para uma vida em seus espaços, há muitos exemplos de como a renovação de um único espaço, ou mesmo a mudança no mobiliário urbano e outros detalhes podem convidar as pessoas a desenvolver um padrão de uso totalmente novo (Gehl, 2010). Considerando esse potencial transformativo, foi realizado o levantamento em campo da condição dos principais elementos que compõem a infraestrutura do parque.

Conforme *Tabela 2*, o Parque Linear Bananal-Canivete conta com um reduzido número de setores, totalizando cinco espaços, dos quais quatro são dedicados à prática esportiva e um para crianças e bebês. Em nenhum dos setores há equipamentos adaptados a pessoas com deficiência. Há uma edificação que funciona como sede administrativa e conta com sanitários, porém trata-se de infraestrutura construída informalmente.

Durante a observação dos setores do parque, realizada entre outubro e dezembro de 2023, foi constatado que o parque não conta com lixeiras e postes de iluminação em todos os seus setores.

Em relação aos elementos de sinalização, a maioria dos setores e áreas de circulação do parque (83%) não possuem placas, sendo que aquelas existentes apresentam problemas de manutenção (17%).

Gráfico 11: Caracterização da sinalização no parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Tabela 2: Avaliação dos setores do parque- Equipamentos e mobiliário

Nome do setor		Equipamento	Necessita manutenção	Mobiliário				
	Espaço de esporte e lazer 1	Academia ao ar livre	Sim					
	Espaço de esporte e lazer 2	Campo de futebol	Sim					
	Espaço de esporte e lazer 3	Pista de skate	Sim					
	Espaço de esporte e lazer 4	Academia ao ar livre	Sim					
	Espaço para crianças e bebês 1	Parquinho	Sim					
Legenda:		Iluminação	Banco	Lixeira	Bebedouro	Sinalização	Presente	
							Ausente	

Figura 23: Localização dos setores do Parque Linear Bananal-Canivete



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

De forma geral, os equipamentos existentes nos setores do parque necessitam manutenção relacionada à pintura, substituição de alambrados e recuperação de pisos e gramados nas quadras e campos de futebol.

Considerando que a faixa etária predominante das pessoas que vivem na área de influência é de crianças e jovens de 10 a 19 anos, os equipamentos devem contemplar esse perfil.

O parque não dispõe de elementos de combate a incêndio e equipamentos de primeiros socorros.

O que se descobriu?

1. O parque conta com poucos setores destinados a equipamentos de esporte, lazer e infantil;
2. Os equipamentos dos setores existentes necessitam manutenção e instalação de mobiliário, como lixeiras, bebedouros e sinalização;
3. Não há infraestrutura administrativa e sanitários.

Figura 24: Imagem do setor infantil do Parque Bananal-Canivete



Fonte: Acervo ONU-Habitat

3.4 Segurança

Para garantir que os parques sejam espaços inclusivos e seguros, especialmente para mulheres e crianças, é fundamental analisar aspectos relacionados à segurança. Nesse contexto, a dimensão de segurança considera indicadores que relacionam a distribuição de ocorrências criminais e os mecanismos de vigilância à percepção das pessoas usuárias sobre sua sensação de segurança nesses ambientes.

Entre os fatores que influenciam essa percepção, os índices de criminalidade no entorno são um elemento central de análise. Áreas com altos registros de ocorrências tendem a ser estigmatizadas como inseguras, reduzindo a frequência de uso e dificultando a implementação de atividades e programas (Caldeira, 2011).

A análise da criminalidade no entorno foi realizada com base em registros de ocorrências, classificadas por tipo: roubos, furtos, outros crimes e violência física. O *Mapa 4* apresenta a localização e distribuição dessas ocorrências registradas em 2023, contribuindo para a compreensão das dinâmicas de segurança na área.

De modo geral, a área de influência do Parque Linear Córrego do Bananal-Canivete apresenta alta incidência de registros criminais. Três regiões próximas ao perímetro do parque se destacam pela elevada densidade de ocorrências: ao noroeste da área de influência, na Rua José Eduardo Pereira II; em alguns pontos centrais ao longo da Avenida Hugo Ítalo Merigo, mais precisamente próximo do campo e à Rua Derdo Rocha; em boa parte da região no perímetro sul do parque e na parte sul da área de influência.

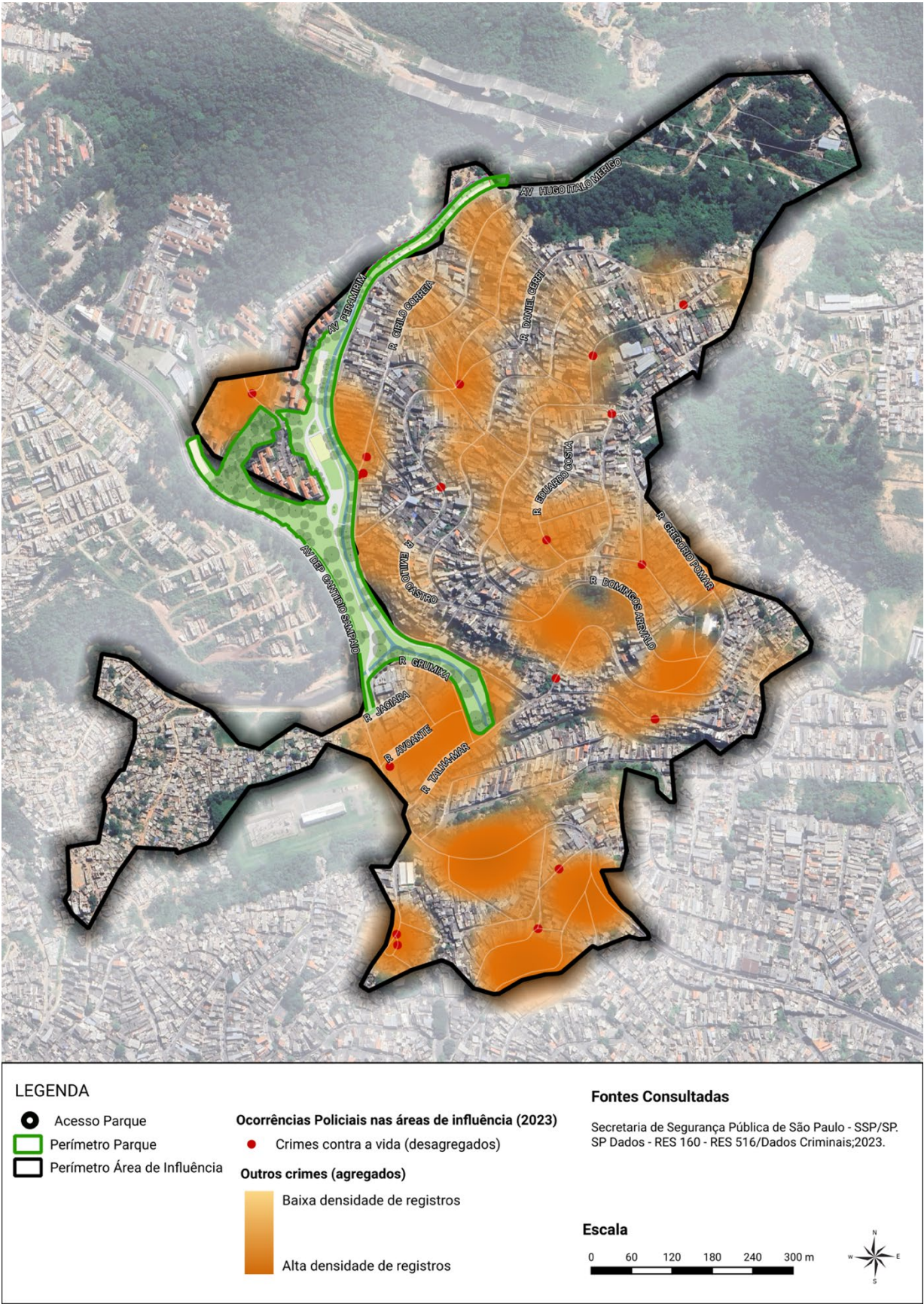
Esses locais, onde as ocorrências apresentam alta densidade e estão no perímetro do parque, podem representar um possível risco para quem os frequenta.

Essa hipótese é reforçada pelas principais contribuições incluídas na *Seção 2 Processo participativo*, que apontaram a ocorrência de furtos no interior do parque. Diante disso, destaca-se a necessidade de implementar medidas de segurança, especialmente nas

proximidades desses locais, para fortalecer a proteção das pessoas frequentadoras.

Além disso, a diversidade de registros ao longo da área de influência pode representar insegurança para quem transita na região. Como apontado na *Seção 3.2 Acessibilidade*, muitas pessoas chegam ao parque a pé, o que torna a alta incidência de ocorrências na área de influência um fator de preocupação para a segurança dos pedestres.

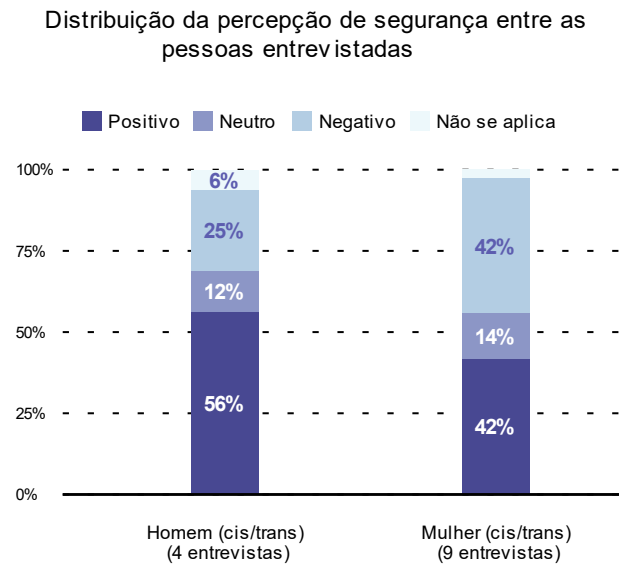
Mapa 4: Registro de ocorrências desagregado por tipo



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Ao abordar as pessoas frequentadoras do Parque Linear Bananal-Canivete sobre sua percepção de segurança em relação ao uso e permanência no espaço, houve uma certa diferença entre os respondentes declarados como homens e as mulheres, como pode-se observar no *Gráfico 12*.

Gráfico 12: Nível de segurança percebido pela comunidade por gênero



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Enquanto a maior porcentagem dos homens (56%) tem uma sensação de segurança positiva no parque, apenas 42% das mulheres têm a percepção positiva.

Esse dado indica que os homens se sentem mais seguros no parque em comparação às mulheres.

A predominância da sensação de insegurança, observada principalmente entre as mulheres, pode ser explicada por diversos fatores. Um deles é a alta concentração de ocorrências criminais próximas aos acessos do parque (Caldeira, 2011), conforme demonstrado no *Mapa 4*, onde algumas regiões com alto registros de crimes coincidem com as áreas consideradas como mais inseguras tanto por homens quanto mulheres entrevistadas, conforme indicado na *Figura 25*. Essas áreas são principalmente ao sul do parque e ao longo da Avenida Hugo Ítalo Merigo.

Além da criminalidade, outros fatores influenciam a sensação de segurança, como atos de vandalismo, incluindo furtos e depredação de

equipamentos, e a distribuição irregular de elementos de vigilância, como câmeras e seguranças (Safer Parks Consortium, 2023). A *Figura 25* detalha as áreas afetadas por vandalismo e a localização desses recursos.

De acordo com a *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024), a baixa circulação de pessoas visitantes e funcionárias é um dos principais fatores que contribuem para a sensação de insegurança em parques. Nesse sentido, a ausência de vigilância em alguns pontos do parque reforça a hipótese de que a falta de mecanismos de **vigilância ativa** pode estar relacionada à sensação de segurança.

Na análise do parque, observou-se que não há câmeras de vigilância ao longo do perímetro do parque e que a presença de vigilantes se concentra apenas onde existe uma pequena sede administrativa que abriga as pessoas funcionárias do parque.

A falta de uma circulação de vigilantes mais frequente no parque foi vista como um ponto negativo do parque nos processos participativos descritos na *Seção 2*.

Já em relação aos atos de vandalismo identificados, eles estão presentes em todos os setores que possuem equipamentos no parque.

O que se descobriu?

1. Três regiões próximas ao perímetro do parque se destacam pela alta densidade de ocorrências criminais, sugerindo a possibilidade de crimes também no interior do parque;
2. A diversidade de registros criminais ao longo da área de influência pode gerar sensação de insegurança para quem transita na região;
3. Homens relatam sentir-se mais seguros no parque em comparação às mulheres;
4. A presença de vigilantes está concentrada apenas na área onde fica uma pequena sede administrativa que abriga as pessoas funcionárias do parque;
5. Atos de vandalismo foram identificados em todos os setores que possuem equipamentos no parque.

Figura 25: Distribuição dos elementos de insegurança e vigilância no parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

3.5 Conforto e ambiente

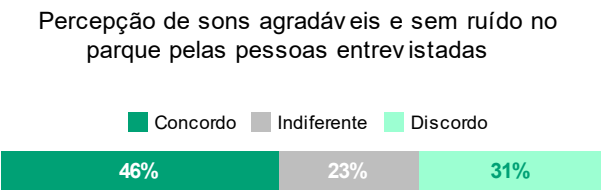
A sensação de bem-estar que as pessoas desfrutam dentro dos parques está associada a diversos fatores relacionados à qualidade do ambiente, tais como atenuação da sensação de calor, redução do ruído urbano excessivo e aproximação com a natureza (Semeia, 2021a). Dessa forma, o conceito de conforto ambiental relaciona como os aspectos, acústicos, térmicos e naturais interagem com as pessoas em determinado meio (Gehl, 2010).

Com o objetivo de identificar os possíveis elementos que possam comprometer a sensação de bem-estar promovida pelo conforto ambiental, foram realizadas entrevistas para compreender a percepção que as pessoas possuem do Parque Linear Bananal-Canivete.

Os baixos níveis de ruído contribuem com a sensação de bem-estar no espaço público e ainda favorecem as interações sociais através de conversas (Gehl, 2010). Nesse sentido, foi perguntado às pessoas que frequentam o parque qual a percepção em relação à presença de sons agradáveis.

Menos da metade das pessoas entrevistadas afirmam que o parque é um local livre de ruídos e com sons agradáveis, sendo que um terço discorda da existência desse atributo positivo.

Gráfico 13: Percepção da qualidade sonora pelas pessoas que frequentam o parque

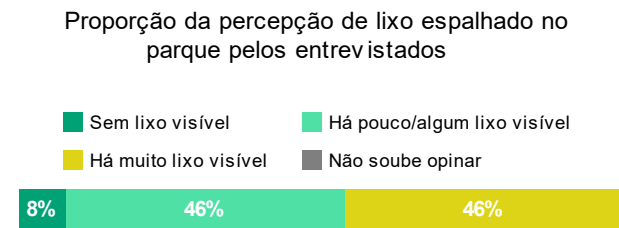


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A qualidade da limpeza do espaço também está diretamente relacionada com a sensação de conforto ambiental, além de ser fundamental para a preservação dos parques. Em levantamento técnico em campo, foram identificados seis pontos de descarte irregular de lixo (Figura 26). O descarte acontece, sobretudo, nas margens do córrego Canivete.

Em entrevista realizada com as pessoas que frequentam o parque, a grande maioria (92%) afirma identificar a presença de descarte irregular de lixo visível, em pouca ou muita quantidade.

Gráfico 14: Percepção da existência de descarte irregular de lixo pelas pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

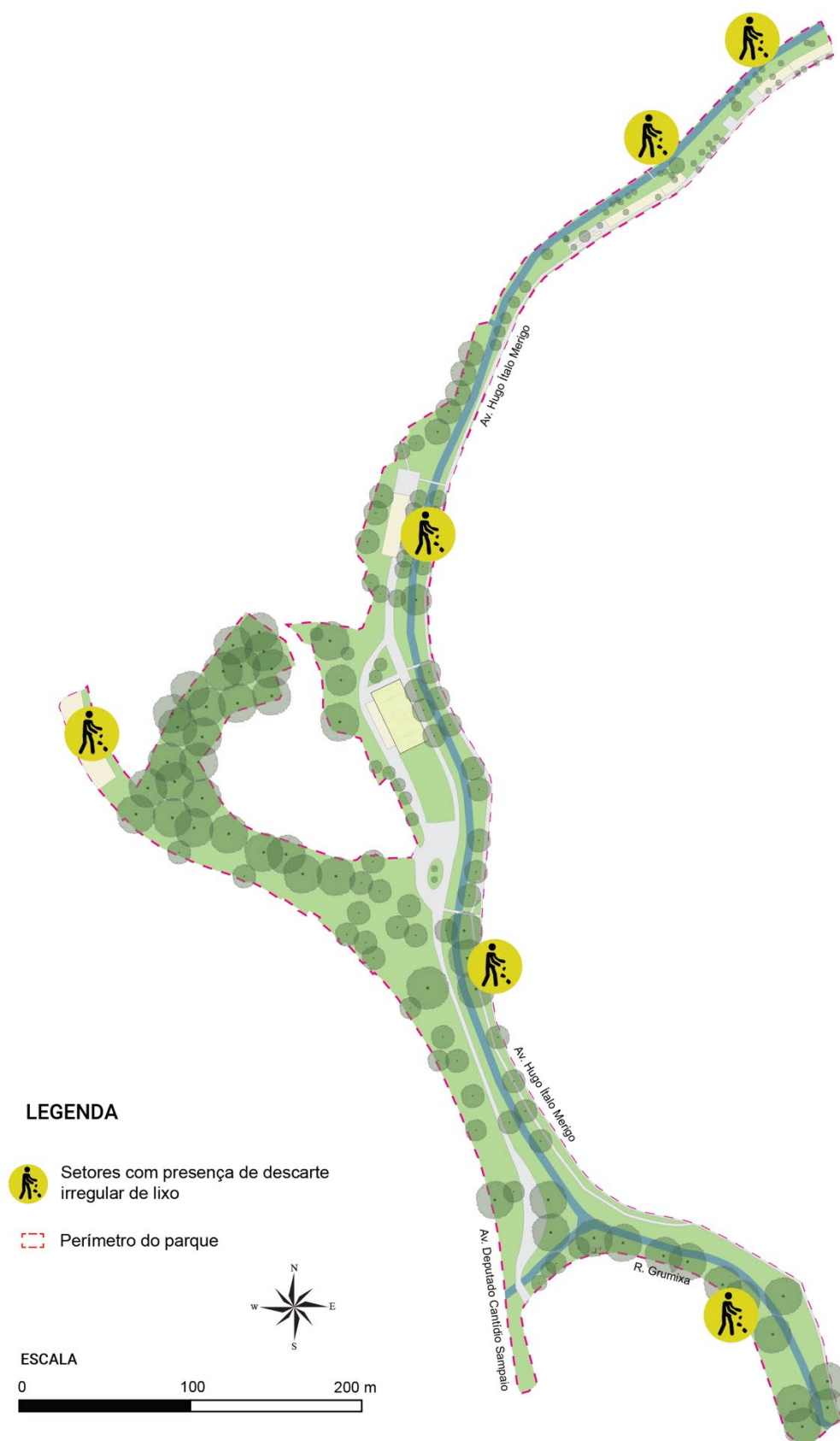
O conforto térmico foi avaliado pela presença de elementos de sombreamento, naturais ou artificiais, para proteção do calor extremo e da insolação. Conforme tabela abaixo, maioria dos setores não conta com elementos de sombreamento, sendo que o único setor de espaço para crianças e bebês não possui proteção solar.

Tabela 3: Presença de estruturas de sombreamento nos setores

Nome do setor		Sombras
	Espaço de esporte e lazer 1	
	Espaço de esporte e lazer 2	
	Espaço de esporte e lazer 3	
	Espaço de esporte e lazer 4	
	Espaço para crianças e bebês 1	
Legenda:		ausente presente

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Figura 26: Locais com descarte irregular de lixo identificado



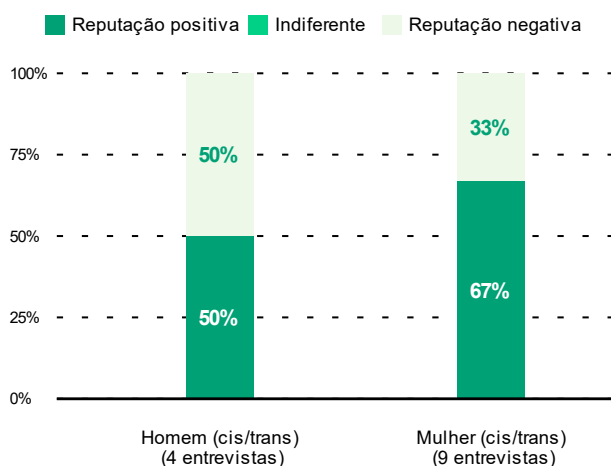
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Além dos elementos físicos que possam comprometer a sensação de bem-estar no parque, a reputação que o espaço possui na comunidade onde está inserido é fundamental para a garantia de uma devida apropriação social. O conhecimento da percepção das pessoas sobre o espaço também permite ao poder público conhecer as diferentes visões de mundo em relação ao parque e aos territórios em questão, criando a oportunidade de considerar essas contribuições sempre que houver viabilidade para implementá-las (Semeia, 2023).

Dessa forma, foi perguntado às pessoas que frequentam o parque se já ouviram notícias ou relatos de situações de insegurança que aconteceram no parque (*Gráfico 15*). Das pessoas entrevistadas, metade dos homens (90%) reporta uma reputação positiva do parque em sua comunidade, enquanto a maioria das mulheres reportam uma percepção de reputação positiva (67%).

Gráfico 15: Reputação do parque por gênero

Percepção de casos de violência das pessoas entrevistadas sobre o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

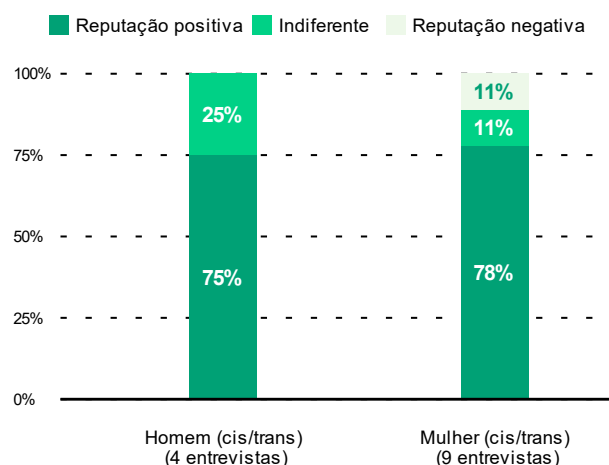
Também foi perguntado às pessoas se elas recomendariam o parque enquanto opção de lazer do bairro. Das 13 pessoas entrevistadas,

prevaleceu a opinião de que recomendariam o parque para outras pessoas do bairro.

O resultado sugere que há uma reputação positiva em relação à experiência das pessoas que frequentam o Parque Linear Bananal-Canivete.

Gráfico 16: Recomendação do parque por gênero

Proporções de pessoas que recomendariam o parque como opção de lazer do bairro



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O que se descobriu?

1. Foram identificados muitos pontos de descarte de lixo, sobretudo na margem do córrego Canivete, o que coincide com a percepção da população acerca da presença de lixo no local;
2. A maioria dos setores do parque não possuem elementos de proteção solar, sendo que o único setor de *Espaço para crianças e bebês* não possui tal elemento.

Figura 27: Imagem do Parque Bananal-Canivete



Fonte: Acervo ONU-Habitat

3.6 Verde e Azul

Conforme apresentado no *Capítulo 2 Proposta metodológica*, a avaliação na escala da bacia hidrográfica é fundamental para a compreensão da dinâmica ecológica e conectividade do parque com seu entorno. Os cadernos de bacia hidrográfica são documentos elaborados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), que fornecem subsídios à Prefeitura para o planejamento e gestão das bacias relacionado ao controle de cheias e permitem a observação de algumas informações importantes sobre o contexto do parque. O Caderno de Bacia Hidrográfica do Córrego Cabuçu de Baixo (São Paulo, 2016), na qual o Parque Linear Bananal-Canivete está inserido, apresenta que a mesma abrange uma área de 42,6 km², correspondente a 2,8% da área total do município. Sua hidrografia principal é composta pelo Córrego Cabuçu de Baixo e seus afluentes, destacando os córregos Carumbé, Itaguaçu, Bispo, Guaraú, Canivete e Bananal, tendo os dois últimos relação direta com o parque.

O *Mapa 5* apresenta a rede de drenagem principal das bacias, no qual é possível observar que, onde há a maior concentração de nascentes e parques, os cursos d'água encontram-se a céu aberto, enquanto na área urbana a maioria dos trechos encontra-se canalizada e subterrânea. O parque é atravessado pelos córregos Canivete e Bananal, este último sendo um dos principais cursos da bacia. Conforme apresentado na *Seção 1 Sobre o parque*, uma extensão de 900 m do Córrego Canivete foi canalizada e estabilizada por muros de gabião. Também foi realizada a recuperação da mata ciliar (vegetação ao longo das margens) e está em curso o projeto de recuperação florestal, com substituição gradativa de eucaliptos por espécies nativas (São Paulo, 2022c).

O parque foi criado como estratégia de urbanização a partir do curso d'água, cuja implantação acompanhou projetos de drenagem, recuperação da área de risco na encosta e a restauração das Avenidas Deputado Cantídio Sampaio e Hugo Ítalo Merigo. Os serviços de limpeza e conservação do córrego são realizados pela Subprefeitura Freguesia do Ó/Brasilândia (São Paulo, 2022c). Apesar desse processo de desassoreamento e limpeza do córrego, foi observado em campo que o mesmo continua poluído, com material flutuante, resíduos nas margens e na água e mau odor – o qual também foi bastante mencionado durante o processo participativo.

Além do próprio parque ser relevante para aumentar a capacidade de infiltração das águas pluviais no solo, nota-se sua importância para preservação dos cursos d'água e nascentes, como parte essencial do sistema de drenagem, contribuindo para a biodiversidade, o abastecimento de água e a conexão com outros cursos d'água.

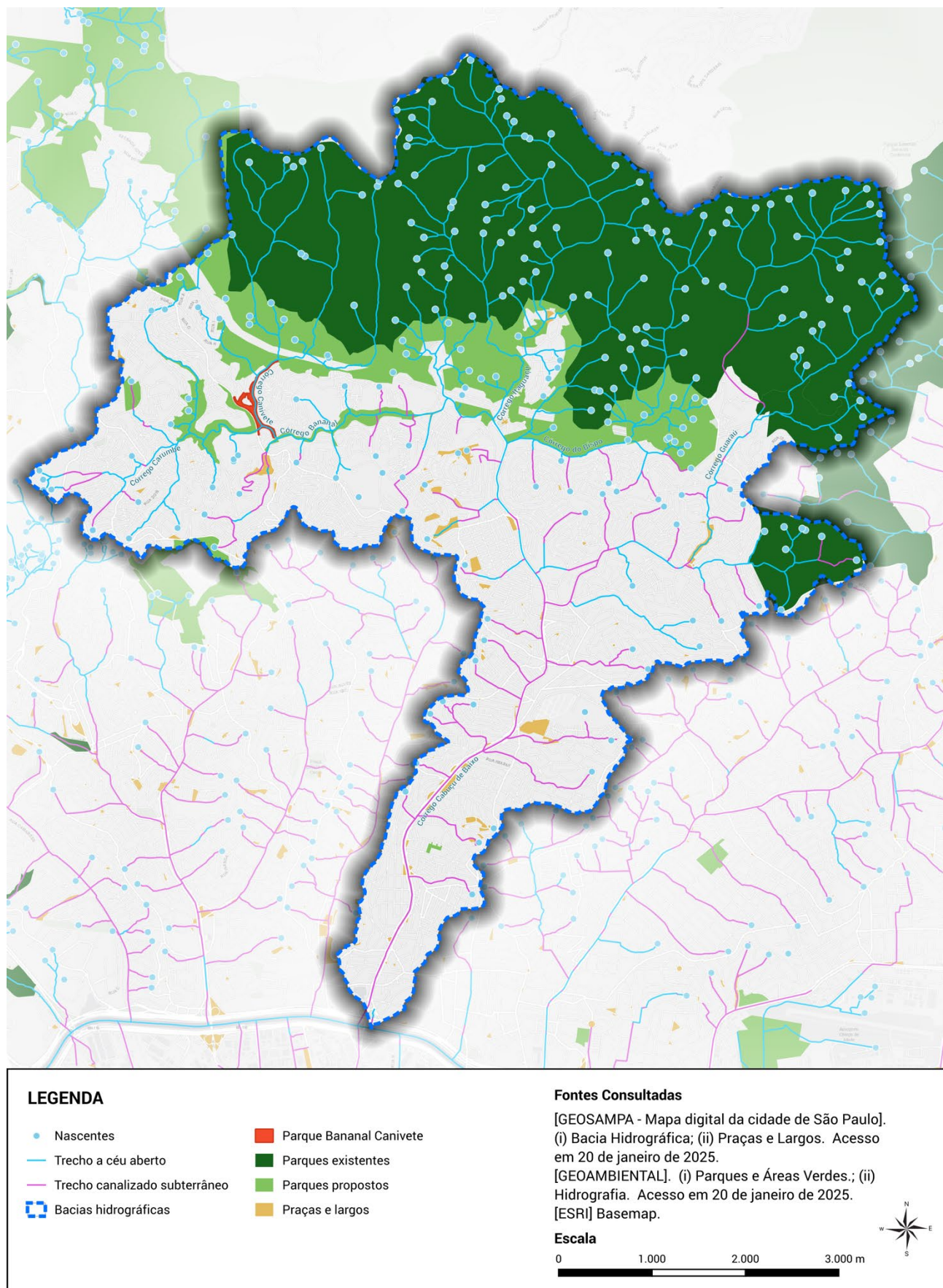
Por isso, é vital adotar medidas de proteção e manejo do córrego dentro do parque, garantindo a saúde e o equilíbrio ambiental da região.

A articulação com outros parques, áreas livres e espaços verdes é relevante para o fomento da biodiversidade. O Parque Linear Bananal-Canivete faz parte do projeto Borda da Cantareira, que prevê a implantação de parques e áreas verdes para conter a ocupação urbana junto à Serra da Cantareira (São Paulo, 2022c).

No *Mapa 5* é possível observar a proximidade do parque com os parques propostos pelo PDE, da Borda da Cantareira, com destaque para os parques Bananal-Canivete (que faz limite com o perímetro noroeste do parque), Parada de Taipas, Itaguaçu-Bispo, Brasilândia, Morro Grande (ao sul da bacia) e Linear Bananal (próximo do limite sudeste do parque, ao longo do Córrego Bananal). Também na Borda da Cantareira se encontra o Parque Linear Córrego do Bispo, inaugurado em fevereiro de 2025, com seu Plano de Gestão elaborado pelo Viva o Verde SP. A mancha verde-escura ao norte no mapa representa o Parque Estadual da Cantareira, uma Unidade de Conservação (UC) e, ao leste da bacia, encontra-se parte do Horto Florestal Alberto Lofgren, também UC. A implantação dos parques propostos mencionados apresenta-se em fases distintas, estando alguns em fase de desenvolvimento de projeto, outros em fase de aquisição das terras por parte da prefeitura e em processo de estudos fundiários.

A existência do Parque Linear Bananal-Canivete evidencia a carência de parques implantados atualmente na área de urbanização (principalmente na região sul da bacia) e sua relevância como conector das áreas verdes propostas para contenção da ocupação das áreas protegidas e manutenção da biodiversidade.

Mapa 5: Parques, áreas verdes e drenagem das bacias do Ribeirão São Miguel e Córrego Santa Fé



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

No **Mapa 6** é possível observar o potencial de conectividade do parque, na escala da bacia hidrográfica em que está inserido. A avaliação pautou-se nos indicadores do BIOSAMPA (São Paulo, 2023), índice desenvolvido a partir da metodologia do “Índice de Biodiversidade da Cidade” - IBC (*City Biodiversity Index*, em inglês), também conhecida como *Singapore Index on Cities’ Biodiversity*, principal estudo de biodiversidade na cidade de São Paulo.

Nota-se que a maior parte dos parques e áreas verdes da bacia apresenta uma baixa pontuação do grau de conectividade, representado pela cor laranja. Ao mesmo tempo, o Parque Estadual da Cantareira apresenta a maior pontuação do grau de conectividade, assim como o Horto. Também é possível observar uma grande concentração de remanescentes de Mata Atlântica, inclusive no entorno imediato do Parque Linear Bananal-Canivete.

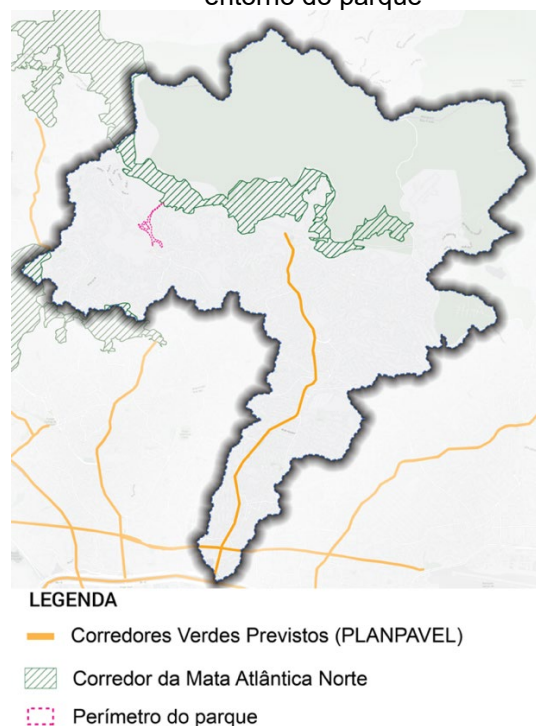
A **Figura 28** apresenta o parque no contexto do Corredor Norte da Mata Atlântica, bem como sua proximidade ao Corredor Verde previsto pelo PLANPAVEL (São Paulo, 2022): Corredor Av. Inajar de Souza - Marginal Tietê – Cantareira, ao longo do Córrego Cabuçu de Baixo. O parque é limítrofe, em sua porção nordeste, com o Trecho 5 do Corredor Norte da Mata Atlântica, Perus-Cachoeirinha, o qual objetiva conexões potenciais para preservação da Mata Atlântica, bem como melhorias para passagem de fauna.

O Parque Linear Bananal-Canivete nesse contexto se mostra fundamental para a manutenção da biodiversidade, preservação da Mata Atlântica e dos atributos verdes e azuis em geral.

Da mesma forma, observa-se a necessidade de implementar estratégias no entorno desses espaços verdes que garantam recursos e conectividade e seu uso pela fauna silvestre.

Os registros de fauna nativa e a mudança no número de espécies de plantas vasculares são um dos indicadores principais do BIOSAMPA para avaliar a biodiversidade no território.

Figura 28: Corredores verdes e ecológicos no entorno do parque

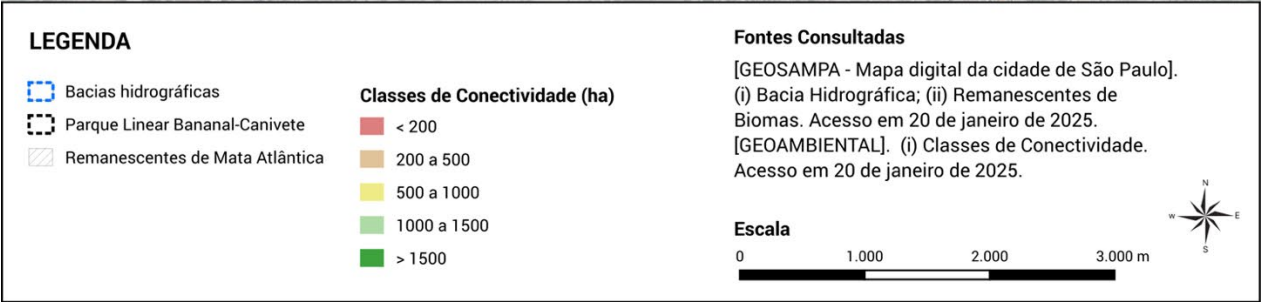
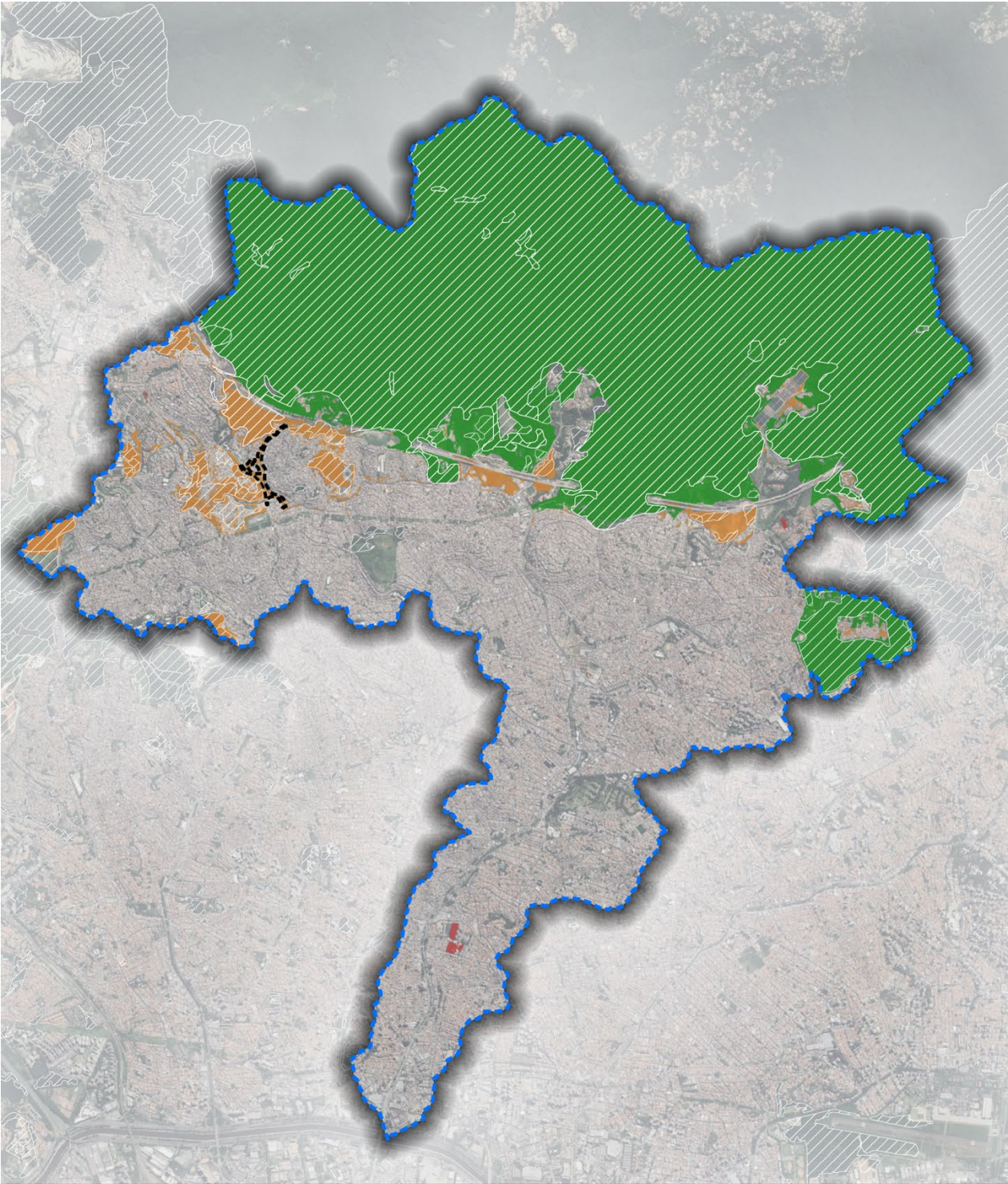


Fonte: Adaptado de GeoSampa, 2025. Elaboração própria, ONU-Habitat

Os dados da última publicação do índice são de 2023 e apresentam que o Parque Linear Bananal-Canivete possui 76 espécies vasculares de flora catalogadas, incluindo o pau-brasil (*Paubrasília echinata*), ameaçado de extinção, correspondendo a 2,07% do total de espécies catalogadas em São Paulo (São Paulo, 2024). Já o Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo indica 62 espécies de fauna nativa autóctone/nativa do Brasil catalogadas, correspondendo a 4,81% do total catalogado no município, sendo 7 espécies endêmicas da Mata Atlântica, dentre as 225 catalogadas no município (São Paulo, 2024). Para que o índice se mantenha alto, é essencial o trabalho de controle e monitoramento, bem como melhoria das práticas de conservação e do levantamento e registro das espécies no parque.

Outro importante aspecto de análise trazido pelo BIOSAMPA são os indicadores relacionados aos serviços ecossistêmicos. Áreas verdes, como o Parque Linear Bananal-Canivete, são prestadoras de inúmeros serviços ecossistêmicos, por vezes desconhecidos e subvalorizados. De acordo com a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (MEA, 2005), são considerados fundamentais para o enfrentamento do impacto das mudanças climáticas. Dentre os benefícios estão a melhoria do clima, da qualidade do ar, controle das enchentes e oferta de lugares para lazer e contato com a natureza.

Mapa 6: Potencial de conectividade do Parque Linear Bananal-Canivete



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Os indicadores de serviços ecossistêmicos providos pela biodiversidade avaliados pelo BIOSAMPA são: controle da água, impacto das plantas no clima e no frescor, além de atividades educativas e recreativas em parques naturais. Conforme o relatório de *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo*, a região Norte apresenta o melhor resultado referente aos serviços ecossistêmicos prestados pelos parques da região (ONU-Habitat, 2024).

Em entrevistas às pessoas frequentadoras do parque durante a oficina aberta, das 13 pessoas entrevistadas, seis (46%) consideram o ar do parque limpo e agradável, sendo citados como principais motivos o frescor (83%), seguido da sensação de menos poluição ou ar mais saudável (17%). Quatro pessoas (31%) discordam que o ar do parque seja limpo e agradável, apontando mau cheiro e poluição como as principais razões. Esses dados reforçam a necessidade de ações para melhoria dos serviços ecossistêmicos prestados pelo parque frente a seu potencial como área verde e demandas da população frequentadora.

Já na escala do parque, existem estratégias que podem aumentar sua sustentabilidade e sua capacidade de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Foram mapeadas as seguintes medidas incorporadas nos espaços construídos do parque: presença de elementos de energia solar ou censória (como painéis fotovoltaicos, coletores solares, sensores, irrigação automatizada, entre outros); presença de coleta seletiva; presença de compostagem; presença de coletor de água pluvial ou sistema de filtragem de água; presença de estratégias relacionadas à agricultura urbana (como banco de sementes, horta comunitária, viveiros, estufas, meliponia, aproveitamento de resíduos de poda). A *Figura 29* apresenta os resultados para o Parque Linear Bananal-Canivete, onde é possível verificar que o mesmo não incorpora medidas de resiliência e sustentabilidade em seu espaço construído.

Figura 29 - Estratégias de mitigação no Parque Linear Bananal-Canivete

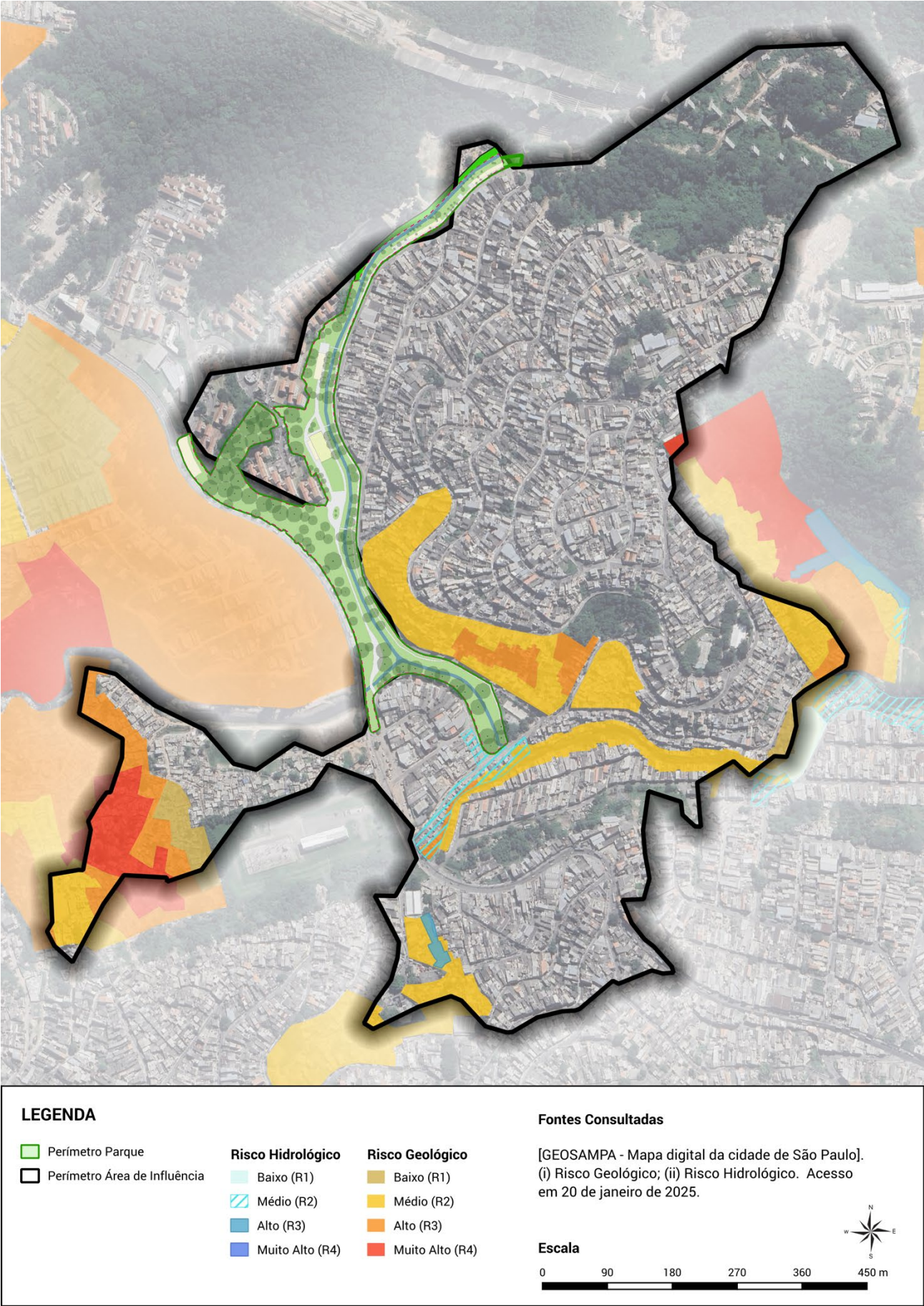
Tabela ilustrada indicando presença ou ausência das 5 medidas citadas acima

Adotar tecnologias sustentáveis, pode reforçar a relevância do parque na mitigação dos riscos naturais e climáticos, e fazer com que se tornem modelos de referência e ofereçam suporte às

comunidades do entorno, servindo como exemplos de boas práticas e refúgios climáticos. Além disso, a adoção de práticas e estratégias sustentáveis podem dar suporte às medidas de conservação e manejo de seus atributos naturais.

Na escala de análise mais ampla, segundo dados do GeoSampa, é possível observar algumas áreas de risco geológico e hidrológico na área de influência do parque, conforme indicado no *Mapa 7*. Nota-se no mapa que há uma área de risco hidrológico R2 (médio) associada a alagamento, enchente e inundação próximo da porção sul do parque, ao longo do Córrego Bananal. Também há uma área de risco R3 (alto), associada a enchente e inundação. Na mesma região, é possível observar a presença de áreas de risco geológico R2 e R3 (médio e alto), associadas a solapamento (processo erosivo ao longo das margens), assim como ao longo de parte do perímetro leste do parque, com riscos associados a escorregamento. Já na borda oeste do parque observa-se uma área extensa de risco geológico R3, associado a escorregamento e outras áreas de risco R1 (baixo), R2 e R4 (muito alto). Dentro do perímetro do parque havia área de risco ao longo do Córrego Canivete, a qual foi eliminada com o projeto de implementação do parque, canalização do córrego e obras de estabilização e urbanização.

Mapa 7: Áreas de risco geológico e hidrológico no parque e área de influência



Fonte: Adaptado de GeoSampa, 2024. Elaboração própria, ONU-Habitat

É importante compreender estas dinâmicas e os pontos de fragilidade do entorno, demonstrando a necessidade de maior integração entre as políticas de ordenamento territorial e com planos municipais. Essa coordenação é importante para consolidar o papel do parque como um elemento estratégico na promoção da resiliência urbana frente às mudanças do clima, além de garantir a oferta de um equipamento público qualificado para um entorno com alta e muito alta vulnerabilidade socioambiental, conforme apresentado no *Capítulo 1 Sobre o parque*.

Na *Figura 30* é possível verificar a relação entre as áreas impermeáveis ou sem vegetação significativa e as áreas verdes do parque, sobrepostas aos elementos hídricos (córregos).

Conforme os dados de vegetação significativa do GeoSampa (2023), a taxa de cobertura verde do parque é de 69,98%, o que significa que mais da metade de sua área é ocupada por vegetação, em sua maioria de baixa cobertura arbórea, arbustiva ou arborescente. Desde a implantação do parque, foram plantadas árvores nativas e frutíferas, bem como foi realizada a recuperação da vegetação ripária (vegetação ao longo das margens do córrego), promovendo o desenvolvimento do ecossistema local por meio de áreas verdes permeáveis (São Paulo, 2022c). Nas imagens de satélite e nas visitas foi constatado que existe uma área de cobertura arbórea significativa no setor noroeste do parque, não registrada no GeoSampa.

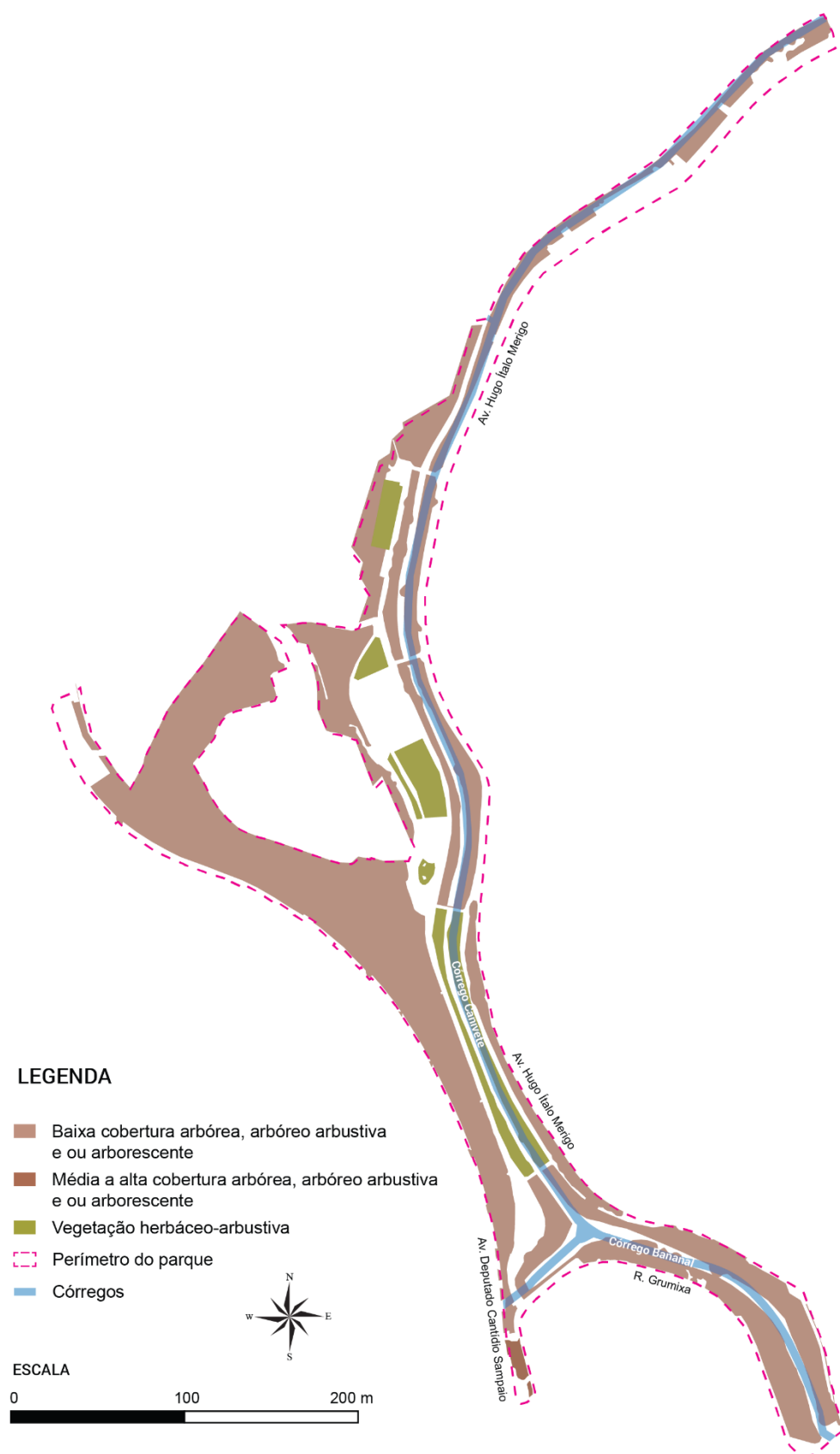
Nos processos participativos, conforme já mencionado, destacou-se a importância de despoluir o córrego e eliminar o seu mau cheiro, por a saúde do local e possibilidade de maior tempo de permanência no parque. Ressaltou-se o potencial para implementação de mais árvores nativas e flores, bem como hortas acessíveis para pessoas em cadeira de rodas e pessoas com deficiência. Em termos de manutenção da vegetação, foi identificado que é realizada diariamente. Vale ressaltar que a equipe de manejo é composta por pessoas moradoras do entorno, algumas das quais participaram das

obras de implantação do parque e que, para além dos serviços de manutenção e conservação do parque, acabam atuando como educadoras ambientais e importantes vínculos entre o parque e a comunidade.

O que se descobriu?

1. O parque é fundamental para a rede de drenagem do município e abriga dois importantes córregos da bacia, o Bananal e o Canivete, sendo que este encontra-se poluído e com mau cheiro;
2. O parque está inserido em relevante contexto ambiental, com potencial para preservação da Mata Atlântica, manutenção da biodiversidade e contenção da expansão urbana, além da conectividade com as UCs estaduais e parques da Borda da Cantareira (propostos);
3. Há escassez de parques implementados no contexto da bacia hidrográfica, em sua porção sul, reforçando a relevância do parque como equipamento de lazer e de recuperação ambiental. Necessário ampliar os serviços ecossistêmicos oferecidos;
4. Não foram identificadas estratégias direcionadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
5. Apesar de mais da metade da área do parque ser composta por vegetação, há potencial para o plantio de mais árvores nativas no local e mais espaços sombreados;
6. A manutenção da vegetação é feita diariamente e a equipe de manejo do parque;
7. Há áreas de risco geológico e hidrológico no entorno imediato do parque. A implantação do parque reduziu riscos ambientais na área da encosta e no córrego, incluindo a redução de riscos de inundação por transbordamento e eliminação de riscos de desabamento da encosta da Avenida Dep. Cantídio Sampaio, à margem direita, na porção à jusante do córrego.

Figura 30: Vegetação significativa presente no parque



Fonte: Adaptado de GeoSampa, 2023. Elaboração própria, ONU-Habitat

4.7 Governança

Dentro da análise de governança que compreende os usos parque e sua área de influência, a tabela abaixo sistematiza os dados obtidos através da investigação dos seus indicadores.

Usos do parque e área de influência	
Indicador	Dado
Distribuição dos equipamentos públicos na área de influência.	Assistência social: 1 Cultura: 0 Saúde: 1 Educação: 8 Esportes: 0
Presença de atividades inclusivas no espaço em parceria com o poder público	Não existem.
Presença de atividades organizadas pela governança local e pela comunidade	Não existem.
Presença de atividades econômicas formais e informais	Não existem.

A distribuição de equipamentos públicos na área de influência do Parque Linear Bananal-Canivete (ver *Mapa 8*) evidencia uma escassez geral, especialmente de espaços culturais e esportivos, além da presença limitada de apenas um equipamento de saúde e um de assistência social. Em relação aos equipamentos educacionais, existem oito na região, alguns dos quais já promoveram atividades no parque.

A carência de equipamentos públicos no entorno reforça o potencial do parque como um espaço para fomentar atividades culturais, esportivas, educacionais e de saúde, atendendo às necessidades da população local que tem acesso restrito a esses serviços.

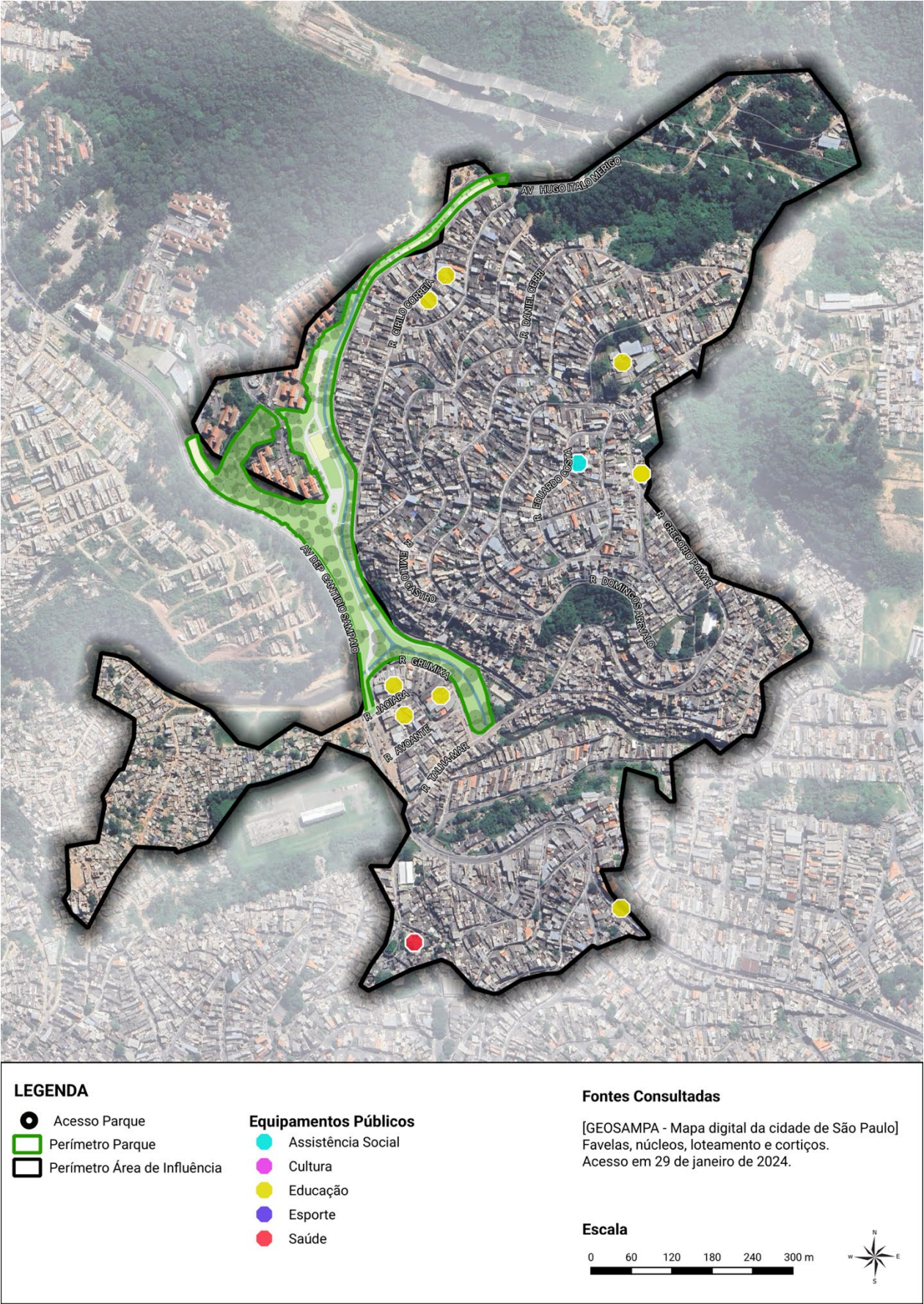
Durante o período de avaliação (outubro de 2024), a gestão do Parque Bananal-Canivete informou que não há atividades desenvolvidas em parceria com outras secretarias. Essa ausência de articulação intersecretarial destaca a importância de estabelecer colaborações com órgãos como as Secretarias de Cultura, Esportes e Educação, possibilitando a implementação de programas que respondam às carências locais e às demandas comunitárias.

Além disso, não foram identificadas atividades organizadas pela governança local ou pela comunidade dentro do parque.

Essa falta de apropriação sugere um distanciamento da população, o que pode contribuir para a ausência de um sentimento de pertencimento entre os moradores do entorno.

Por fim, não há registro de atividades econômicas formais ou informais no parque, como a venda de bebidas e alimentos, feiras ou quiosques.

Mapa 8: Equipamentos públicos da área de influência do Parque Bananal-Canivete



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A avaliação dos aspectos de governança do Parque Linear Bananal-Canivete incluiu a análise de indicadores relacionados à governança comunitária, com o objetivo de compreender se, e como os moradores do entorno se envolvem na gestão do parque, a existência de associações ou grupos representativos no bairro e região, e a realização de atividades promovidas pela comunidade no local.

A investigação da governança comunitária é fundamental para entender o nível de apropriação local, que, quando ocorre, contribui para que o parque seja utilizado de forma mais frequente e responsiva pela comunidade. Essa apropriação fortalece o cuidado e a vitalidade do espaço, além de auxiliar na gestão e na reivindicação de demandas e desejos coletivos (Laboratório Arq.futuro e Diagonal, 2023). Um parque apropriado de maneira inclusiva e responsável promove o bem-estar comunitário e reforça seu papel como um espaço público acessível a todas as pessoas (UNOPS e Semeia, 2019).

Governança comunitária	
Indicador	Dado
Mapeamento das associações e organizações do entorno	Espaço Cultural Jardim Damasceno; Movimento Ousadia Popular; Família Tribo; Coletivo mulheres “empodera favela”.
Existência e funcionamento do conselho gestor	Conselho existente, porém, em análise das frequências de reuniões, grande parte é cancelada por falta de quórum.
Nível de conhecimento comunitário sobre o conselho gestor e mecanismos participativos.	92% das pessoas entrevistadas não sabem da existência do conselho gestor 46% das pessoas entrevistadas sentem falta de ter um canal para debater sobre o parque

Foram identificadas algumas associações sediadas nas proximidades do parque, porém sem interação direta com ele. Não houve informações sobre outras associações relevantes na região ou sobre qualquer atuação dessas entidades no parque durante o período de avaliação.

Em relação ao conselho gestor, embora seja um órgão eleito e formalmente ativo, a análise das atas de reuniões indica que muitos

encontros mensais não ocorreram devido à falta de quórum.

A baixa apropriação comunitária do parque reflete diretamente na fragilidade da governança comunitária. No entanto, isso também sugere uma possível falta de aproximação da gestão com a comunidade, o que pode contribuir para esse distanciamento e para a falta de informação entre as pessoas frequentadoras e moradoras do entorno.

Esse cenário é reforçado pelo fato de que 92% das pessoas entrevistadas desconheciam o que é um conselho gestor, evidenciando a carência de informação sobre sua atuação, importância e formas de participação.

Contudo, apenas 46% das pessoas entrevistadas afirmaram sentir falta de um canal para debater sobre o parque. Esse dado pode indicar uma descrença generalizada nas possibilidades de participação ou, ainda, refletir a realidade do entorno, onde outras urgências cotidianas podem ser prioritárias para a população.

Por fim, o distanciamento identificado entre a gestão do parque e a comunidade pode impactar diretamente a apropriação do espaço, influenciando tanto os usos quanto a subutilização do parque.

Equipe operacional		
Indicador		Dado
Dados sobre o gestor	Perfil	Gênero: Homem; Escolaridade: Ensino superior completo; Início da gestão: 11/1/2019
	Número de parques que administra	Três parques: Parque Pinheirinho D'água, Linear Bananal do Canivete, Linear do Fogo
	Presença de administração no parque	Não.
Número de pessoas funcionárias dedicadas à segurança, desagregado por gênero.		Dois vigilantes, sendo 1 moto-ronda e nenhuma mulher.
Número de pessoas funcionárias de manutenção desagregado por gênero		Quatro, nenhuma mulher.

Com relação à equipe operacional, o gestor do Parque Linear Bananal-Canivete também é responsável por mais dois parques: o Parque Pinheirinho D'Água e o Parque Linear do Fogo.

A administração simultânea de três parques, aliada à ausência de uma sede administrativa no Parque Linear Bananal-Canivete, pode resultar em um acompanhamento mais distante, já que o gestor precisa dividir suas responsabilidades entre os três espaços.

Segundo a Coordenação de Gestão de Colegiados da SVMA (CGC), a pessoa gestora, por estar mais próxima das questões locais e cotidianas, deveria atuar na integração e divulgação comunitária das atividades do parque e do conselho gestor, além de promover espaços de debate público. No entanto, ao administrar mais de um parque, há o acúmulo de outras demandas urgentes, o que pode levar a um afastamento em relação às questões do Parque Linear Bananal-Canivete e limitar seu envolvimento com a comunidade.

A falta de comunicação com a população já foi identificada como um dos principais entraves à governança comunitária. Dessa forma, é possível supor que diversas limitações estão diretamente relacionadas à ausência de uma gestão mais próxima e exclusiva para o espaço.

A equipe de segurança do parque é composta por apenas dois agentes, homens, sendo que um realiza a vigilância por meio de moto-ronda, sem um patrulhamento fixo em nenhum dos setores do parque.

Como foi observado na *Seção 3.4 Segurança*, existem alguns setores do parque que trazem insegurança às pessoas frequentadoras, sendo alguns deles próximos a regiões com grande incidência de ocorrências criminais. Esses dados indicam a necessidade de novas medidas de segurança, com ênfase na implementação de uma vigilância ativa e contínua do espaço público.

Já com relação à equipe de manutenção, ela é composta por quatro funcionários e não há presença feminina.

Esses dados demonstram uma baixa representatividade das mulheres no quadro de pessoas funcionárias.

Apesar da baixa representatividade de mulheres, foi identificado pelas pessoas frequentadoras no *Capítulo 2 Processo participativo* que grande parte da equipe trabalhadora do parque é moradora da região, um aspecto interessante de ser oficializado como requisito de contratação e replicado em outros parques.

O que se descobriu?

1. A falta de equipamentos públicos no entorno reforça o potencial do parque para promover atividades por meio de parcerias intersecretariais;
2. Não há atividades organizadas pela governança local ou pela comunidade no parque, indicando um distanciamento da população local;
3. O conselho gestor, embora formalmente ativo, não realiza reuniões de forma frequente devido à falta de quórum;
4. A administração simultânea de três parques, sem uma sede administrativa no Parque Linear Bananal-Canivete, limita o acompanhamento e a presença da gestão no local;
5. Há necessidade de novas medidas de segurança, com destaque para a implementação de vigilância ativa e contínua;
6. Não há mulheres no quadro de pessoas funcionárias do parque.

4. Diagnóstico das dimensões

Com base na avaliação técnica do Parque Linear Bananal-Canivete, realizada por meio da investigação de sete dimensões, o diagnóstico apresenta a sistematização das principais descobertas em cada dimensão:

Principais descobertas do Parque Linear Bananal-Canivete	
Pessoas no parque e área de influência	Uma grande parcela da população que vive na área de influência do Parque Linear Bananal-Canivete se caracteriza pela situação de alta vulnerabilidade, marcado pela presença de núcleos informais, favelas e por pessoas vivendo em situação de pobreza (71% da população).
	Houve um predomínio de mulheres entrevistadas, o que coincide com o perfil de gênero predominante das pessoas que vivem na área de influência.
	Predominam crianças entre 10 e 19 anos e jovens e adultos, nas faixas de 20 a 29 anos, vivendo na área de influência.
Acessibilidade	Há carência de acesso ao transporte público na área de influência do parque.
	Não existem ciclovias, ciclofaixas nem infraestrutura para estacionamento seguro de bicicletas, limitando o acesso de ciclistas.
	61% das calçadas no entorno do parque não atendem à largura mínima exigida por lei, dificultando um acesso seguro e inclusivo, especialmente para os 92% de pessoas frequentadoras que chegam ao parque a pé.
	O uso irregular de áreas do parque para estacionamento cria obstáculos à circulação de pedestres e pode impactar negativamente a flora local.
Instalações e mobiliário	Todos os setores do parque apresentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal.
	O parque conta com poucos setores destinados a equipamentos de esporte, lazer e infantil.
	Os equipamentos dos setores existentes necessitam manutenção e instalação de mobiliário, como lixeiras, bebedouros e sinalização.
Segurança	Não há infraestrutura administrativa e sanitários.
	Três regiões próximas ao perímetro do parque se destacam pela alta densidade de ocorrências criminais, sugerindo a possibilidade de crimes também no interior do parque.
	A diversidade de registros criminais ao longo da área de influência pode gerar sensação de insegurança para quem transita na região.
	Homens relatam sentir-se mais seguros no parque em comparação às mulheres.
	A presença de vigilantes está concentrada apenas na área onde fica uma pequena sede administrativa que abriga as pessoas funcionárias do parque.
Conforto e ambiente	Atos de vandalismo foram identificados em todos os setores que possuem equipamentos no parque.
	Foram identificados muitos pontos de descarte de lixo, sobretudo na margem do córrego Canivete, o que coincide com a percepção da população acerca da presença de lixo no local.
Ambiente verde e azul	A maioria dos setores do parque não possuem elementos de proteção solar, sendo que o único setor de <i>Espaço para crianças e bebês</i> não possui tal elemento.
	O parque é fundamental para a rede de drenagem do município e abriga dois importantes córregos da bacia, o Bananal e o Canivete, sendo que este encontra-se poluído e com mau cheiro.
	O parque está inserido em relevante contexto ambiental, com potencial para preservação da Mata Atlântica, manutenção da biodiversidade e contenção da expansão urbana, além da conectividade com as UCs estaduais e parques da Borda da Cantareira (propostos).
	Há escassez de parques implementados no contexto da bacia hidrográfica, em sua porção sul, reforçando a relevância do parque como equipamento de lazer e de recuperação ambiental.
	Não foram identificadas estratégias direcionadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
	Apesar de mais da metade da área do parque ser composta por vegetação, há potencial para o plantio de mais árvores nativas no local e mais espaços sombreados.

	Há áreas de risco geológico e hidrológico no entorno imediato do parque. A implantação do parque reduziu riscos ambientais na área da encosta e no córrego, incluindo a redução de riscos de inundação por transbordamento e eliminação de riscos de desabamento da encosta da Avenida Dep. Cantídio Sampaio, à margem direita, na porção à jusante do córrego.
	A manutenção da vegetação é feita diariamente e a equipe de manejo do parque.
Governança	A falta de equipamentos públicos no entorno reforça o potencial do parque para promover atividades por meio de parcerias intersecretariais.
	Não há atividades organizadas pela governança local ou pela comunidade no parque, indicando um distanciamento da população local.
	O conselho gestor, embora formalmente ativo, não realiza reuniões de forma frequente devido à falta de quórum.
	A administração simultânea de três parques, sem uma sede administrativa no Parque Linear Bananal-Canivete, limita o acompanhamento e a presença da gestão no local.
	Há necessidade de novas medidas de segurança, com destaque para a implementação de vigilância ativa e contínua.
	Não há mulheres no quadro de funcionários do parque.

5. Recomendações

Para a definição das recomendações para o Parque Linear Bananal-Canivete, foram compilados todos os elementos de diagnóstico obtidos via processos participativos, incluindo os quatro grupos (ver *Capítulo 2: Processo participativo*), junto com o diagnóstico das dimensões (ver *Capítulo 4: Diagnóstico das dimensões*), resultado da aplicação dos indicadores da *Avaliação Específica de Espaços Públicos*.

Em algumas das recomendações também foram inseridos os **desejos de futuro**, que se referem a ações, propostas ou aspirações advindas do processo participativo (ver *Seção 2.2 Principais Contribuições*) e que demandam um estudo de viabilidade. Os desejos de futuro também contemplam recomendações de projeto em parques que já estão em fase de execução de seus projetos e que não possuem previsão de novo investimento, implicando, portanto, em mudanças significativas no planejamento existente.

As recomendações foram organizadas em três eixos, relacionados à natureza da ação necessária: **gestão do parque, projeto de intervenção e articulação institucional**, definido da seguinte forma:

- **Gestão do parque:** apresenta os elementos de diagnóstico e recomendações específicas para o parque avaliado e que são de responsabilidade ou deverão ser articuladas pela pessoa gestora do parque. Estão relacionadas, sobretudo,

ao manejo e atividades cotidianas do parque;

- **Projeto de intervenção:** relacionado ao diagnóstico e recomendações que demandam a adequação da infraestrutura existente ou a criação de novas instalações e que requerem, portanto, recursos para o desenvolvimento de projeto e implementação;
- **Articulação institucional:** engloba o diagnóstico e recomendações que demandam ações intersecretariais ou de responsabilidade de outro setor externo à SVMA. Também apresenta recomendações na escala da cidade, **algumas das quais são aplicáveis a todos os parques**. As ações necessárias para implementação das recomendações do eixo de *Articulação Institucional* serão apresentadas em relatório específico de *Estratégias e Recomendações Políticas para a Cidade*.

Em cada eixo, os elementos do diagnóstico foram classificados dentro das sete dimensões da Avaliação e aborda tanto aspectos referentes ao interior do parque, quanto à área de influência e à bacia hidrográfica na qual o parque está inserido. É importante ressaltar que, tão importante quanto a realização de melhorias no interior do parque, é a adequação de sua área de influência, que deve ser entendida como uma extensão do parque e que é fundamental para a garantia de maior acessibilidade e vitalidade urbana no espaço público

Descrição	Fonte	Recorte Espacial	Cód. rec.	Recomendações
GESTÃO DO PARQUE				
O percentual de mulheres frequentando o parque é superior ao de homens, seguindo o predomínio de mulheres que há na área de influência.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R1	Desenvolver atividades periódicas, em parcerias com outras Secretarias e organizações, com o objetivo de atender à diversidade de perfis no parque considerando pessoas idosas, mulheres, crianças e jovens, fomentando atividades já existentes e aproveitando a infraestrutura construída para abrigar novas atividades. Incluir atividades voltadas a meninas e incentivar prática de piqueniques de mutirões de plantio.
A faixa etária predominante na área de influência do parque é de crianças e jovens.	Diagnóstico técnico	Área de influência		
De acordo com as pessoas frequentadoras, há poucas crianças no parque.	Participativo	Perímetro do parque		
O uso irregular de áreas do parque para estacionamento cria obstáculos à circulação de pedestres e pode impactar negativamente a flora local.	Participativo	Perímetro do parque	R2	Solicitar ao Detran instruções quanto a mecanismos de vigilância, para que se cumpra o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que estabelece, no Artigo 181, que estacionar em locais e horários proibidos pela sinalização é uma infração sujeita a multa e remoção do veículo.
Não há regulação do uso de pipas.	Participativo	Perímetro do parque	R3	Definir junto à SVMA a viabilidade técnica de permitir o uso de pipas e de bicicletas em locais pré-estabelecidos do parque.
Não há regulação do uso de bicicletas e faltam faixas para ciclistas.	Participativo	Perímetro do parque		
Falta fiscalização com relação ao trânsito de motocicletas e estacionamento de veículos no interior do parque.	Participativo	Perímetro do parque	R4	Solicitar ao Detran instruções quanto a mecanismos de vigilância para ciclovias no interior do parque, para que se cumpra o Artigo 193 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) que impede a circulação de motocicletas em calçadas, ciclovias, entre outros.
Há ocorrência de furtos no parque segundo as pessoas entrevistadas.	Participativo	Perímetro do parque	R5	Incentivar mecanismos de vigilância ativa, aumentando o número de pessoas na equipe de vigilância em pontos fixos pelo parque, principalmente nos locais próximos à identificação de ocorrências criminais. Promover atividades que garantam circulação constante de pessoas, e ofertar equipamentos inclusivos e espaços que favoreçam a visibilidade mútua.
Não há equipe de vigilância fixa no parque.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque		
Foram identificados atos e vandalismo em todos os setores que possuem equipamentos no parque.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque		
As mulheres relatam se sentir mais inseguras no parque em comparação aos homens.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R1	Implementar recomendação R1.
			R6	Incentivar igualdade de gênero nos espaços oficiais de governança, possibilitando que as mulheres que identifiquem e informem os aspectos que tornam o espaço mais inseguro.
			R7	Implementar políticas de igualdade de gênero na composição dos quadros de pessoas funcionárias do parque.
Não há mulheres no quadro de pessoas funcionárias do parque.	Diagnóstico técnico.	Perímetro do parque	R8	Estabelecer cronograma de limpeza fixo, implementar ações de educação ambiental e elementos de sinalização para conscientização. Conscientizar a população sobre a importância da despoluição do córrego e outros temas ambientais.
Foram identificados diversos pontos de descarte de lixo, sobretudo na margem do córrego Canivete, o que coincide com a percepção da população acerca da presença de lixo no local.	Diagnóstico técnico/Participativo	Perímetro do parque		
Há descarte irregular de lixo e dejetos de animais.	Participativo	Perímetro do parque		
Faltam medidas de fiscalização e comunicação para impedir a presença de animais soltos no parque.	Participativo	Perímetro do parque		
O córrego encontra-se poluído, sendo de grande relevância para o sistema de drenagem.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R9	Realizar atividades regulares de conservação, limpeza e manejo do córrego para o equilíbrio ambiental da região, incluindo a análise de qualidade da água.

			R10	Implementar recomendação R38 com foco na questão de descarte de resíduos no córrego.
É necessário melhorar os índices de biodiversidade para que o parque possa desempenhar plenamente seu papel como área de conservação ecológica.	Diagnóstico técnico		R11	Aumentar os índices de biodiversidade, através do controle e monitoramento, bem como melhoria das práticas de conservação dos atributos naturais e do levantamento e registro das espécies no parque.
A maioria das pessoas entrevistadas afirmam sentir o ar limpo e agradável dentro do parque.				
Identificou-se a ausência de incentivo para que as entidades comunitárias do entorno promovam atividades no parque.	Diagnóstico técnico.	Área de influência	R12	Fortalecer o vínculo entre a gestão do parque e a comunidade por meio da implementação de estratégias de comunicação e integração comunitária. Essas ações incluem a organização de encontros, cursos e capacitações promovidos em parceria com a CGC e a gestão do parque, com o objetivo de incentivar a articulação comunitária e formação de associações de bairro, apropriação comunitária do espaço e a participação ativa no conselho gestor.
A administração simultânea de três parques, sem uma sede administrativa no Parque Linear Bananal Canivete, limita o acompanhamento e a presença da gestão no local.	Diagnóstico técnico.	Área de influência	R13	Ter uma pessoa gestora para gerir o parque de forma exclusiva, mais próxima da comunidade e ativa no processo de articulação do conselho gestor sob supervisão da CGC.
O conselho gestor, embora formalmente ativo, não realiza reuniões de forma frequente devido à falta de quórum.	Diagnóstico técnico.	Área de influência	R14	Monitorar a frequência de participação das pessoas no conselho gestor, e intervir junto à gestão do parque quando necessário para estimular uma participação contínua. Em caso de faltas recorrentes, a CGC deve notificar a secretaria correspondente e solicitar a substituição da representação, garantindo a continuidade e efetividade da participação.
É um fator positivo que a equipe de pessoas funcionárias seja composta por pessoas moradoras do entorno.	Participativo	Perímetro do parque	R15	Incorporar requisitos de perfil de contratação para que o procedimento possa ser replicado a outros parques.
PROJETO DE INTERVENÇÃO				
De acordo com as pessoas frequentadoras, há poucas crianças no parque.	Participativo	Perímetro do parque	R26	Implementar recomendação R26.
É limitada a presença de infraestruturas para ciclistas no interior do parque, como paraciclos, via de bicicletas e/ou trilhas para ciclistas.	Diagnóstico técnico.	Perímetro do parque	R16	Instalar paraciclos estrategicamente ao longo do parque e implementar uma via ciclável planejada de forma a garantir a integração com a malha cicloviária do bairro.
O uso irregular de áreas do parque para estacionamento cria obstáculos à circulação de pedestres e pode impactar negativamente a flora local.	Diagnóstico técnico/ Participativo	Perímetro do parque	R2	Implementar recomendação R2.
Todos os setores do parque apresentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal.	Diagnóstico técnico.	Perímetro do parque	R17	Requalificar os caminhos principais que conectam os diferentes setores do parque, garantindo sua integração ao longo de toda a extensão do parque e sua conformidade com as normas de acessibilidade universal.
O parque possui limitações de espaço para a implantação de equipamentos.	Participativo	Perímetro do parque	R18	Desenvolver projetos de infraestrutura que sejam distribuídos pelo parque na forma de "estações" para se adequar as limitações de espaço.
Há pouca diversidade de equipamentos e instalações esportivas e de saúde.	Diagnóstico técnico/Participativo	Perímetro do parque	R19	Desenvolver proposta de estações de equipamentos esportivos, de lazer e infantis distribuídos pelo parque, respeitando sua limitação física.
Há uma fragilidade nos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do parque.	Diagnóstico técnico/Participativo	Perímetro do parque	R20	Incluir no projeto do parque a manutenção e o incremento de infraestrutura e mobiliário, garantindo iluminação e lixeiras de coleta seletiva em todos os setores e bebedouros de acordo com viabilidade técnica.
Não há infraestrutura administrativa e sanitários.	Diagnóstico técnico/ Participativo	Perímetro do parque	R21	Implantar uma sede administrativa e infraestrutura de apoio no parque, destinada a abrigar o gestor responsável exclusivamente pela administração e operações do Parque Linear Bananal-Canivete,

				incluindo ambientes para a realização de cursos de educação ambiental, sala de reunião do conselho gestor e associações locais.
Faltam bebedouros e manutenção dos existentes. A suspeita de solo contaminado desestimula seu uso.	Participativo	Perímetro do parque	R22	Desenvolver estudo de viabilidade para instalação de novos bebedouros e incluir em plano de comunicação a divulgação de informações da qualidade da água.
			R23	Averiguar qualidade do solo para garantir informações técnicas sobre sua situação e da água para consumo.
Faltam elementos de iluminação mais bem distribuídos pelo parque.	Participativo	Perímetro do parque	R24	Instalar postes de iluminação em todos os setores e na extensão da pista de caminhada.
Faltam elementos de sinalização e comunicação no parque, como placas de indicação dos acessos e setores, mapeamento e quadro de avisos, alertas e informações úteis.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R25	Desenvolver plano de comunicação visual para o parque, que deverá conter: sinalização nos setores, advertências e restrições de uso (Ex.: uso obrigatório de coleiras), sinalização de atributos naturais (Ex.: nascente existente no parque), informações de conscientização e educação ambiental (Ex.: identificação das árvores alerta de descarte de lixo), alerta de risco de queda no córrego.
Os espaços de brincar necessitam manutenção e diversificação dos equipamentos, sobretudo para atender a todas as faixas etárias e promover acessibilidade universal.	Diagnóstico técnico/Participativo	Perímetro do parque	R26	Desenvolver projeto de parquinhos em diferentes setores do parque, garantindo o sombreamento e a instalação de equipamentos que atendam a diversas idades.
A maioria dos setores do parque não possui elementos de proteção solar, sendo que o único setor de espaço para crianças e bebês não possui tal elemento.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque		
O parque conta com poucas estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas relacionadas à sua infraestrutura.	Diagnóstico técnico / participativo	Perímetro do parque	R27	Priorizar técnicas de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) na resolução de demandas e instalações no parque. Manter a coleta seletiva e o aproveitamento de resíduos de poda, implementar medidas para gestão hídrica (reaproveitamento de água da chuva, mecanismo de economia de água, reuso de águas, filtragem de água), eficiência energética (como painéis fotovoltaicos, coletores solares, sensores, irrigação automatizada, dentre outros mecanismos de economia de energia), gestão de resíduos (separação de resíduos orgânicos), agricultura urbana e drenagem (hortas educativas, viveiros, jardins de chuva, pavimentos permeáveis, etc).
			R28	Implementar horta ou espaços similares acessíveis a pessoas com deficiência. Verificar qualidade do solo para plantio e consumo de alimentos ou implementar soluções alternativas, como hortas suspensas.
Há poucas árvores e vegetação em geral no parque.	Diagnóstico técnico / participativo	Perímetro do parque	R29	Elaborar estudo de viabilidade técnica para realização de plantio de mais árvores com espécies nativas, em áreas destinadas ao estar e atividades. Desenvolver projeto de paisagismo para ampliação de jardins com flores e jardins sensoriais.
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL				
Uma grande parcela da população que vive na área de influência do Parque Linear Bananal-Canivete se caracteriza pela situação de alta vulnerabilidade, marcado pela presença de núcleos informais, favelas e por pessoas vivendo em situação de pobreza (71% da população).	Diagnóstico técnico	Área de influência	R30	Elaborar e instituir, por meio de portaria intersecretarial da Prefeitura de São Paulo, o Território-Parque como escala operativa de governança para a articulação intersetorial entre equipamentos públicos e subprefeituras nas áreas de influência dos parques, integrando, inclusive, ações de segurança urbana, acessibilidade e mobilidade ativa, entre outras.
Há presença de pessoas usuárias de drogas no interior do parque.	Participativo	Perímetro do parque	R31	Realizar articulação com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social com o objetivo de identificar quais programas e projetos podem ser implementados no parque para atendimento à população em situação de vulnerabilidade.
A oferta de transporte público ao parque é limitada.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R32	Promover a ampliação da oferta de transporte público nos bairros adjacentes ao parque, com oferta de linhas que conectem os principais equipamentos públicos como escolas, centros esportivos e de saúde com o parque.

Da extensão total das calçadas entorno ao parque, 61% não atendem à largura mínima exigida por lei, comprometendo o acesso seguro e inclusivo, especialmente para os 92% de pessoas frequentadoras que chegam ao parque a pé.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R33	Promover a acessibilidade universal das calçadas no entorno do parque.
Três regiões próximas ao perímetro do parque se destacam pela alta densidade de ocorrências criminais.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R34	Reforçar os mecanismos de vigilância e patrulhamento nas áreas adjacentes ao parque, principalmente nas que foram diagnosticadas com uma maior concentração de ocorrências criminais.
O parque apresenta relevância ambiental no contexto de preservação da Mata Atlântica, manutenção da biodiversidade e contenção da expansão urbana; potencial de conectividade com os parques da Borda da Cantareira e Linear Bananal (propostos, previstos no PDE).	Diagnóstico técnico / participativo	Bacia hidrográfica	R35	Implementar estratégias no parque e entorno para garantir conectividade entre as áreas para circulação da fauna silvestre, tais como arborização urbana com espécies nativas, incentivo a iniciativas de reflorestamento e refaunação, implantação de jardins polinizadores e jardins de chuva e infraestrutura amiga da fauna (como adequação da iluminação urbana, passagens de fauna, redução da emissão de ruídos, entre outros).
			R36	Acompanhar projetos de implementação dos parques da Borda da Cantareira, especialmente os que fazem limite ou estão no entorno imediato do parque: Bananal Canivete, Linear Bananal e Brasilândia, de forma a garantir sua integração ao parque existente.
Há áreas de risco hidrológico médio e alto e risco geológico baixo, médio, alto e muito alto entorno ao parque.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R37	No contexto do Território-Parque, promover maior integração entre as políticas de ordenamento territorial e com planos municipais, consolidando o papel do parque como um elemento estratégico na promoção da resiliência urbana. Apoiar políticas para fomentar educação climática em escolas do entorno.
O córrego encontra-se poluído, sendo de grande relevância para o sistema de drenagem.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R38	A partir de parcerias com a Secretaria de Educação, desenvolver atividades de educação ambiental no parque, envolvendo associações do entorno.
Há pouca oferta dentro da área de influência de equipamentos públicos, tais como de cultura, esporte, educação ou saúde .	Diagnóstico técnico	Área de influência	R39	No contexto do Território-Parque, a partir de parcerias intersecretariais, envolvendo secretarias como a de Cultura, Esportes, Saúde e Educação, desenvolver atividades e programas no parque, seguindo a recomendação R1, para que ele se torne um centro de referência cultural, esportivo, educacional e de saúde no bairro.
Faltam medidas de fiscalização e comunicação para impedir a presença de animais soltos no parque.	Participativo	Perímetro do parque	R40	Implementar recomendação R25 junto a uma articulação da gestão do parque com a zoonoses, em relação aos animais abandonados.

Figura 31. Equipe ONU-Habitat junto aos trabalhadores do Parque Bananal-Canivete



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Dentre as recomendações de **gestão** do parque, destaca-se a necessidade de promover ações que possam fomentar a frequência no parque por mulheres e meninas, a partir da diversificação de atividades e priorização das estratégias relacionadas à segurança, como ampliar a vigilância ativa – com presença de vigilantes, atividades que garantam circulação contínua e equipamentos inclusivos que favoreçam a visibilidade mútua – para além do posto administrativo, priorizando áreas com maior incidência criminal e sensação de insegurança. Com o objetivo de aumentar a percepção de segurança, sobretudo de mulheres, é necessário aumentar a representatividade feminina na equipe de segurança. Além disso, para maior fortalecimento do vínculo comunitário, recomenda-se a inclusão de pessoas que vivem nas proximidades do parque a composição do quadro da equipe administrativa e dessa segurança.

Também no sentido de fortalecer o vínculo comunitário, é necessário garantir a maior presença da pessoa gestora, que atualmente se divide entre outros parques. Tanto o diagnóstico técnico quanto o participativo apontam para a necessidade de fortalecer as ações de manejo da vegetação e coleta de resíduos. Outra medida que se apresenta como prioritário no eixo de gestão é a definição de regramentos para evitar conflitos de uso, especialmente para uso de pipas, circulação em bicicletas e passeio com cachorros, incluindo mecanismos de veiculação dessas informações.

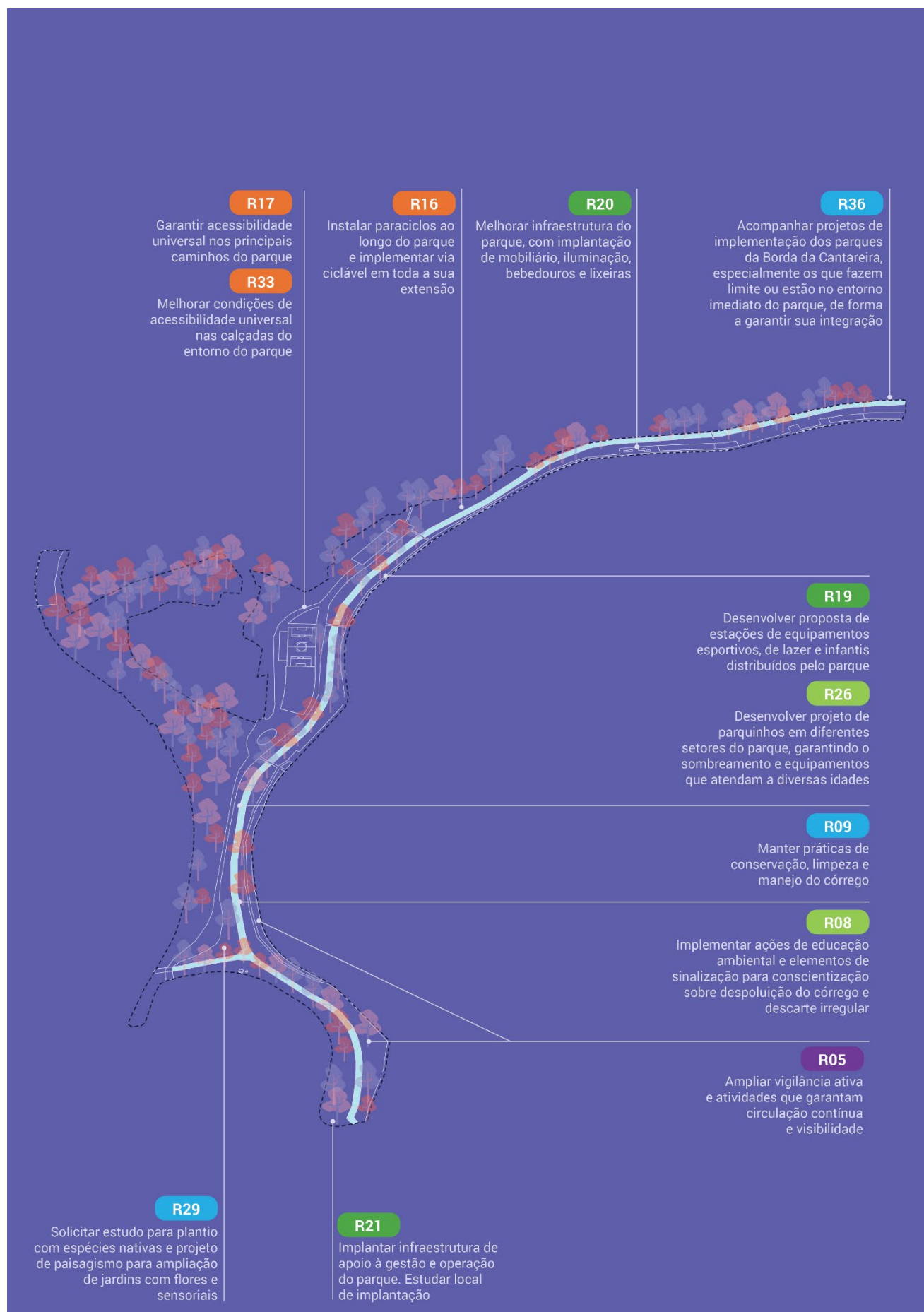
As recomendações para **projeto de intervenção** se relacionam com a ampliação de equipamentos de esportes e de brincar, que sejam distribuídos pelo parque sobre a forma de “estações” dada a limitação física do local. A criação de uma sede administrativa deve ser uma prioridade para garantir que as recomendações dos demais eixos possam ser implementadas, sobretudo relacionadas ao fortalecimento do vínculo entre a gestão e comunidade. Outra prioridade que se apresenta é a promoção de acessibilidade e requalificação geral dos passeios, dada a ampla utilização do espaço como rota de circulação entre bairros.

Por último, as recomendações do eixo de **articulação institucional** apontam para diversas ações que devem ser articuladas com outras secretarias e órgãos, sobretudo em

intervenções dentro da área de influência do parque. Para isso, é necessário que a área de influência passe a ser também um limite administrativo, além de um limite físico. A exemplo dos Territórios CEUs - programa que visa articular intervenções urbanas baseadas na integração com demais equipamentos públicos de relevância local e regional, buscando a qualificação do espaço livre público no entorno dos CEUs ao formar uma rede de percursos entre os equipamentos- pode-se aplicar o conceito de Território-Parque, sendo, portanto, uma unidade de governança compartilhada e planejamento territorial em escala local com o objetivo de estabelecer uma agenda comum de parcerias, atividades, ações e intervenções.

A criação do território possibilitará o desenvolvimento de recomendações para o estabelecimento de sinergias entre equipamentos públicos e associações comunitárias. Uma das prioridades identificadas para o estabelecimento de parcerias para a promoção de acessibilidade para acesso ao parque e para a integração de conectividade com a APA, ações para proteção da fauna silvestre e integração da rede hídrica.

Figura 32. Mapa de recomendações do parque Bananal-Canivete



Fonte: Produção própria, ONU-Habitat

Parque Anhanguera

Figura 33: Imagem do parque Anhanguera



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Entrevista

Figura 34. Isabelly de Assis Antônio Alves, 13 anos, estudante do 7º ano da EMEF CEU Perus



Fonte: Acervo ONU-Habitat

“O parque Anhanguera representa para mim um lugar de união. Muitas pessoas e famílias vão lá para se divertir. Pessoas que não têm muitas condições, em vez de ir para shopping e esses negócios, eles vão para o parque para se divertir com as crianças, com os pais, com os avôs”.

Isabelly de Assis Antônio Alves, 13 anos, estudante do 7º ano da EMEF CEU Perus.

Um lugar para caminhar, correr, esquecer as preocupações, pensar coisas novas, ler um livro, brincar, se refrescar, se divertir e ser feliz: é assim que a Isabelly Alves de 13 anos, moradora da região, descreve o Parque Anhanguera.

Andar de bicicleta ou correr na pista do parque são algumas das suas atividades favoritas. Isabelly valoriza o frescor, o ar limpo e a enorme quantidade de árvores presentes no local. Ela observa que a grande dimensão do parque é um potencial para abranger muitas atividades, mas tem se atentado que é pouco visitado pelas pessoas.

Desde pequena, a Isabelly costuma ir ao Parque Anhanguera para percorrê-lo e se deixar cativar pelos encantamentos da floresta. Avistar animais silvestres nas árvores e recolher pinhas para decorar sua árvore de Natal junto à sua mãe, são algumas das memórias que mais aprecia em relação ao parque.

A estudante do 7º ano acredita que o maior valor que tem o Parque Anhanguera para a

comunidade em volta é ser um lugar para todas as pessoas, sem nenhum tipo de distinção: “é um lugar para você ser livre, para você fazer o que quiser, se divertir, se você estiver triste você leva um amigo ou vai sozinho e se diverte sozinho... andar de bicicleta, fazer um monte de coisa lá. Mas não pense quando estiver lá, não pense em nada. Nenhuma preocupação, nenhum problema. A única coisa que você precisa ser preocupar é não se machucar com a bicicleta, só isso”.

Contudo, chegar até o parque pode representar certa dificuldade para algumas pessoas. Isabelly aconselha para as pessoas frequentadoras que não tem veículo particular, pegar um ônibus até o parque, especialmente de domingo que a passagem é gratuita. Ela aponta que seria prazeroso ir de bicicleta até o parque, mas que atualmente é muito perigoso.

Para Isabelly, um desejo para o Parque Anhanguera seria que tivesse mais espaços e elementos que o deixassem mais divertido, especialmente para as crianças, mas também para os adultos. Organizar sessões de cinema ao ar livre – onde as pessoas possam levar suas pipocas e cadeiras – deixando os lugares preferenciais para os idosos, crianças e mães gestantes é uma das primeiras sugestões da Isabelly.

Por outro lado, um lugar para brincar com água, balanços, redes para descansar espalhadas pelo parque -- não muito altas para que os idosos possam usar confortavelmente -- e um lugar sombreado para os bebês se divertirem, também fazem parte dos desejos da adolescente para o parque.

No final, Isabelly destaca a importância dos parques para a saúde mental, especialmente para as meninas e meninos: “há muitas crianças hoje em dia que tem depressão a essa idade e eu queria que elas tivessem memórias boas na infância, que muita gente não tem. E para os adultos também. Muita gente trabalha, estuda, não tem muito tempo para essas coisas...”. A adolescente acredita que um dia inesquecível no parque tem o poder de tirar a tristeza das pessoas nesse dia, deixando-as felizes, colocando “a mente nas nuvens”.

1. Sobre o Parque

O Parque Anhanguera está localizado no distrito Anhanguera, na subprefeitura Perus. O entorno do parque possui vários trechos sem classificação em termos de vulnerabilidade – pela maioria deles representar extensa área verde. Contudo, existem recortes de vulnerabilidade muito baixa a alta no entorno, com recorte específico de muito alta ao nordeste do parque, conforme o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) (São Paulo, 2025).

Figura 35: Mapa de localização do Parque Anhanguera em relação ao município e região



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A área do entorno ao parque é caracterizada pela carência de equipamentos de lazer e cultura e pouca presença de equipamentos públicos de esporte. Em termos de população, a região é majoritariamente composta por mulheres, mas com porcentagem próxima à de homens, possui mais da metade de pessoas pretas e pardas e altíssima concentração de jovens -- mais de 45% (Rede Nossa São Paulo, 2023).

Tabela 4: Ficha introdutória do parque

Nome	Parque Anhanguera
Área total	1.811.628,51 m²
Ano de inauguração	1979
Categoria	Urbano
IP 2022	3.47/5
Nota no Quadro de Priorização	2.68/10
Endereço	Av. Fortunata Tadiello Natucci, 1000 – Estrada de Perus
Horário de funcionamento	6h às 18h
Distrito	Anhanguera
Subprefeitura	Perus

O parque, junto ao Refúgio de Vida Silvestre (RVS), faz parte de uma cobertura vegetal de 9,5 milhões m², localizada no limite noroeste do município e vizinha das cidades de Caieiras e Cajamar. Sua declividade desce até 50 m do nível de acesso nas suas laterais, de forma abrupta no sentido oeste, e ténue no sentido leste, em função de dois fundos de vale.

Os principais equipamentos que o parque oferece são dois campos de futebol, quatro quadras poliesportivas, orquidário, parquinhos infantis, heliponto, pista de caminhada, anfiteatro, aparelhos de ginástica, churrasqueiras, quiosques, três módulos sanitários, sede administrativa, almoxarifado, refeitório para pessoas funcionárias e estacionamento. O acesso ao parque é realizado por uma portaria localizada na parte norte, porém o parque não é gradeado.

1.1 Histórico

O Parque Anhanguera é o segundo maior parque municipal urbano na cidade de São Paulo. Com uma área de visitação de 400.000 m² dentro do conjunto de parque e do RVS, o restante da área destina-se à preservação do ecossistema e diversidade biológica e ao Centro de Manejo e Conservação de Animais Silvestres (CEMACAS). O Anhanguera se localiza entre os parques estaduais do Jaraguá e da Cantareira, e exerce uma importante função de amortecimento e conexão nesse corredor ecológico, o que permite a manutenção de espécies de flora e fauna nesses locais (São Paulo, 2024a).

A origem remete aos anos 1950, quando o local era parte do Sítio Santa Fé. O terreno foi confiscado pela união por dívidas do seu proprietário e, posteriormente, adquirido pelo município o qual destinou a maior parte ao parque, cuja extensão contemplava inicialmente a área do RVS. Por ser uma antiga fazenda de reflorestamento, na vegetação predominam os

eucaliptos, com alguns fragmentos de mata atlântica, que junto aos dos parques vizinhos fazem parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (Pletsch *et al.*, 2013).

O decreto que define a área do RVS como Unidade de Conservação (UC) foi promulgado em 2020, e o seu plano de manejo publicado em 2024 (São Paulo, 2024c).

Figura 36: Imagem do Parque Anhanguera



Fonte: Acervo ONU-Habitat

2. Processo participativo

Na Avaliação Específica de cada parque, os quatro grupos-alvo mencionados na [Seção 2.4 Participação das partes interessadas](#) fizeram parte das diversas atividades participativas propostas. Estas ações foram baseadas nas metodologias ONU-Habitat *Bloco a Bloco* (UN-Habitat, 2021) e *Cidade Delas* (UN-Habitat, 2022), somadas às ferramentas disponíveis na guia de Avaliação Específica de Espaços Públicos, adaptadas ao contexto e características da cidade de São Paulo.

2.1 Partes interessadas envolvidas

No caso do Parque Anhanguera, a busca por grupos que fizessem vida no parque e lideranças da região para contribuir com a Avaliação foi articulada, no início, com o gestor do parque e com as pessoas conselheiras do Conselho Gestor.

O **primeiro grupo** alcançado foram cinco **lideranças femininas** convidadas a fazer parte do grupo de capacitação da sociedade civil sobre metodologias do ONU-Habitat, formado por apenas público do gênero feminino e com mais de 18 anos.

O **segundo grupo** alcançado foram **pessoas funcionárias** da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), principalmente da SVMA, que estivessem envolvidas com algum dos 10 parques priorizados, seja na gestão dos parques ou na área de projetos e obras. No caso específico do Parque Anhanguera, participaram da Avaliação o gestor do parque e duas pessoas da Divisão de Implantação, Obras e Projetos (DIPO).

O **terceiro grupo** participante da Avaliação foram **23 meninas adolescentes, entre 12 e 14 anos de idade, e duas professoras** do CEU Perus, as quais participaram na oficina bloco a bloco, dirigida exclusivamente a esse público escolar.

O último e **quarto grupo** convocado a participar foram **pessoas frequentadoras** que se aproximaram à oficina aberta realizada no

parque. Nessa atividade, foi aplicada a ferramenta de matriz Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) com mais de 11 pessoas de diferentes idades e gêneros, sendo todas elas moradoras do entorno imediato. Este grupo também participou de entrevistas estruturadas, nas quais contribuíram 21 pessoas no total.

Figura 37. Pessoas funcionárias da PMSP no Parque Anhanguera utilizando a ferramenta de observação para a Avaliação



Figura 38. Pessoas participantes da oficina bloco a bloco do Parque Anhanguera



Fonte: Acervo ONU-Habitat.

Figura 39: Meninas adolescentes explicando sua proposta para o Parque Anhanguera às lideranças femininas e funcionário da PMSP



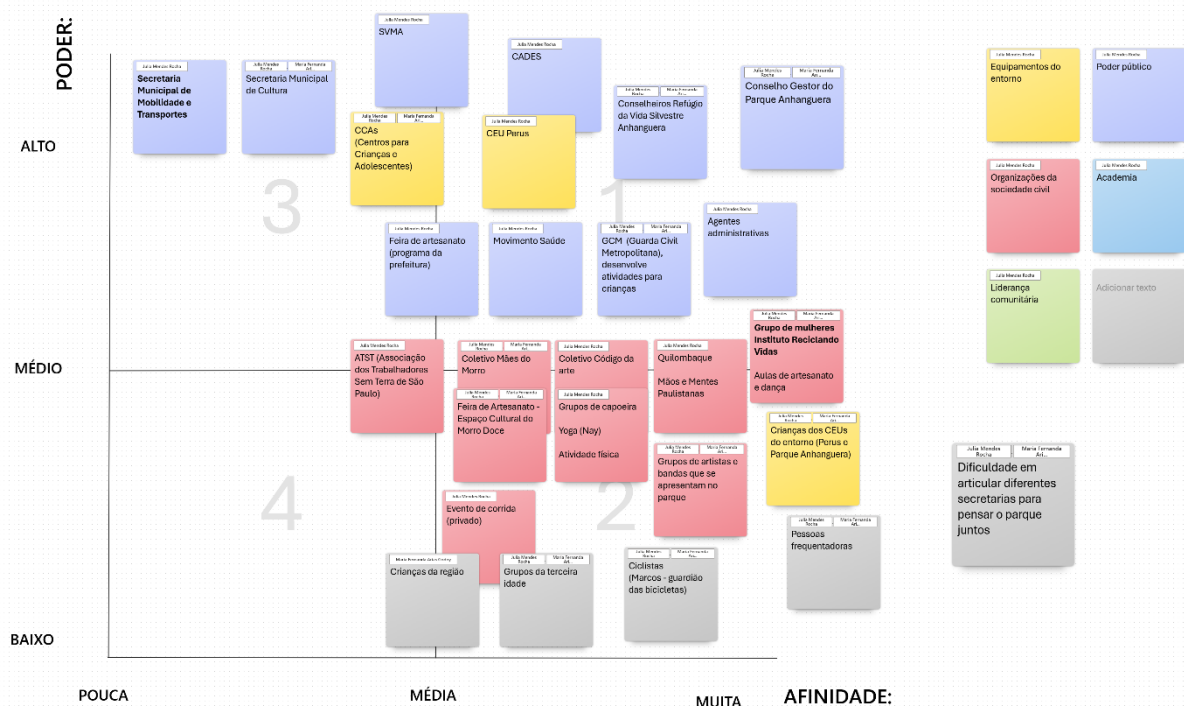
Fonte: Acervo OVU-Habitat

2.2 Principais contribuições

O primeiro grupo, constituído por lideranças femininas, contribuiu com a facilitação dos exercícios práticos e com a divulgação das atividades abertas ao público geral. Foram também estas lideranças que forneceram as informações para a construção do mapeamento das partes interessadas do parque, a partir do seu olhar comunitário e conhecimentos das

redes e grupos existentes que fazem vida no espaço público avaliado. Segundo as lideranças consultadas, os principais grupos afetados pelo deterioro ou que seriam beneficiados com a requalificação do parque são organizações da sociedade civil que fazem vida no parque e os conselhos do parque e do RVS.

Figura 40. Mapeamentos das partes interessadas do Parque Anhanguera, a partir das perspectivas das lideranças femininas participantes da Avaliação



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O segundo grupo, o das pessoas funcionárias municipais, forneceu informações técnicas e de gestão do parque ao longo das atividades participativas da Avaliação. Elas apoiaram na recepção no parque das atividades com os diversos grupos participantes e validaram, preliminarmente, algumas das recomendações propostas no processo.

Dos últimos dois grupos, foram coletadas e sistematizadas contribuições de viés qualitativo, categorizadas em **sentimentos** suscitados pelo parque, **problemas**, **potencialidades**, **soluções** e **desejos** para ele. Também foram priorizadas as principais ações necessárias para sua requalificação e ativação em termos de usos e gestão.

Figura 41. Nuvem de palavras dos sentimentos suscitados pelo parque para as participantes da caminhada exploratória



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Calor, alegria e conforto foram os principais sentimentos destacados pelas pessoas participantes das atividades de percepção no parque. Elas valorizaram a exuberante natureza do parque, dando destaque à grande quantidade de árvores, ao frescor, ar puro e bom cheiro das flores, às trilhas e à presença da fauna, considerando o parque um local silencioso, idôneo para contemplação. Foi considerado um local bom para as crianças e adequado para práticas esportivas, em parte pela sua infraestrutura, no qual teria demanda para o aluguel de bicicletas.

Ter um banheiro adaptado, estacionamento gratuito, serviços de cuidado aos animais silvestres, muitas mulheres na equipe de segurança e boa manutenção em geral, foram também apontamentos positivos do parque, que até trouxeram o depoimento: “é como se estivesse em casa”.

Outros aspectos destacados nas percepções das pessoas participantes das dinâmicas da Avaliação foi a falta de manutenção da infraestrutura de apoio para as pessoas funcionárias, do aquário, da pista de caminhada,

dos brinquedos e sanitários, entre outros equipamentos. Também foi apontada a falta de acessibilidade, de mais bebedouros e bancos, de melhor distribuição dos brinquedos, de redários embaixo das árvores e sinalização em geral, especialmente em referências aos animais silvestres presentes e à necessidade de tomar medidas em relação aos animais domésticos abandonados.

A falta de um núcleo sul do parque com equipamentos e administração, foi relatada como um problema, assim como o potencial risco de atropelamento de pessoas e de fauna ao longo da via de acesso ao parque. Foi apontado que o local é percebido como inseguro pelos seus acessos informais e que existe pressão no entorno pela ocupação de áreas no limite do parque.

Por outro lado, a baixa utilização dos campos em relação às quadras – talvez pelo chão de terra que vira lama quando chove, a pouca presença de pessoas frequentadoras durante a semana, a presença de lixo em locais específicos e a predominância de eucaliptos, foram também questões colocadas como negativas.

Figura 42. Principais problemas e potencialidades expressados pelas pessoas participantes da Avaliação

Problemas – Pontos Negativos

- Pista de caminhada esburacada
- Faltam bancos e bebedouros, e manutenção dos existentes
- Falta abastecimento de água em dias muito frequentados
- O orquidário tem falta de manutenção geral e tem ventilação inadequada (sensação de abafamento e calor)
- Pouca acessibilidade para PcD entre os setores
- Falta de sinalização do parque entre os setores
- Faltam brinquedos e para todas as idades. Atualmente tem limite de idade (10 anos)
- Falta de espaço no parque para acomodar atividades culturais e educativas
- Falta bicicletário ou paraciclos
- Falta núcleo ao sul do parque, com sede administrativa e equipamentos
- Existe risco de atropelamento de pessoas e fauna ao longo da via de acesso ao parque
- Opções limitadas de transporte público para acessar o parque
- A falta de cercamento do parque gera insegurança, especialmente nas trilhas
- O parque tem reputação de ser inseguro
- Falta comunicação sobre as atividades existentes no parque, como divulgação em redes sociais, transporte público e estabelecimentos do entorno
- São ofertadas poucas atividades, principalmente nos dias de semana
- Existe abandono de animais
- Existência caça, ainda que esteja reduzindo
- Existe demanda por mais churrasqueiras, porém há uma preocupação com o impacto ambiental
- Faltam opções de alimentação como lanchonete, trailers, água de coco, entre outros compatíveis com o parque. Possibilidade de criar um termo de permissão de usos e necessidade de criar infraestruturas para locais fixos ou temporários (feiras).

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A partir desses sentimentos, problemas e potencialidades detectadas pelas pessoas participantes das atividades da Avaliação Específica, foram propostos por elas mesmas **soluções e desejos para o Parque Anhanguera**.

Sobre a **conexão urbana** do parque com o seu entorno, foi sugerido garantir o acesso até o parque, com conforto e segurança, através de modos ativos e coletivos.

Potencialidades – Pontos Positivos

- Existir muita natureza e trilhas
- Ser um local calmo e contemplativo
- Bom lugar para crianças
- Possui infraestrutura para prática esportiva
- Demanda para aluguel de bicicletas
- Ter um banheiro adaptado
- Ter estacionamento gratuito
- Oferecer serviços de proteção aos animais silvestres
- Muitas mulheres na equipe de segurança
- A comunidade do entorno é próxima ao parque. Poderia ser aproveitada para articular ações para aumentar a presença durante a semana
- Grupos de corrida de outras regiões utilizam o espaço do parque
- Desapropriação de área particular para criação de acesso sul do parque

A implantação de calçadas e ciclovias na via principal de acesso, assim como transporte público com frequência, foram elementos destacados. Também a criação de passagens de fauna entre o parque e as áreas verdes circundantes, assim como a colocação de elementos de redução de velocidade de veículos, foram desejos expressados. Já em termos paisagísticos, foi pedido trazer mais cor para o parque, através de flores e arborização nativa, e a implantação de hortas, que sejam acessíveis a pessoas em cadeira de rodas e outras PcD.

Sobre a **infraestrutura do parque** foram propostos elementos de comunicação visual (sinalização acessível, painéis informativos e interativos, mapas de localização e identificação das trilhas), mobiliários e elementos lúdicos (fontes interativas, locais para se refrescar, mesas de ping-pong, brinquedos para pessoas de todas as idades e acessíveis a PcD, parques naturalizados que incluam tirolesas, balanços, escorregadores no terreno, areia e outros dispositivos para interagir com a paisagem). Foram também solicitados locais para descanso (como bancos, redes e outros específicos para mães e cuidadoras), atividades de lazer (espaços cobertos para leitura, ioga e atividades várias) e equipamentos relacionados ao funcionamento do parque como bebedouros, fraldários nos banheiros, contentores e latas de lixo reciclável, rampas e outros dispositivos que garantam a acessibilidade no parque.

Garantir o abastecimento de água no parque nos dias de mais visitação foi, inclusive, umas das prioridades apontadas pelas pessoas participantes, assim como a colocação de

elementos de proteção no desnível em relação à rua de acesso, para pessoas e animais. Colocar quadras de basquete e gramado sintético ou natural nos campos, foram também pedidos realizados.

Sobre os **usos e a gestão** do parque, foi mencionada a importância de oferecer mais

atividades, como aulas de dança, sobre o meio ambiente e jogos para todas as faixas etárias, com programação e divulgação, as quais poderiam ser articuladas em parceria com as escolas próximas. Existem grupos de feiras de artesanato no entorno que poderiam realizar atividades dentro do parque, foi também um desejo expressado pelas pessoas participantes.

Figura 43: Oficina no Parque Anhanguera



Fonte: Acervo ONU-Habitat

3. Avaliação

As Seções 3.1 a 3.7 apresentam os principais resultados obtidos com a aplicação da *Avaliação Específica de Espaços Públicos*, sendo cada Seção correspondente a uma dimensão de análise.

3.1 Caracterização urbana da área de influência

O Parque Anhanguera não possui delimitação de Área de Influência. Isso porque nenhum núcleo urbano é alcançado em um raio de 15 minutos de caminhada a partir de seu único acesso oficial

Ainda assim, a sul do parque, se localizam núcleos urbanos nos quais a população acessa o parque através de acessos informais, caracterizados pela ausência de elementos de controle de acesso (ver Seção 3.4 Segurança).

A norte do parque, onde está localizada a portaria de acesso, há uma desconexão com o tecido urbano, uma vez que há restrições de ocupação entorno à portaria existente devido à existência do Refúgio da Vida Silvestre (RVS) Anhanguera, recém-estabelecido como UC Municipal de Proteção Integral (ver Seção 3.6 Verde e Azul).

Assim, a criação de acessos secundários mais conectados com núcleos urbanos, permitirá a definição de uma Área de Influência para avaliações futuras acerca da interação da população residente com o parque.

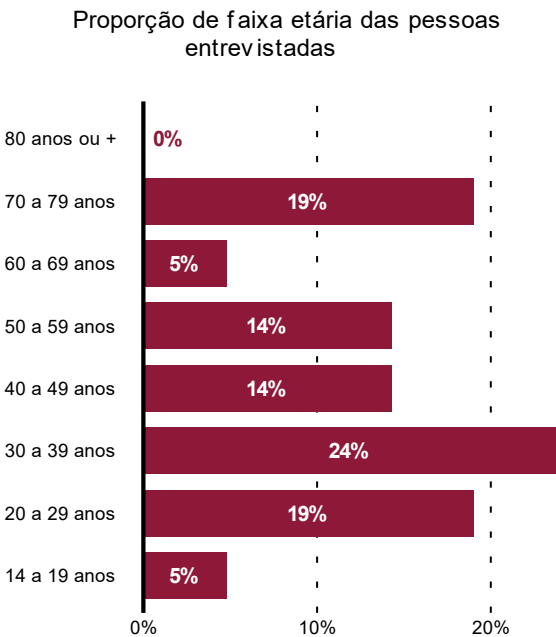
3.1.2 Pessoas no Parque Anhanguera e na sua área de influência

Uma vez que não foi estabelecida Área de Influência para o Parque Anhanguera, a avaliação do perfil socioeconômico se restringiu às entrevistas realizadas com as pessoas que frequentam o parque.

No ano de 2021, foram registradas 139.045 pessoas frequentando o Parque Anhanguera.
Em 2022, foram registradas 177.017 pessoas

Dentre as 21 pessoas entrevistadas, houve predomínio de adultos entre 30 e 39 anos (24%), seguidos por jovens de 20 a 29 anos, e idosos de 70 a 79 anos (19%).

Gráfico 17: Faixa etária das pessoas que frequentam o parque

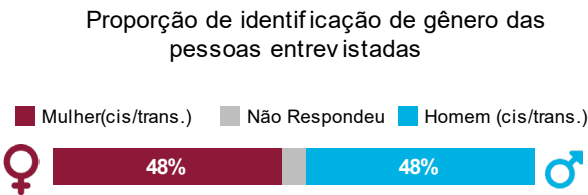


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Ainda que a população na cidade de São Paulo seja predominantemente feminina, foram entrevistados o mesmo número de homens e mulheres frequentando parque.

Comparado aos resultados da Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo (ONU-Habitat, 2024), que apontou para uma maior presença de homens nos parques da cidade, os resultados sugerem que há uma maior inclusão das mulheres no Parque Anhanguera.

Gráfico 18: Gênero das pessoas que frequentam o parque

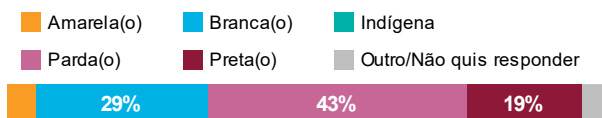


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação ao perfil de cor e raça, 62% das pessoas entrevistadas se declararam pretas ou pardas, enquanto 29% se declararam branca.

Gráfico 19: Perfil de cor ou raça das pessoas que frequentam o parque

Proporção de raça e cor das pessoas entrevistadas



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O que se descobriu?

1. A falta de delimitação da Área de Influência reduz a possibilidade de avaliar a população entorno e assim identificar as prioridades de intervenção no parque para atendimento à suas necessidades específicas;
2. A paridade de gênero dentre as pessoas entrevistadas, sugere uma inclusão das mulheres no parque.

3.2 Acessibilidade

O primeiro indicador analisado para avaliar a acessibilidade do Parque Anhanguera refere-se às infraestruturas de deslocamento existentes em sua área de influência. Esse indicador, representado no mapa ao lado (*Mapa 9*), inclui o mapeamento do sistema ciclovitário, bem como a cobertura do transporte público, considerando estações de metrô, terminais de trem e de ônibus, além de pontos de ônibus.

Devido à localização isolada do parque, nenhum núcleo urbano é alcançado em um raio de 15 minutos de caminhada, resultando na ausência de uma área de influência e em meios de acesso limitados.

No transporte público, há apenas dois pontos de ônibus em uma distância viável de deslocamento, e o acesso ao parque não conta com conexão a uma rede ciclovitária.

A falta de uma rede ciclovitária e as poucas opções de transporte coletivo, restritas a sete linhas de ônibus, reforçam a dependência do transporte individual para acessar o parque.

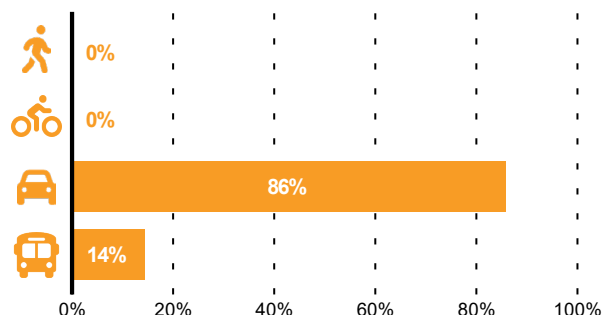
Além disso, a carência de possibilidades de transporte público para acessar o parque foi um dos pontos levantados como negativos pela comunidade através do processo participativo, descrito no *Capítulo 2 Processo participativo*.

Isso evidencia a necessidade de um sistema de mobilidade dedicado, conectando o parque a escolas, centros esportivos, culturais e outros equipamentos públicos dos bairros vizinhos.

A limitação de acesso ao Parque Anhanguera se reflete nos padrões de deslocamento das pessoas frequentadoras.

Gráfico 20: meio de locomoção das pessoas usuárias do parque

Proporção das respostas das pessoas entrevistadas:

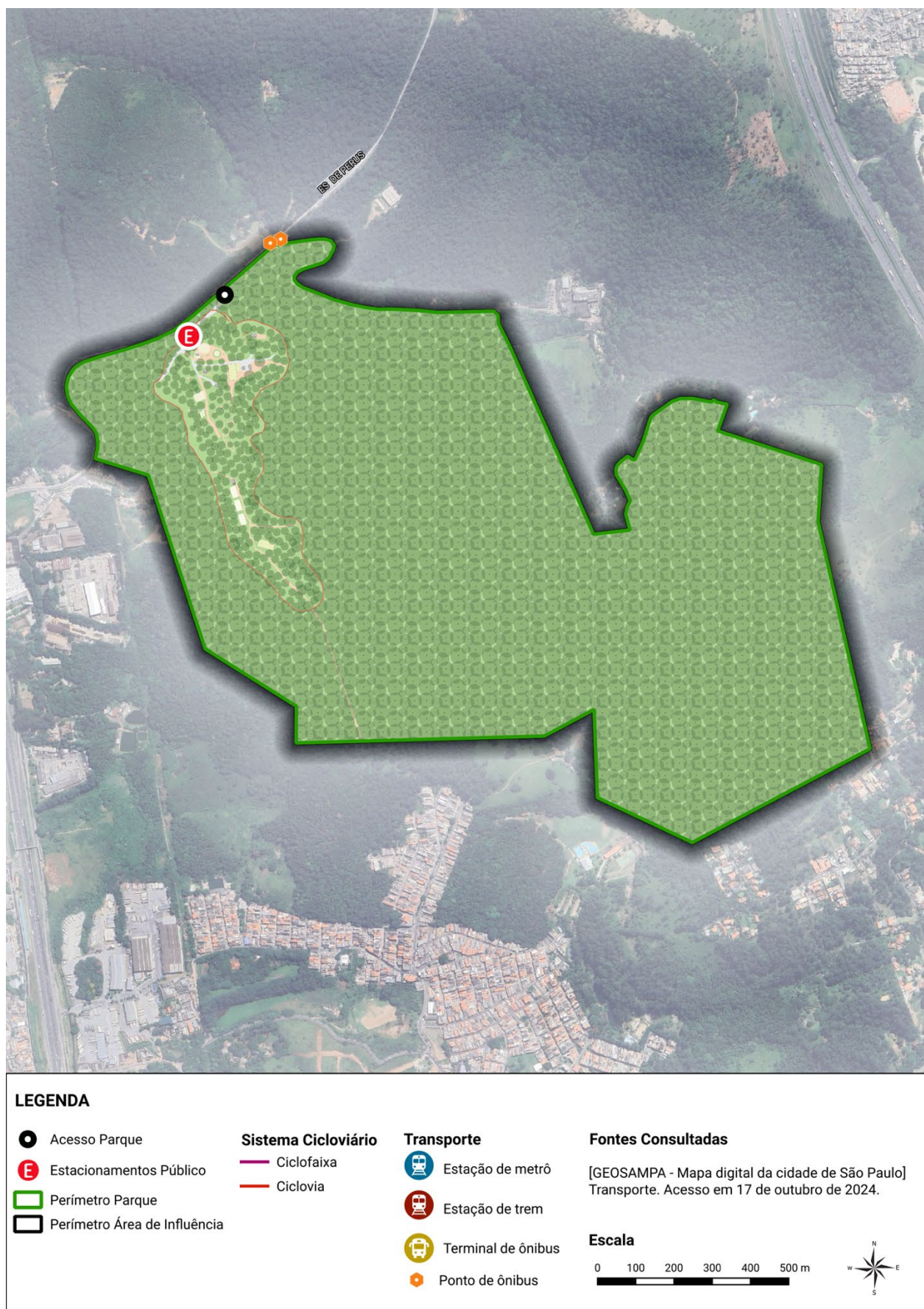


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Segundo o *Gráfico 20*, 86% utilizam transporte individual para chegar ao parque, enquanto apenas 14% recorrem ao transporte público.

Esse dado indica que o parque é majoritariamente frequentado por quem tem acesso a veículos particulares.

Mapa 9: Mapa de identificação dos modelos de deslocamento



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Para as pessoas que optam por acessar o parque através do transporte público - hoje, a única forma de acessar o parque com exceção do transporte individual -, a qualidade de acessibilidade e segurança da portaria de acesso é de extrema importância. A *Figura 44* contém representações deste acesso ao parque, com a indicação as infraestruturas presentes e ausentes.

O acesso do Parque Anhanguera, que é localizado na Estrada de Perus, conta com apenas uma faixa de pedestre desde o ponto de ônibus até o outro lado da via, próxima ao acesso do parque. Não existe nenhum elemento de acessibilidade como calçadas pavimentadas, desobstruídas, com inclinação correta ou piso tátil, limitando o acesso.

Além disso, para a travessia de pedestres não foi identificada uma sinalização. Pela Estrada de Perus ser uma via de trânsito rápido, isso pode colocar em risco aos pedestres que atravessam para acessar o parque.

Sendo assim, percebe-se que o acesso do Parque Anhanguera apresenta desafios em termos de acessibilidade e segurança para pedestres, tornando o acesso ao parque menos inclusivo e inseguro.

Segundo as contribuições descritas no *Capítulo 2 Processo participativo*, há uma demanda comunitária pela desapropriação da área ao sul do parque, com o objetivo de criar um segundo acesso e ampliar as condições de acessibilidade. Além disso, a região já conta com acessos informais, conforme descrito na *Seção 3.4 Segurança*.

Outro aspecto essencial da acessibilidade do parque é sua adequação entre os setores internos ao uso por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Um parque acessível garante que pessoas com deficiência e mobilidade reduzida possam usufruir plenamente do espaço, promovendo a inclusão.

Gráfico 21: Acessibilidade nos setores do parque

Setores por adequação de pavimentação e inclinação para pessoas com deficiência



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Diante das observações realizadas no parque, verificou-se que 100% dos setores apresentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal. Contudo, segundo o *Gráfico 22*, 42% das pessoas entrevistadas na oficina aberta percebem a acessibilidade no interior do parque como boa (38%) ou muito boa (10%), enquanto 29% são indiferentes e 19% consideram ruim.

Gráfico 22: Percepção de acessibilidade pelo público

Percepção das pessoas entrevistadas sobre a acessibilidade do parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Apesar da percepção majoritariamente positiva sobre a acessibilidade do parque, os processos participativos (*Capítulo 2 Processo Participativo*) destacaram a presença de buracos e obstáculos nas pistas de corrida e na pavimentação entre setores como fatores que comprometem a acessibilidade e a segurança das pessoas frequentadoras.

O que se descobriu?

1. A falta de rede cicloviária e as poucas opções de transporte coletivo (sete linhas em dois pontos) reforçam a dependência do transporte individual;
2. O acesso ao Parque Anhanguera apresenta desafios de acessibilidade e segurança para pedestres, tornando-o menos inclusivo e inseguro;
3. Todos os setores do parque enfrentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal;
4. Apesar da percepção majoritariamente positiva da acessibilidade interna, processos participativos destacaram buracos e obstáculos nas pistas de corrida e na pavimentação entre setores, afetando acessibilidade e segurança.

(ILUSTRAÇÃO ACESSO – em
desenvolvimento)

Figura 44: Ilustração do acesso do Parque
Anhanguera

3.3 Instalações e mobiliário

Assim como as cidades podem convidar as pessoas para uma vida em seus espaços, há muitos exemplos de como a renovação de um único espaço, ou mesmo a mudança no mobiliário urbano e outros detalhes podem convidar as pessoas a desenvolver um padrão de uso totalmente novo (Gehl, 2010). Considerando esse potencial transformativo, foi realizado o levantamento em campo da condição dos principais elementos que compõem a infraestrutura do parque.

Conforme a *Tabela 5* e *Tabela 6*, o Parque Anhanguera possui doze setores, dos quais cinco são dedicados à prática esportiva, três a espaços para crianças e bebês, e três sanitários. O parque ainda conta com outros equipamentos, como espaço para pet e jardim de plantas medicinais. Em nenhum dos setores há equipamentos adaptados a pessoas com deficiência.

No levantamento de mobiliário urbano existente nos setores, foi observado que há maior carência de postes de iluminação, bancos e lixeiras.

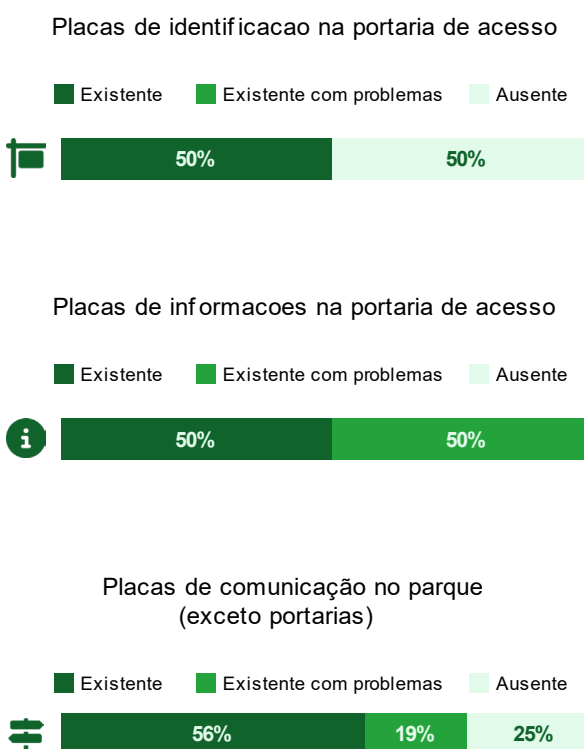
O reduzido número de elementos de iluminação está relacionado com o horário de funcionamento do parque, das 6h às 18h, predominando os horários com presença de luz diurna. Em caso de alterações futuras em que se pretenda alterar ou ampliar o horário de funcionamento, deverá ser avaliada a necessidade de incremento dos elementos de iluminação.

Ainda que não tenha sido registrado pontos de descarte irregular de lixo (ver *Seção 3.5 Conforto e ambiente*) é fundamental garantir a provisão de lixeiras em todos os setores do parque. Quanto aos bebedouros, há uma distribuição parcial nos setores, porém os setores *Espaço de Esporte e Lazer 4* e *Espaço para crianças e bebês 3* não possuem bebedouros e estão mais afastados de outros equipamentos do parque.

Em relação à sinalização, o Parque Anhanguera está parcialmente dotado de elementos de

sinalização, sendo que em seu interior, apresenta uma cobertura de 50% dos setores e áreas de circulação com placas de comunicação em condições adequadas de manutenção e 19% dos locais com placas existentes, porém em condições inadequadas.

Gráfico 23: Caracterização da sinalização no parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Em relação às condições de manutenção dos equipamentos dos setores, os equipamentos de esportes e lazer necessitam manutenção, sobretudo de reparos de alambrado e pintura. A trilha de bicicleta e caminhada, amplamente utilizada pelas pessoas frequentadoras do parque, apresenta trechos com irregularidades em sua pavimentação.

Já os equipamentos dos setores de espaço para crianças e bebês, apesar de apresentar diversidade de equipamentos, necessitam manutenção de forma geral, além de contar com equipamentos com problemas de funcionamento.

Tabela 5: Avaliação dos setores do parque- Equipamentos e mobiliário

Nome do setor		Equipamento	Necessita manutenção	Mobiliário				
	Espaço de esporte e lazer 1	Trilha de bicicleta e caminhada	Sim					
	Espaço de esporte e lazer 2	Campo de futebol	Sim					
	Espaço de esporte e lazer 3	Quadras poliesportivas	Sim					
	Espaço de esporte e lazer 4	Academia ao ar livre	Não					
	Espaço de esporte e lazer 5	Campo de futebol	Sim					
	Espaço para crianças e bebês 1	Parquinho	Sim					
	Espaço para crianças e bebês 2	Parquinho	Sim					
	Espaço para crianças e bebês 3	Parquinho	Não					
	Espaço para refeição 1	Mesas e quiosques	Sim					
Legenda:		Iluminação	Banco	Lixeira	Bebedouro	Sinalização	Presente	
							Ausente	

Figura 45: Localização dos setores do Parque Anhanguera



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Tabela 6: Avaliação dos sanitários do parque

Nome do setor	Acessibilidade 	Diferenciação de gênero  	Chuveiro 	Vestiário público 	Sinalização 	Trocador infantil 
 Sanitário 1						
 Sanitário 2						
 Sanitário 3						

Legenda: Presente  Ausente 

No momento do levantamento de informações, o parque contava com três setores de sanitários. Quanto à acessibilidade, um conjunto de sanitários não está adequado a pessoas com deficiência. Nenhum dos sanitários possui chuveiro e vestiário de uso público, ambos considerados como importantes para incentivo a deslocamentos ativos (a pé ou bicicleta). Além disso, os sanitários estão dotados de infraestrutura de suporte a pessoas com bebês, o que compromete a utilização ou permanência no parque por pessoas com bebês.

O parque não dispõe de elementos de combate a incêndio e equipamentos de primeiros socorros, apesar de contar infraestrutura de suporte e administrativa capaz de armazenar estes insumos.

O que se descobriu?

1. Alguns setores do parque não contam com lixeiras;
2. De forma geral, há necessidade de manutenção dos equipamentos dos setores, relacionada a pintura, reparo de alambrado e substituição de equipamentos;
3. Os setores de *Espaço de Esporte e Lazer 4* e *Espaço para crianças e bebês 3* não possuem bebedouros e estão mais afastados de outros equipamentos do parque, sendo importante a instalação de bebedouros para garantir uma distribuição mais homogênea pelo parque.

Figura 46: Imagem de espaço para crianças e bebês do Parque Anhanguera



Fonte: Acervo ONU-Habitat

3.4 Segurança

Para que os parques sejam inclusivos e seguros, especialmente para mulheres e crianças, é fundamental avaliar a segurança a partir de dados sobre criminalidade, vigilância e a percepção das pessoas usuárias.

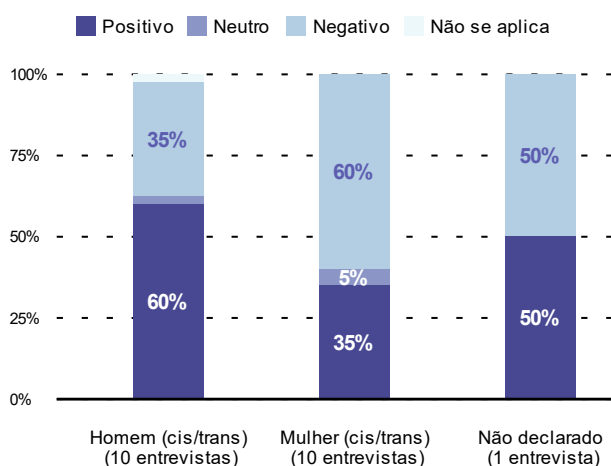
Os índices de criminalidade no entorno desempenham um papel central na sensação de segurança. Áreas com altos registros de ocorrências tendem a ser estigmatizadas como inseguras, o que reduz a frequência de uso e dificulta a implementação de atividades e programas (Caldeira, 2011).

A análise da criminalidade na área de influência do parque considerou os registros de ocorrências, categorizados em roubos, furtos, outros crimes e violência física. No entanto, como o Parque Anhanguera não possui um perímetro caminhável de 15 minutos ao seu redor, não foi possível realizar essa análise para essa área específica.

Ao abordar as pessoas frequentadoras do Parque Anhanguera sobre sua percepção de segurança em relação ao uso e permanência no espaço, houve uma diferença entre as respostas dos respondentes declarados como homens e as mulheres, como pode-se observar no *Gráfico 24*.

Gráfico 24: Nível de segurança percebido pela comunidade por gênero

Distribuição da percepção de segurança entre as pessoas entrevistadas



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Enquanto a maioria dos homens (60%) relata uma sensação de segurança positiva no parque, apenas 35% das mulheres compartilham dessa percepção.

Esse dado indica que os homens se sentem mais seguros no parque em comparação às mulheres.

Figura 47: Imagem do Parque Anhanguera



Fonte: Acervo ONU-Habitat

A predominância da sensação de insegurança entre as mulheres pode estar relacionada a diversos fatores, como a ocorrência de atos de vandalismo, incluindo roubos e depredação de equipamentos, e à distribuição desigual de elementos de segurança, como câmeras de vigilância e vigilantes (Safer Parks Consortium, 2023). A *Figura 48* apresenta as áreas do parque afetadas por vandalismo e a localização de pessoas vigilantes uma vez que o parque não contém câmeras de segurança em seus setores.

Conforme indicado na *Figura 48*, não foram identificados pontos com registros de vandalismo dentro do parque. No entanto, ao analisar a presença de vigilância, observa-se que ela se concentra na porção norte, sem cobertura em setores ao sul.

Esses setores desprotegidos ao sul foram apontados pelas mulheres entrevistadas como os mais inseguros.

A baixa presença de vigilantes e a ausência de um mapeamento claro que indique a localização de setores e quadras esportivas resultam em uma menor circulação de visitantes, especialmente nos dias de semana, quando o movimento já é reduzido.

Segundo a *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo* (ONU-Habitat, 2024), a baixa circulação de visitantes e pessoas funcionárias é um dos principais fatores que contribuem para a sensação de insegurança em parques. Nesse contexto, a falta de vigilância reforça a hipótese de que a ausência de mecanismos de monitoramento ativo pode estar diretamente relacionada ao alto índice de insegurança percebido pelas pessoas usuárias.

Além disso, conforme destacado na *Seção 2* Processo Participativo, foi indicado que a ausência de cercamento no parque intensifica a sensação de insegurança, especialmente nas trilhas, e permite que acessos informais sejam utilizados.

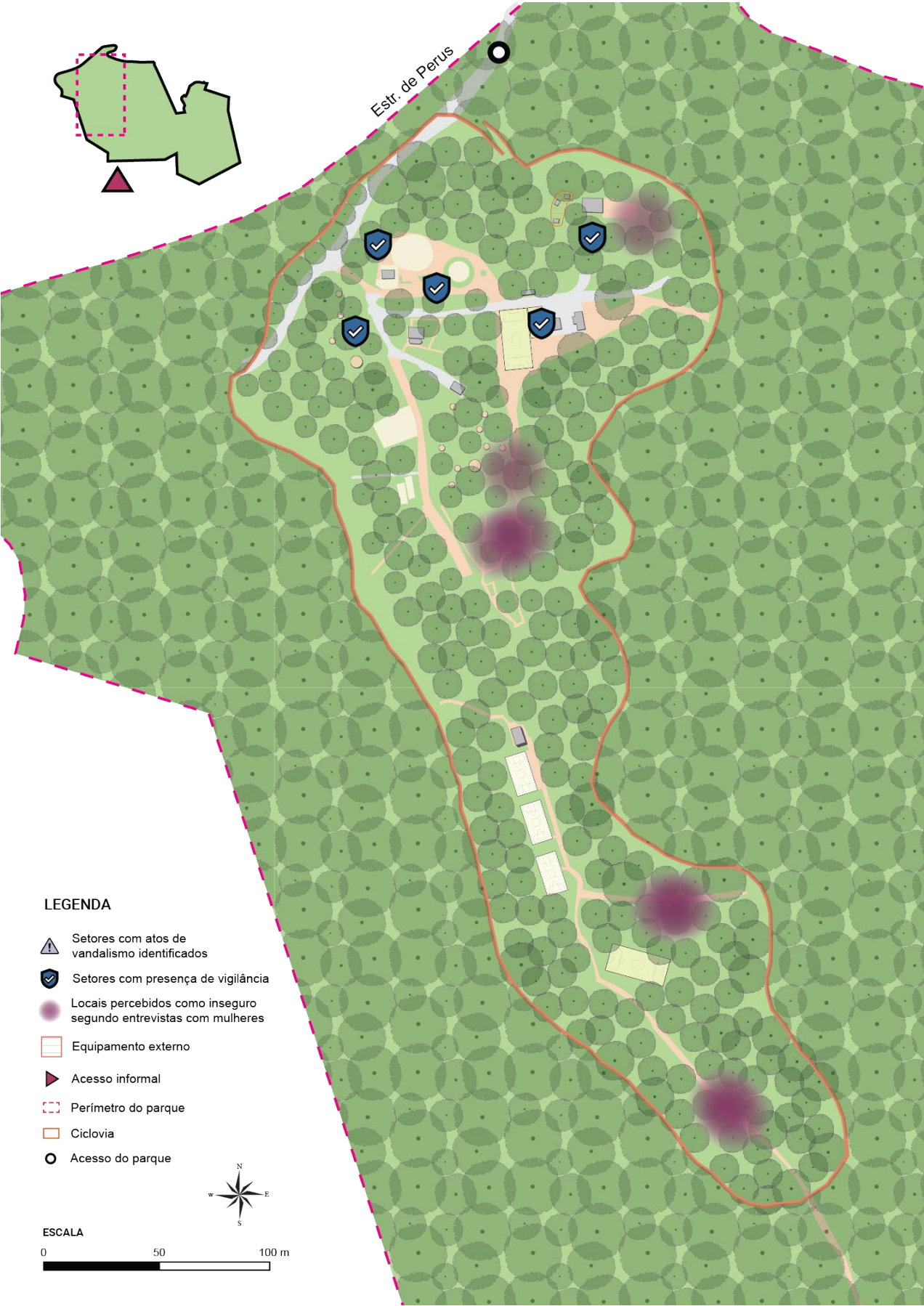
Segundo o *Capítulo 1 Sobre o parque*, na região sul, próxima aos núcleos urbanos, há um acesso informal (ver *Figura 48*). No entanto, conforme descrito na *Seção 3.2 Acessibilidade*, há uma demanda comunitária pela ampliação dos acessos, uma vez que o único acesso existente apresenta desafios em termos de acessibilidade e segurança.

Assim, embora esse acesso informal possa atualmente gerar insegurança por permitir entrada sem controle e sem infraestrutura adequada, ele também representa uma oportunidade para expandir as formas de acesso ao parque e fortalecer a conexão com os bairros adjacentes.

O que se descobriu?

1. Os homens se sentem mais seguros no parque em comparação às mulheres;
2. Os setores ao sul do parque não possuem cobertura de vigilância e foram apontados pelas mulheres entrevistadas como a área mais insegura;
3. A ausência de cercamento no parque intensifica a sensação de insegurança, especialmente nas trilhas;
4. Existe uma demanda comunitária para que se oficialize o acesso irregular localizado na região ao sul do parque, local que hoje representa insegurança por permitir o acesso sem controle e infraestrutura adequada.

Figura 48: Distribuição dos elementos de insegurança e vigilância no parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

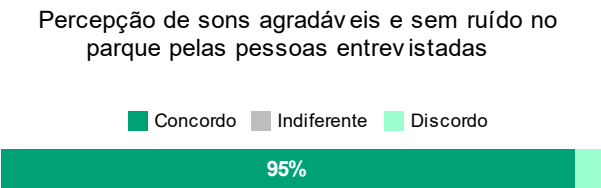
3.5 Conforto e ambiente

A sensação de bem-estar que as pessoas desfrutam dentro dos parques está associada a diversos fatores relacionados à qualidade do ambiente, tais como atenuação da sensação de calor, redução do ruído urbano excessivo e aproximação com a natureza (Semeia, 2021a). Dessa forma, o conceito de conforto ambiental relaciona como os aspectos, acústicos, térmicos e naturais interagem com as pessoas em determinado meio (Gehl, 2010).

Com o objetivo de identificar os possíveis elementos que possam comprometer a sensação de bem-estar promovida pelo conforto ambiental, foram realizadas entrevistas para compreender a percepção que as pessoas possuem do Parque Anhanguera.

Os baixos níveis de ruído contribuem com a sensação de bem-estar no espaço público e ainda favorecem as interações sociais através de conversas (Gehl, 2010). Nesse sentido, foi perguntado às pessoas que frequentam o parque qual a percepção em relação à presença de sons agradáveis. A maioria das pessoas (95%) afirmaram desfrutar de sons agradáveis no parque, enquanto 5% afirmam detectar a presença de ruídos no local.

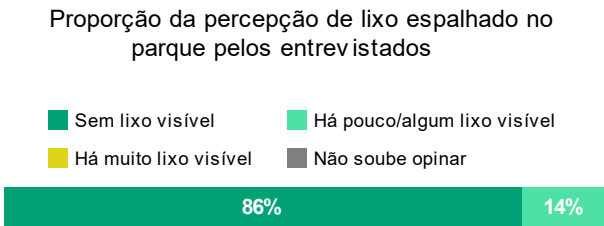
Gráfico 25: Percepção da qualidade sonora pelas pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A qualidade da limpeza do espaço também está diretamente relacionada com a sensação de conforto ambiental, além de ser fundamental para a preservação dos parques. Em entrevista realizada com as pessoas frequentam o parque, Maioria relata que não há lixo visível ou há pouco. Não foram identificados locais de descarte irregular de resíduos em levantamento técnico. O aumento no número de lixeiras e a dotação em todos os setores pode ser uma alternativa.

Gráfico 26: Percepção da existência de descarte irregular de lixo pelas pessoas que frequentam o parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

O conforto térmico foi avaliado pela presença de elementos de sombreamento, naturais ou artificiais, para proteção do calor extremo e da insolação. A maioria dos setores conta com elementos de sombreamento, sobretudo árvores. Ainda assim, o setor de *Espaço para crianças e bebês 3* não possui proteção solar, o que pode comprometer sua utilização.

Tabela 7: Presença de estruturas de sombreamento nos setores

Nome do setor		Sombras
	Espaço de esporte e lazer 1	
	Espaço de esporte e lazer 2	
	Espaço de esporte e lazer 3	
	Espaço de esporte e lazer 4	
	Espaço de esporte e lazer 5	
	Espaço para crianças e bebês 1	
	Espaço para crianças e bebês 2	
	Espaço para crianças e bebês 3	
	Espaço para refeição 1	

ausent e presente

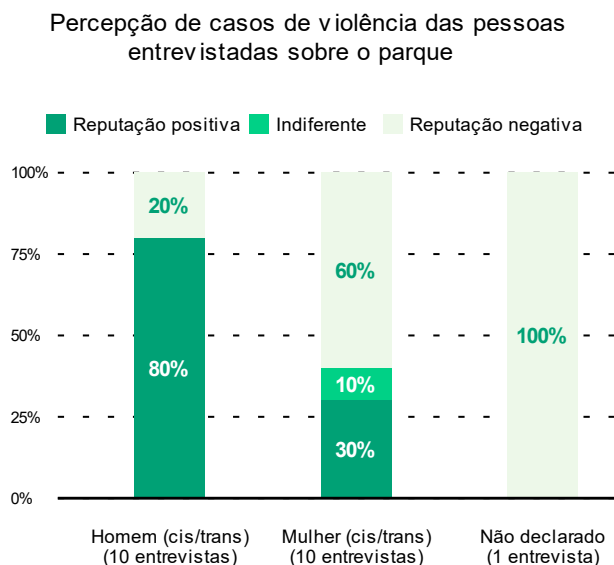
Legenda :  

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Além dos elementos físicos que possam comprometer a sensação de bem-estar no parque, a reputação que o espaço possui na comunidade onde está inserido é fundamental para a garantia de uma devida apropriação social. O conhecimento da percepção das pessoas sobre o espaço também permite ao poder público conhecer as diferentes visões de mundo em relação ao parque e aos territórios em questão, criando a oportunidade de considerar essas contribuições sempre que houver viabilidade para implementá-las (Semeia, 2023).

Dessa forma, foi perguntado às pessoas que frequentam o parque se já ouviram notícias ou relatos de situações de insegurança que aconteceram no parque (Gráfico 15). Das pessoas entrevistadas, 80% dos homens relatam desconhecer histórias relacionadas a casos de violência no parque. Dentre as mulheres, mais da metade (60%) confirmam uma reputação negativa do parque associada a casos de violência.

Gráfico 27: Reputação do parque por gênero



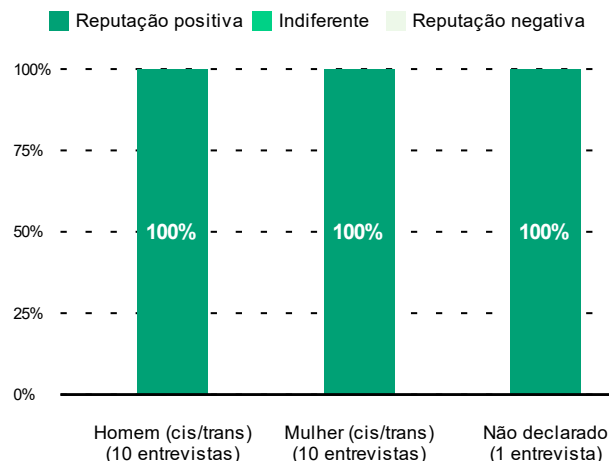
Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Também foi perguntado às pessoas se elas recomendariam o parque enquanto opção de lazer do bairro. Todas as pessoas entrevistadas

recomendam o parque, o que sugere uma alta valorização e apropriação do local.

Gráfico 28: Recomendação do parque por gênero

Proporções de pessoas que recomendariam o parque como opção de lazer do bairro



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

As divergências entre os piores resultados de reputação do parque quando comparados à recomendação, sugere que deve haver investimento em estratégias de comunicação e divulgação de informações relacionadas à segurança no parque

O que se descobriu?

1. Ainda que a maioria dos setores tenha estruturas de sombreamento, o setor de *Espaço para crianças e bebês 3* não possui proteção solar, o que pode comprometer sua utilização;
2. Apesar do parque ser amplamente recomendado pelas pessoas entrevistadas, ainda há alto índice de reputação negativa associada a relatos de casos de violência;
3. Mesmo que seja baixa a percepção de lixo visível pelas pessoas, o aumento no número de lixeiras e a dotação em todos os setores pode ser uma alternativa para eliminar essa percepção.

3.6 Verde e Azul

Conforme apresentado no *Capítulo 2 Proposta metodológica*, a avaliação na escala da bacia hidrográfica é fundamental para a compreensão da dinâmica ecológica e conectividade do parque com seu entorno. O Parque Anhanguera abrange as bacias do Ribeirão São Miguel e Córrego Santa Fé, as quais possuem uma área de 13,2 km² e 19,1 km², respectivamente.

Conforme mencionado no *Capítulo 1 Sobre o parque*, o parque está próximo de duas Unidades de Conservação (UCs) estaduais: o Parque Estadual do Jaraguá e o Parque Estadual da Cantareira. Também é limítrofe com o Refúgio da Vida Silvestre (RVS) Anhanguera, recém-criado como UC Municipal de Proteção Integral, em 2020, a partir da divisão do próprio Parque Anhanguera. O Plano de Manejo do RVS Anhanguera (São Paulo, 2024c) aponta que, apesar dos significativos atributos ambientais, a região sofre com pressões da expansão urbana, como as transformações dos usos do solo e pelo impacto dos serviços e infraestrutura, como as rodovias Anhanguera e Bandeirantes e o Rodoanel Mário Covas.

O *Mapa 10* apresenta a rede de drenagem principal das bacias, no qual é possível observar que a maior parte dos cursos d'água encontra-se a céu aberto. O parque é atravessado pelo Ribeirão São Miguel, principal curso da bacia e abriga nascentes dos afluentes do Córrego Santa Fé. Ao todo, o parque abriga 13 nascentes e os córregos encontram-se a céu aberto. Além do próprio parque ser relevante para aumentar a capacidade de infiltração das águas pluviais no solo, nota-se sua importância para preservação dos cursos d'água e nascentes, como parte essencial do sistema de drenagem, contribuindo para a biodiversidade, o abastecimento de água e a conexão com outros cursos d'água.

Por isso, é vital adotar medidas de proteção e manejo dos cursos hídricos e nascentes dentro do parque, garantindo a saúde e o equilíbrio ambiental da região.

Conforme mencionado na *Seção 1.2 Histórico do parque*, o parque exerce a função de amortecimento e conectividade ecológica, sendo

relevante observar que está inserido no Setor 1 da Zona de Amortecimento (ZA) do RVS Anhanguera.

Portanto deve seguir o disposto no Plano de Manejo do RVS (São Paulo, 2024d) com relação aos objetivos, recomendações e recomendações para essa área.

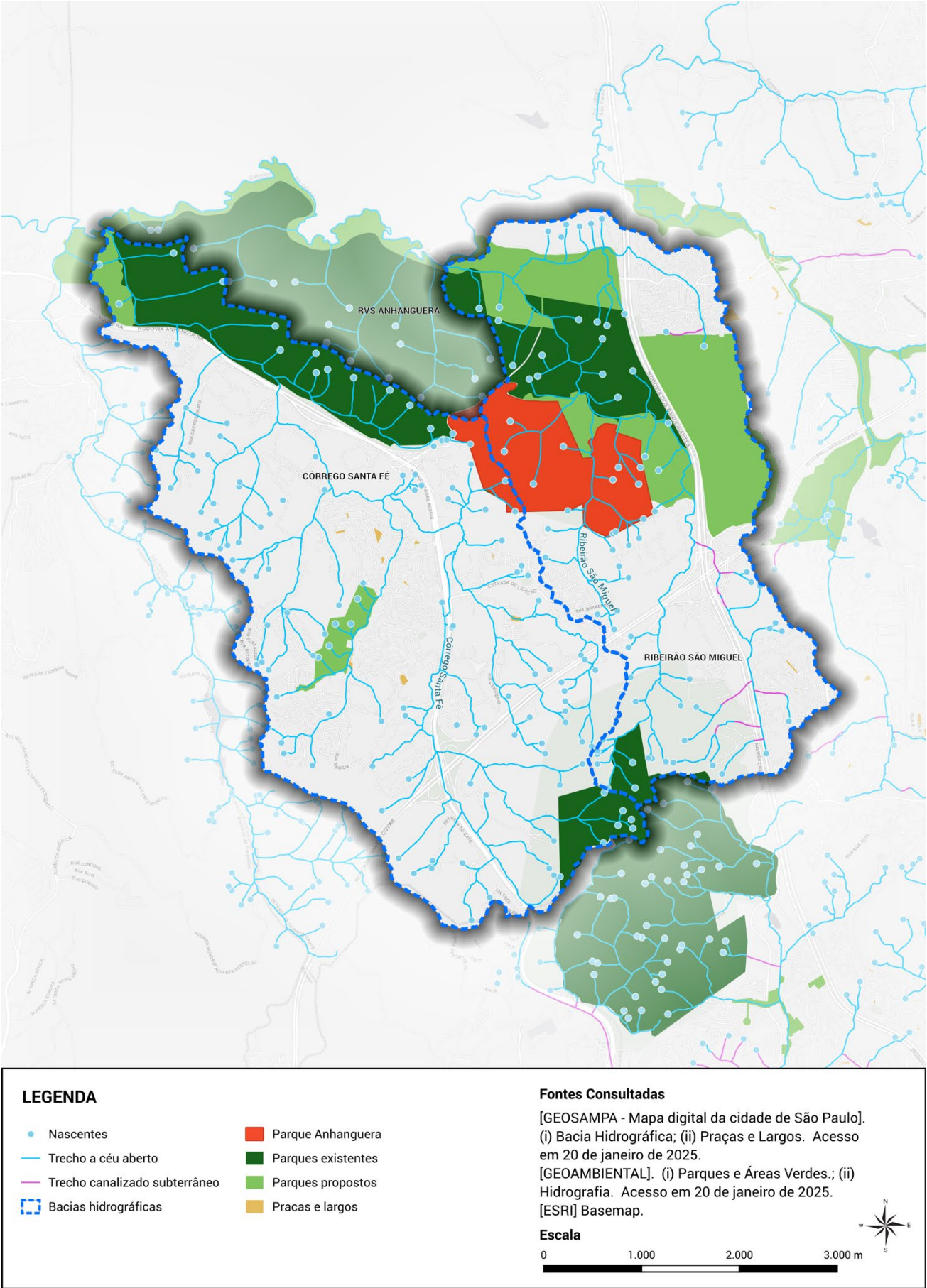
Sendo compreendido como uma área prioritária para restauração ecológica (São Paulo, 2024d), o parque está inserido no Corredor Norte da Mata Atlântica, além de fazer parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, em sua Zona de Transição e Cooperação, a qual permite uso mais intensivo do solo, porém não destrutivo, sendo estimuladas práticas de Desenvolvimento Sustentável (São Paulo, 2023b).

Dessa forma, observa-se a relevância do Parque Anhanguera nas iniciativas de planejamento regional para a conservação da Mata Atlântica.

O Parque Anhanguera também consta no Plano de Ação da Subprefeitura de Perus no Perímetro de Ação ID 360 – Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Perus-Jaraguá, o qual aponta como uma das recomendações a ativação da Escola de Marcenaria, que hoje encontra-se fora do perímetro do parque, no RVS Anhanguera, bem como a criação de rotas entre o parque e os parques Jaraguá, Pinheirinho d'água e Linear Ribeirão Perus (proposto).

A articulação com outros parques, áreas livres e espaços verdes é relevante para o fomento da biodiversidade. É possível observar, no *Mapa 10*, a proximidade do Parque Anhanguera com as Unidades de Conservação já mencionadas, além dos parques propostos Cavas de Ouro, Aterro Bandeirantes, Linear Luta dos Queixadas e Linear Ribeirão Perus (já mencionado), além das áreas de ampliação do próprio Parque Anhanguera (em sua porção nordeste), e do RVS Anhanguera – ambas requerem estudo fundiário para sua efetivação. Já no *Mapa 11* é possível observar o potencial de conectividade do parque, na escala das bacias hidrográficas em que está inserido.

Mapa 10: Parques, áreas verdes e drenagem das bacias do Ribeirão São Miguel e Córrego Santa Fé

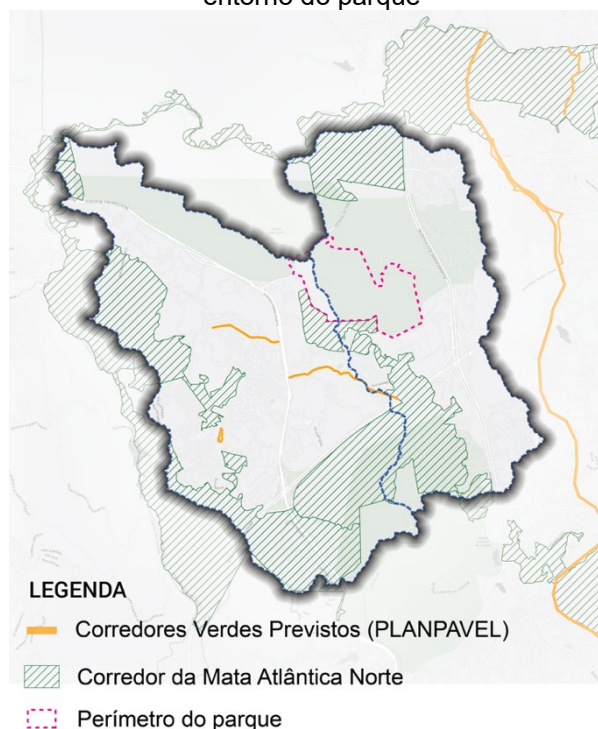


Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

A Avaliação pautou-se nos indicadores do BIOSAMPA (São Paulo, 2023), índice desenvolvido a partir da metodologia do “Índice de Biodiversidade da Cidade” - IBC (*City Biodiversity Index*, em inglês), também conhecida como *Singapore Index on Cities' Biodiversity*, principal estudo de biodiversidade na cidade de São Paulo. Nota-se que a maior parte dos parques e áreas verdes das bacias apresentam uma maior pontuação do grau de conectividade, representado pelas cores amarela e verde. Também é possível observar uma grande concentração de remanescentes de Mata Atlântica

A *Figura 49* apresenta o parque no contexto do Corredor Norte da Mata Atlântica, bem como sua proximidade a dois Corredores Verdes previstos pelo PLANPAVEL (São Paulo, 2022): o Corredor Verde Perus e o Corredor Verde Rua Arthur de Azevedo - CDC Morada do Sol - Estrada da Ligação. O parque é limítrofe, em sua porção sudeste, com o Trecho 2 do Corredor Norte da Mata Atlântica, e está próximo dos trechos 3 e 4.

Figura 49: Corredores verdes e ecológicos no entorno do parque



Fonte: Adaptado de GeoSampa, 2025. Elaboração própria, ONU-Habitat

Os trechos objetivam conexões potenciais para preservação da Mata Atlântica, bem como melhorias para passagem de fauna.

O Parque Anhanguera nesse contexto se mostra fundamental para a manutenção da biodiversidade, preservação da Mata Atlântica e dos atributos verdes e azuis em geral.

Da mesma forma, observa-se a necessidade de implementar estratégias no entorno desses espaços verdes que garantam recursos e conectividade e seu uso pela fauna silvestre.

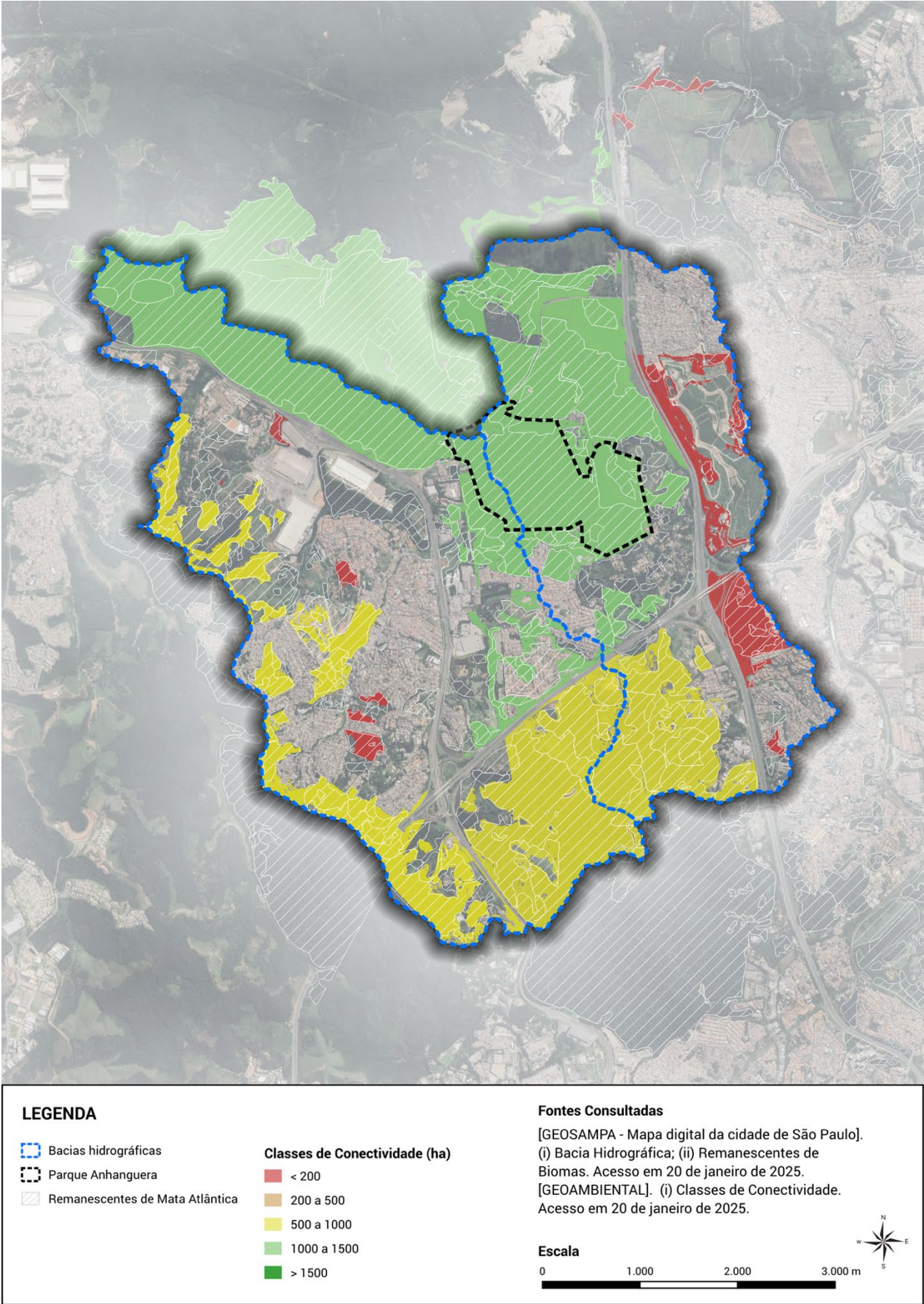
Os registros de fauna nativa e a mudança no número de espécies de plantas vasculares são um dos indicadores principais do BIOSAMPA para avaliar a biodiversidade no território.

Os dados da última publicação do índice são de 2023 e apresentam que o Parque Anhanguera possui 202 espécies vasculares de flora catalogadas, incluindo o cedro (*Cedrela fissilis*), pau-brasil (*Paubrasilia echinata*) e pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), ameaçados de extinção, correspondendo a 5,5% do total de espécies catalogadas em São Paulo (São Paulo, 2024). Vale ressaltar que a espécie nativa guaraiá (*Cordyline spectabilis*) somente foi registrada no trecho 4 do Corredor Norte da Mata Atlântica e no Parque Anhanguera (São Paulo, 2017). Já o Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo indica 123 espécies de fauna nativa autóctone/nativa do Brasil catalogadas, correspondendo a 9,55% do total catalogado no município, sendo 18 espécies endêmicas da Mata Atlântica, dentre as 225 catalogadas no município (São Paulo, 2024).

Para que o índice se mantenha alto, é essencial o trabalho de controle e monitoramento, bem como melhoria das práticas de conservação e do levantamento e registro das espécies no parque.

Outro importante aspecto de análise trazido pelo BIOSAMPA são os indicadores relacionados aos serviços ecossistêmicos. Áreas verdes, como o Parque Anhanguera, são prestadoras de inúmeros serviços ecossistêmicos, por vezes desconhecidos e subvalorizados. De acordo com a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA, 2005), são considerados fundamentais para o enfrentamento do impacto das mudanças climáticas. Dentre os benefícios estão a melhoria do clima, da qualidade do ar, controle das enchentes e oferta de lugares para lazer e contato com a natureza.

Mapa 11: Potencial de conectividade do Parque Anhanguera



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Os indicadores de serviços ecossistêmicos providos pela biodiversidade avaliados pelo BIOSAMPA são: controle da água, impacto das plantas no clima e no frescor, além de atividades educativas e recreativas em parques naturais. Conforme o relatório de *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo*, a região Norte apresenta o melhor resultado referente aos serviços ecossistêmicos prestados pelos parques da região (ONU-Habitat, 2024).

Em entrevistas às pessoas frequentadoras do parque durante a oficina aberta, das 21 pessoas entrevistadas, todas consideram o ar do parque limpo e agradável, sendo citados como principais motivos a sensação de menos poluição ou ar mais saudável (43%) e frescor (43%). Esses dados reforçam a necessidade de ações para melhoria dos serviços ecossistêmicos prestados pelo parque frente a seu potencial como área verde e demandas da população frequentadora.

Já na escala do parque, existem estratégias que podem aumentar sua sustentabilidade e sua capacidade de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Foram mapeadas as seguintes medidas incorporadas nos espaços construídos do parque: presença de elementos de energia solar ou censória (como painéis fotovoltaicos, coletores solares, sensores, irrigação automatizada, entre outros); presença de coleta seletiva; presença de compostagem; presença de coletor de água pluvial ou sistema de filtragem de água; presença de estratégias relacionadas à agricultura urbana (como banco de sementes, horta comunitária, viveiros, estufas, meliponia, aproveitamento de resíduos de poda).

A *Figura 50* apresenta os resultados para o Parque Anhanguera, onde é possível verificar que o parque possui coleta seletiva, composteira, poço artesiano (com sistema de tratamento por cloro), jardim de plantas medicinais, orquidário e aproveitamento de resíduos de poda para mobiliário. A *Figura 51* indica a localização da composteira, do jardim medicinal e do orquidário. Nos processos participativos, foi expresso o desejo de implementação de hortas, que sejam acessíveis a pessoas em cadeira de rodas e pessoas com deficiência.

Figura 50 – Estratégias de mitigação no Parque Anhanguera

Tabela ilustrada indicando presença ou ausência das 5 medidas citadas acima

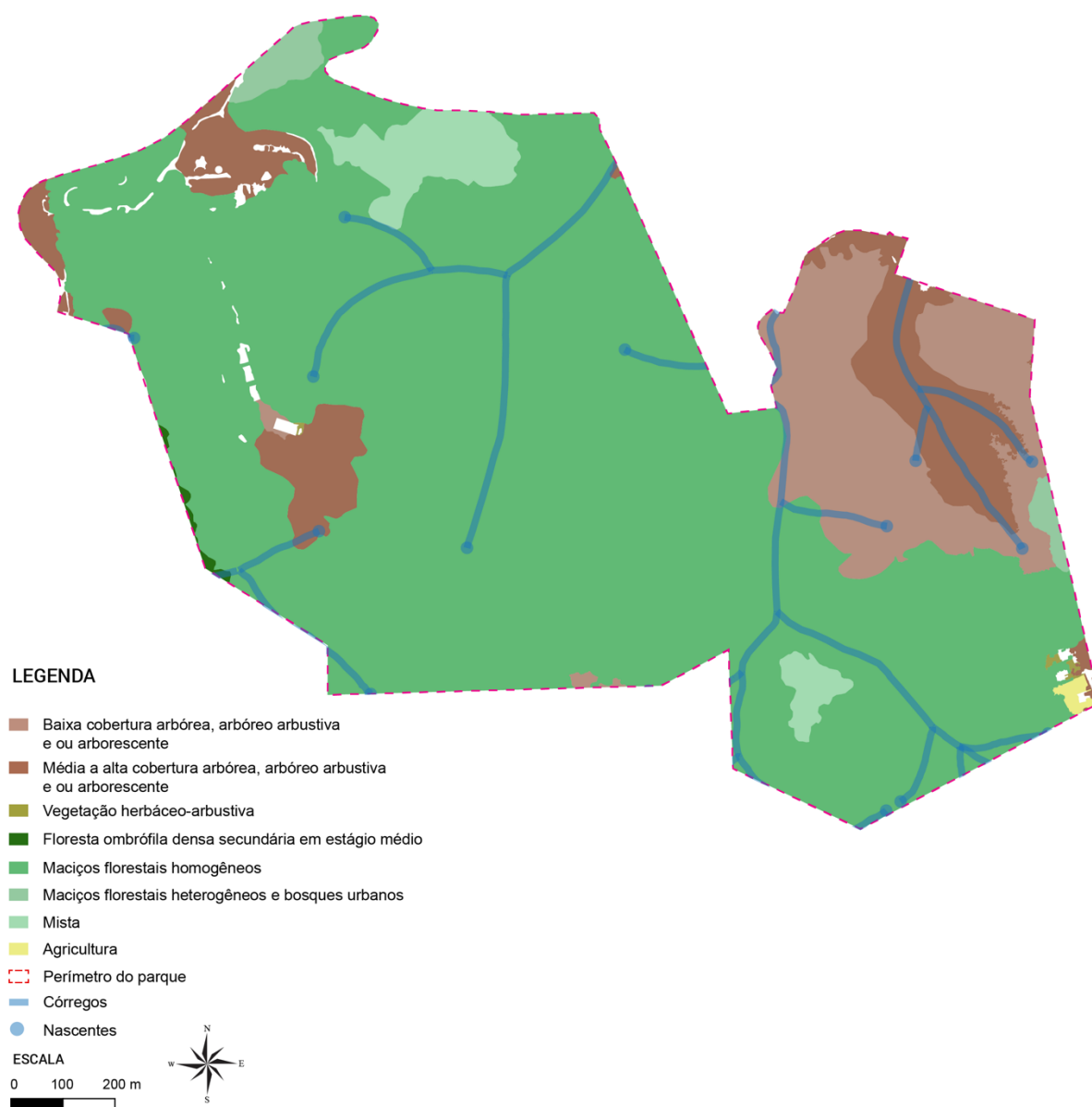
Figura 51: Localização das estratégias sustentáveis adotadas



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Adotar tecnologias sustentáveis, pode reforçar a relevância do parque na mitigação dos riscos naturais e climáticos, e fazer com que se tornem modelos de referência e ofereçam suporte às comunidades do entorno, servindo como exemplos de boas práticas e refúgios climáticos. Além disso, a adoção de práticas e estratégias sustentáveis podem dar suporte às medidas de conservação e manejo de seus atributos naturais.

Figura 52: Vegetação significativa presente no parque



Fonte: Adaptado de GeoSampa, 2023. Elaboração própria, ONU-Habitat

Na *Figura 53* é possível verificar a relação entre as áreas impermeáveis ou sem vegetação significativa e as áreas verdes do parque, sobrepostas aos elementos hídricos (córregos e nascentes). Conforme os dados de vegetação significativa do GeoSampa (2023), a taxa de cobertura verde do parque é de 99,27%, o que significa que quase a totalidade de sua área é ocupada por vegetação, em sua maioria de maciços florestais homogêneos. Segundo o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMA, o Parque Anhanguera, por estar integrado a uma matriz composta por vegetação nativa (do Parque Estadual do Jaraguá) e por ser composto por bosques constituídos de eucaliptal e sub-bosques de espécies nativas, tem a capacidade de reter e favorecer a circulação da fauna local, exercendo importante papel na manutenção da biodiversidade da fauna silvestre no município (São Paulo, 2017).

Conforme mencionado anteriormente, nos processos participativos foi valorizada a paisagem cênica e a natureza do parque, a arborização, o ar fresco e puro, a presença de flores, fauna e a existência de trilhas. Ressaltou-se o potencial para implementação de mais árvores nativas e flores. Foi apontada a necessidade de implementação de estruturas e estratégias para proteção da fauna silvestre, como passagens de fauna e elementos para redução da velocidade de veículos. Em termos de manutenção da vegetação, foi identificado que é realizada quando há necessidade: roçado em épocas de chuva com mais frequência e podas quando há risco de queda.

O que se descobriu?

1. O parque é fundamental para a rede de drenagem do município, abriga diversas nascentes e todos os córregos em seu perímetro encontram-se a céu aberto;
2. O parque está inserido em relevante contexto ambiental e exerce importante função de preservação da Mata Atlântica, manutenção da biodiversidade e contenção da expansão urbana, com potencial de conectividade com as UCs estaduais e municipal e outros parques e áreas verdes no entorno;
3. O entorno do parque não contempla estruturas de proteção à fauna, como

passagens de fauna e redutores de velocidade;

4. O parque tem potencial para ser referência em estratégias e tecnologias de mitigação às mudanças climáticas, reforçando seu papel como refúgio climático;
5. Quase a totalidade da área do parque é composta por vegetação a qual, embora não seja em sua maioria nativa, é fundamental para a manutenção da biodiversidade da fauna silvestre, além de ser apreciada pelas pessoas frequentadoras, com potencial para incremento de espécies nativas no local;
6. O parque tem potencial para estruturar as trilhas existentes e oferecer mais espaços de contemplação e aproximação da natureza.
7. Observa-se necessidade de maior padronização das atividades de manutenção e jardinagem, para facilitação da gestão.

Figura 53: Imagem aérea do Parque Anhanguera



Fonte: GeoSampa, 2020

5.7 Governança

Dentro da análise de governança que compreende os usos parque e sua área de influência, a tabela abaixo sistematiza os dados obtidos através da investigação dos seus indicadores.

Usos do parque e área de influência	
Indicador	Dado
Distribuição dos equipamentos públicos na área de influência.	Não há área de influência no parque Anhanguera.
Presença de atividades inclusivas no espaço em parceria com o poder público	Bosque da Leitura - Secretaria da Cultura; Mãos e mente paulistana -Secretaria do trabalho; Sampa em movimento da Secretaria de esportes (presença esporádica)
Presença de atividades organizadas pela governança local e pela comunidade	Alguns tipos treinos de corridas, iniciativas de pessoas física.
Presença de atividades econômicas formais e informais	Não existem.

Diante da ausência de uma área de influência efetiva do Parque Anhanguera, não há equipamentos públicos em um raio de 15 minutos de caminhada. Esse dado evidencia a necessidade de um sistema de transporte dedicado para conectar o parque a equipamentos públicos dos bairros vizinhos, conforme descrito na *Seção 3.2 Acessibilidade*.

Entre as atividades regulares do Parque Anhanguera, algumas são oferecidas pelo poder público por meio de parcerias com outras secretarias municipais. Entre elas, estão o Bosque de Leitura, promovido pela Secretaria da Cultura, e o projeto Mãos e Mentes Paulistas, um programa oferecido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento. Este último projeto oferece oficinas manuais realizadas no parque, voltadas para a qualificação profissional de pessoas artesãs.

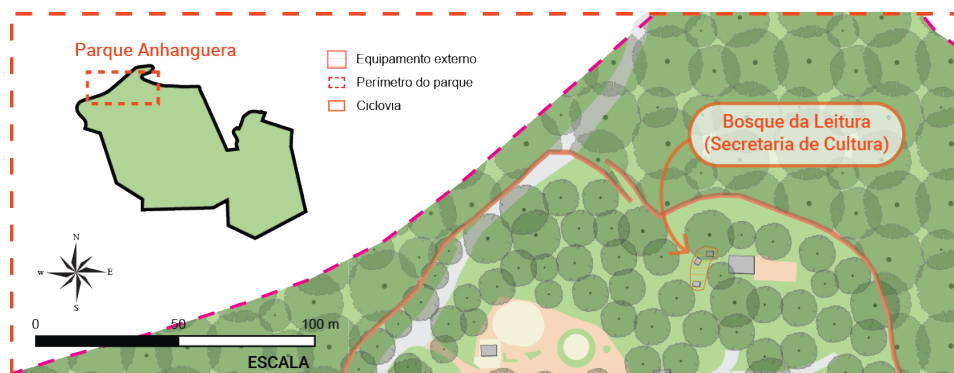
Além dessas atividades regulares, esporadicamente, o programa Sampa em Movimento, da Secretaria de Esportes, promove atividades esportivas.

Foram identificadas várias iniciativas desenvolvidas pela comunidade do entorno no parque. A maioria está relacionada a atividades esportivas, como corridas, aulas de ioga, dança, entre outras. Alguns coletivos da sociedade civil utilizam o parque esporadicamente para encontros e conversas.

Diante da importância de fortalecer parcerias, tanto com o poder público quanto com a comunidade, para que o parque tenha usos variados e, conseqüentemente, uma apropriação mais diversa por parte das pessoas usuárias, o Parque Anhanguera se mostra bem-sucedido nesse aspecto.

Contudo, é importante destacar que grande parte das atividades, principalmente aquelas conduzidas pela sociedade civil, ocorre majoritariamente aos finais de semana, permanecendo o desafio de incentivar o uso durante os dias úteis.

Figura 54: Localização do ponto de leitura no parque



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Considerando a rica biodiversidade presente no parque, que também atua como Refúgio de Vida

Silvestre, o parque se configura como um potencial local para atividades voltadas à

educação ambiental, ainda inexistentes nos usos do espaço.

Ainda no que diz respeito aos usos do parque, destacam-se a inexistência de atividades comerciais.

Essa restrição tem sido tema de debate nas reuniões do conselho gestor e reflete uma demanda recorrente das pessoas frequentadoras do parque.

Por estar localizado distante de áreas comerciais, de acordo com a gestão do parque, a ausência de opções para a compra de alimentos e bebidas acaba limitando a experiência das pessoas que o visitam, que precisam trazer mantimentos ou permanecer por curtos períodos.

A avaliação dos aspectos de governança do Parque Anhanguera incluiu a análise de indicadores relacionados à governança comunitária, com o objetivo de compreender se, e como os moradores do entorno se envolvem na gestão do parque, a existência de associações ou grupos representativos no bairro e região, e a realização de atividades promovidas pela comunidade no local.

Governança comunitária	
Indicador	Dado
Mapeamento das associações e organizações do entorno	ATST (Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo); Coletivo mães do morro; Coletivo Código da arte; Espaço Cultural do Morro Doce; Quilombaque; Instituto Reciclando Vidas
Existência e funcionamento do conselho gestor	Ativo e com boa frequência de reuniões mensais.
Nível de conhecimento comunitário sobre o conselho gestor e mecanismos participativos.	81% das pessoas entrevistadas não sabem da existência do conselho gestor 62% das pessoas entrevistadas sentem falta de ter um canal para debater sobre o parque

A investigação da governança comunitária é fundamental para entender o nível de apropriação local, que, quando ocorre, contribui para que o parque seja utilizado de forma mais frequente e responsiva pela comunidade. Essa apropriação fortalece o cuidado e a vitalidade do

espaço, além de auxiliar na gestão e na reivindicação de demandas e desejos coletivos. Um parque apropriado de maneira inclusiva e responsável promove o bem-estar comunitário e reforça seu papel como um espaço público acessível a todas as pessoas.

De acordo com relatos das participantes do grupo de capacitação da sociedade civil que representam o parque, diversas organizações sociais atuam no espaço. Entre elas, há coletivos e associações culturais e esportivas que promovem oficinas de arte, rodas de conversa, caminhadas, ioga e ginástica.

Apesar da forte presença dessas articulações comunitárias na região, nenhuma delas participa ativamente da governança do parque, integrando o conselho gestor.

O conselho, por sua vez, é ativo e mantém uma boa frequência de reuniões, com a presença assídua de: dois frequentadores, do representante da entidade da sociedade civil eleita, da representação dos trabalhadores do parque e do gestor. No entanto, não foram registradas reuniões com a participação do representante da subprefeitura, e tampouco há representantes de secretarias municipais, como exigido pela composição do conselho gestor de parques.

Entre os principais desafios do conselho, destaca-se a ausência de representantes da subprefeitura e de outra secretaria municipal parceira, cuja presença seria fundamental para fortalecer a interseccionalidade da governança. Além disso, a inclusão das associações atuantes no parque como membras do conselho contribuiria para ampliar a representatividade da região e fortalecer sua atuação.

Por fim, embora tenha sido observada uma boa relação entre a gestão e a comunidade, as contribuições do *Capítulo 2 Processo Participativo* indicam uma lacuna na comunicação do parque. Há pouca divulgação das atividades existentes e uma comunicação limitada nos bairros vizinhos, o que restringe o alcance das ações promovidas no espaço.

Equipe operacional		
Indicador		Dado
Dados sobre o gestor	Perfil	Gênero: homem; Escolaridade: Ensino superior completo; Início de gestão: 4/1/2022
	Número de parques que administra	Apenas o Anhanguera
	Presença de administração no parque	Sim
Número de pessoas funcionárias dedicadas à segurança, desagregado por gênero.		Total de 142 para Parque Anhanguera e Refúgio da vida Silvestre (RVS). Dentre eles, o parque tem um moto ronda e RVS tem três moto rondas. Ao todo são 20 mulheres.
Número de pessoas funcionárias de manutenção desagregado por gênero		27 colaboradores, sendo oito mulheres.

Com relação à equipe operacional, o gestor é apenas administrador do Parque Anhanguera, e o parque contém uma sede administrativa.

No que se refere à equipe de segurança, das 142 pessoas, apenas 20 são mulheres. Nessa equipe, duas pessoas trabalham com moto-ronda no parque. Já na equipe de manutenção, composta por 27 pessoas funcionárias, oito são mulheres.

Esses dados demonstram uma baixa representatividade das mulheres no quadro de pessoas funcionárias.

O que se descobriu?

1. A maioria das atividades conduzidas pela sociedade civil ocorre nos finais de semana, sendo um desafio incentivar o uso do parque nos dias úteis;
2. O parque tem potencial para atividades de educação ambiental, ainda não exploradas;
3. A ausência de estabelecimentos comerciais limita a experiência das visitantes, que precisam trazer mantimentos ou permanecer por curtos períodos;
4. Nenhuma das articulações comunitárias da região integra ativamente a governança do parque;
5. O conselho gestor enfrenta a ausência de representantes da subprefeitura e de secretarias municipais, além da baixa representação de associações comunitárias em sua composição;
6. Há pouca divulgação das atividades do parque;
7. Há baixa representatividade de mulheres entre as pessoas funcionárias.

Figura 55: Registro do gestor do Parque Anhanguera atendendo a um ciclista



Fonte: Acervo ONU-Habitat

4. Diagnóstico das dimensões

Com base na avaliação do Parque Anhanguera, realizada por meio da investigação de sete dimensões, o diagnóstico apresenta a sistematização das principais descobertas em cada dimensão:

Principais descobertas do Parque Anhanguera	
Pessoas no parque e área de influência	A falta de delimitação da Área de Influência reduz a possibilidade de avaliar a população entorno e assim identificar as prioridades de intervenção no parque para atendimento à suas necessidades específicas.
	A paridade de gênero dentre as pessoas entrevistadas, sugere uma inclusão das mulheres no parque.
Acessibilidade	A falta de rede cicloviária e as poucas opções de transporte coletivo (sete linhas em dois pontos) reforçam a dependência do transporte individual.
	O acesso ao Parque Anhanguera apresenta desafios de acessibilidade e segurança para pedestres, tornando-o menos inclusivo e inseguro.
	Todos os setores do parque enfrentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal.
	Processos participativos destacaram buracos e obstáculos nas pistas de corrida e na pavimentação entre setores, afetando acessibilidade e segurança.
Instalações e mobiliário	Alguns setores não contam com lixeira.
	De forma geral, há necessidade de manutenção dos equipamentos dos setores, relacionada a pintura, reparo de alambrado e substituição de equipamentos.
	Os setores de <i>Espaço de Esporte e Lazer 4</i> e <i>Espaço para crianças e bebês 3</i> não possuem bebedouros e estão mais afastados de outros equipamentos do parque, sendo importante a instalação de bebedouros para garantir uma distribuição mais homogênea pelo parque.
Segurança	Os homens se sentem mais seguros no parque em comparação às mulheres.
	Os setores ao sul do parque não possuem cobertura de vigilância e foram apontados pelas mulheres entrevistadas como a área mais insegura.
	A ausência de cercamento no parque intensifica a sensação de insegurança, especialmente nas trilhas.
	Existe uma demanda comunitária para que se oficialize o acesso irregular localizado na região ao sul do parque, local que hoje representa insegurança por permitir o acesso sem controle e infraestrutura adequada.
Conforto e ambiente	Ainda que a maioria dos setores tenha estruturas de sombreamento, o setor de <i>Espaço para crianças e bebês 3</i> não possui proteção solar, o que pode comprometer sua utilização.
	Apesar do parque ser amplamente recomendado pelas pessoas entrevistadas, ainda há alto índice de reputação negativa associada a relatos de casos de violência.
	Mesmo que seja baixa a percepção de lixo visível pelas pessoas, o aumento no número de lixeiras e a dotação em todos os setores pode ser uma alternativa para eliminar essa percepção.
Ambiente verde e azul	O parque é fundamental para a rede de drenagem do município, abriga diversas nascentes e todos os córregos em seu perímetro encontram-se a céu aberto.
	O parque está inserido em relevante contexto ambiental e exerce importante função de preservação da Mata Atlântica, manutenção da biodiversidade e contenção da expansão urbana, com potencial de conectividade com as UCs estaduais e municipal e outros parques e áreas verdes no entorno.
	O entorno do parque não contempla estruturas de proteção à fauna, como passagens de fauna e redutores de velocidade.
	O parque tem potencial para ser referência em estratégias e tecnologias de mitigação às mudanças climáticas, reforçando seu papel como refúgio climático.

	Quase a totalidade da área do parque é composta por vegetação a qual, embora não seja em sua maioria nativa, é fundamental para a manutenção da biodiversidade da fauna silvestre, além de ser apreciada pelas pessoas frequentadoras, com potencial para incremento de espécies nativas no local.
	Observa-se necessidade de maior estruturação das atividades de manutenção e jardinagem, para facilitação da gestão.
	O parque tem potencial para estruturar as trilhas existentes e oferecer mais espaços de contemplação e aproximação da natureza.
Governança	A maioria das atividades conduzidas pela sociedade civil ocorre nos finais de semana, sendo um desafio incentivar o uso do parque nos dias úteis.
	O parque tem potencial para atividades de educação ambiental, ainda não exploradas.
	A ausência de estabelecimentos comerciais limita a experiência das visitantes, que precisam trazer mantimentos ou permanecer por curtos períodos.
	Nenhuma das articulações comunitárias da região integra ativamente a governança do parque.
	O conselho gestor enfrenta a ausência de representantes da subprefeitura e de secretarias municipais, além da baixa representação de associações comunitárias em sua composição.
	Há pouca divulgação das atividades do parque.
	Há baixa representatividade de mulheres entre as pessoas funcionárias.

5. Recomendações

Para a definição das recomendações para o Parque Anhanguera, foram compilados todos os elementos de diagnóstico obtidos via processos participativos, incluindo os quatro grupos (ver *Capítulo 2 Processo participativo*), junto com o diagnóstico das dimensões (ver *Capítulo 4 Diagnóstico das dimensões*), resultado da aplicação dos indicadores da *Avaliação Específica de Espaços Públicos*.

Em algumas das recomendações também foram inseridos os **desejos de futuro**, que se referem a ações, propostas ou aspirações advindas do processo participativo (ver *Seção 2.2 Principais Contribuições*) e que demandam um estudo de viabilidade. Os desejos de futuro também contemplam recomendações de projeto em parques que já estão em fase de execução de seus projetos e que não possuem previsão de novo investimento, implicando, portanto, em mudanças significativas no planejamento existente.

As recomendações foram organizadas em três eixos, relacionados à natureza da ação necessária: **gestão do parque, projeto de intervenção e articulação institucional**, definido da seguinte forma:

- **Gestão do parque:** apresenta os elementos de diagnóstico e recomendações específicas para o parque avaliado e que são de responsabilidade ou deverão ser articuladas pela pessoa gestora do parque. Estão relacionadas, sobretudo,

ao manejo e atividades cotidianas do parque;

- **Projeto de intervenção:** relacionado ao diagnóstico e recomendações que demandam a adequação da infraestrutura existente ou a criação de novas instalações e que requerem, portanto, recursos para o desenvolvimento de projeto e implementação;
- **Articulação institucional:** engloba o diagnóstico e recomendações que demandam ações intersecretariais ou de responsabilidade de outro setor externo à SVMA. Também apresenta recomendações na escala da cidade, **algumas das quais são aplicáveis a todos os parques**. As ações necessárias para implementação das recomendações do eixo de *Articulação Institucional* serão apresentadas em relatório específico de *Estratégias e Recomendações Políticas para a Cidade*.

Em cada eixo, os elementos do diagnóstico foram classificados dentro das sete dimensões da Avaliação e aborda tanto aspectos referentes ao interior do parque, quanto à área de influência e à bacia hidrográfica na qual o parque está inserido. É importante ressaltar que, tão importante quanto a realização de melhorias no interior do parque, é a adequação de sua área de influência, que deve ser entendida como uma extensão do parque e que é fundamental para a garantia de maior acessibilidade e vitalidade urbana no espaço público

Descrição	Fonte	Recorte Espacial	Cód. rec.	Recomendações
GESTÃO DO PARQUE				
A paridade de gênero dentre as pessoas entrevistadas, sugere uma inclusão das mulheres no parque.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R1	Desenvolver atividades periódicas, em parcerias com outras secretarias e organizações, com o objetivo de atender à diversidade de perfis no parque considerando pessoas idosas, mulheres, crianças e jovens, fomentando atividades já existentes e aproveitando a infraestrutura construída, bem como a vocação para o público infantil, para abrigar novas atividades. Estudar a viabilidade de promover eventos no parque como feiras de artesanato, eventos relacionados aos grupos de corrida do entorno e outras atividades similares, compatíveis com o parque.
Há demanda para aluguel de bicicletas.	Participativo	Perímetro do parque	R2	Desenvolver estudo de viabilidade técnica e econômica para modelo de aluguel de bicicletas. Incluir no estudo a implantação de infraestrutura de suporte à pessoa ciclista.
É fundamental garantir o espaço de estacionamento existente, que é gratuito.	Participativo	Perímetro do parque	R3	Garantir um número suficiente de vagas gratuitas de estacionamento no parque, uma vez que o veículo motorizado individual é meio de transporte mais utilizado.
As mulheres relatam se sentir mais inseguras no parque em comparação aos homens.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R1	Implementar recomendação R1.
			R4	Implementar políticas de igualdade de gênero na composição dos quadros de pessoas funcionárias do parque.
			R5	Incentivar igualdade de gênero nos espaços oficiais de governança, possibilitando que as mulheres que identifiquem e informem os aspectos que tornam o espaço mais inseguro.
Os setores ao sul do parque não possuem cobertura de vigilância e foram apontados pelas mulheres entrevistadas como a área mais insegura.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R6	Incentivar mecanismos de vigilância ativa, aumentando o número de pessoas na equipe de vigilância em pontos fixos pelo parque, principalmente nos locais próximos à identificação de ocorrências criminais. Promover atividades que garantam circulação constante de pessoas, e ofertar equipamentos inclusivos e espaços que favoreçam a visibilidade mútua.
Há um predomínio de reputação negativa do parque, segundo as pessoas entrevistadas e frequentadoras do local.	Participativo	Perímetro do parque	R7	Desenvolver plano de comunicação para divulgação de ações e atividades no parque.
O parque possui importância estratégica no sistema de drenagem da região, por abrigar diversas nascentes e cursos d'água da bacia.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R8	Monitorar a qualidade da água dos corpos hídricos, seja para fins de aproveitamento, seja para a implementação de medidas mitigatórias, ou ainda de medidas restaurativas visando sua recuperação. Se necessário, realizar plantio de enriquecimento com espécies nativas na área das nascentes para contenção das margens e redução dos riscos de erosão, deslizamento e assoreamento, visando a conservação dos recursos hídricos.
			R9	Realizar atividades regulares de conservação, limpeza e manejo dos córregos e nascentes para o equilíbrio ambiental da região, incluindo a verificação da qualidade da água e medidas de educação ambiental junto à população.
			R10	Implementar recomendação R24, visando a instalação de elementos de sinalização e delimitação das nascentes presentes no parque.
O parque apresenta relevância ambiental no contexto de preservação da Mata Atlântica, manutenção da biodiversidade e contenção da expansão urbana; sendo necessário fortalecer a conectividade com parques, áreas verdes e as Unidades de Conservação (UCs) estaduais e municipal do entorno.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R11	Manter altos e visar o incremento dos índices de biodiversidade, através do controle e monitoramento, bem como melhoria das práticas de conservação dos atributos naturais e do levantamento e registro das espécies no parque.
			R42	Implementar recomendação R42.

Falta regularidade e/ou estruturação das atividades de manutenção da vegetação existente e há necessidade de recuperação da mata ciliar.	Diagnóstico técnico / participativo	Perímetro do parque	R12	Estabelecer plano de atividades para equipe de manejo e jardinagem com cronograma para as atividades básicas de manutenção, tais como manutenção dos canteiros, despraguejamento, plantio, rega, poda, varrição, retirada de lixo. Garantir treinamento e número suficiente de pessoas na equipe para realização das tarefas.
Foi identificada uma deficiência nos mecanismos de divulgação, tanto interna quanto externamente ao parque, no que se refere à comunicação dos eventos e atividades realizadas em seu interior.	Diagnóstico técnico/ participativo	Área de influência	R13	Desenvolver plano de comunicação, incluindo estratégias de divulgação de eventos atualizados em todos os acessos dos parques, na subprefeitura e em equipamentos do entorno, e avaliar viabilidade de criação de mídias sociais do parque para a divulgação de eventos, com gestão realizada por pessoa representante do conselho gestor.
Falta igualdade de gênero na composição do quadro de equipe de pessoas funcionárias.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R5	Implementar recomendação R5.
O conselho gestor enfrenta a ausência de representantes da subprefeitura e de secretarias municipais, além da baixa representação de associações comunitárias em sua composição.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R14	Monitorar a frequência de participação das pessoas no conselho gestor, e intervir junto à gestão do parque quando necessário para estimular uma participação contínua. Em caso de faltas recorrentes, a CGC deve notificar a secretaria correspondente e solicitar a substituição da representação, garantindo a continuidade e efetividade da participação.
Faltam estratégias de gestão voltadas ao engajamento da comunidade do entorno do parque, o que compromete o fortalecimento comunitário e enfraquece a governança participativa.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R15	Fortalecer o vínculo entre a gestão do parque e a comunidade por meio da implementação de estratégias de comunicação e integração comunitária. Essas ações incluem a organização de encontros, cursos e capacitações promovidos em parceria com a CGC e a gestão do parque, com o objetivo de incentivar a mobilização comunitária e formação de associações de bairro, apropriação comunitária do espaço e a participação ativa no conselho gestor.
Há poucas atividades regulares no parque, especialmente direcionadas a grupos específicos, como idosos, crianças e mulheres. Além disso, há desafios no acesso à informação das atividades em desenvolvimento.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R16	Oferecer incentivos para grupos da sociedade civil e entidades que realizam atividades regulares no parque de segunda a sexta-feira, abrangendo todos os públicos. Esses incentivos podem incluir a participação em projetos remunerados da prefeitura, além de apoio financeiro e logístico para fortalecer e ampliar as iniciativas desenvolvidas.
PROJETO DE INTERVENÇÃO				
Existe risco de atropelamento de pessoas e fauna no acesso ao parque.	Participativo		R17	Solicitar a implementação de redutores de velocidade na Estrada de Perus.
Falta de acessibilidade nas portarias de acesso e calçadas adjacentes ao parque.	Diagnóstico técnico	Perímetro do parque	R18	Requalificar o acesso ao parque e seu perímetro adjacente, para que atendam as normas de segurança e acessibilidade universal.
Todos os setores do parque enfrentam problemas de pavimentação e inclinação, comprometendo a acessibilidade universal.	Diagnóstico técnico/ participativo	Perímetro do parque	R19	Requalificar os caminhos principais que conectam os diferentes setores do parque, garantindo sua integração ao longo de toda a extensão do parque, e sua conformidade com as normas de acessibilidade universal. Incluir adequação da pista de caminhada em projeto de requalificação.
Processos participativos destacaram buracos e obstáculos nas pistas de corrida e na pavimentação entre setores, afetando acessibilidade e segurança.	Diagnóstico técnico/ participativo	Perímetro do parque		
Faltam banheiros adaptados.	Participativo		R20	Implementar R19 garantindo caminho acessível dos setores até o banheiro, que deve ser adaptado para pessoas com deficiência.
Faltam lixeiras mais bem distribuídas pelo parque.	Diagnóstico técnico		R21	Ampliar o número de lixeiras de coleta seletiva para garantir atendimento em todos os setores e áreas de circulação.
De forma geral, há necessidade de manutenção dos equipamentos dos setores, relacionada a pintura, reparo de alambrado e substituição de equipamentos.	Diagnóstico técnico		R22	Sinalizar os elementos que necessitam reparos e manutenção em projeto de requalificação.
Os setores de <i>Espaço de Esporte e Lazer 4</i> e <i>Espaço para crianças e bebês 3</i> não possuem bebedouros e estão mais	Diagnóstico técnico		R23	Instalação de bebedouros para garantir uma distribuição mais homogênea pelo parque.

afastados de outros equipamentos do parque.				
De acordo com as pessoas frequentadoras do parque, falta manutenção no espaço do orquidário e adequações para melhoria do conforto térmico.	Participativo	Perímetro do parque	R24	Incluir em projeto a reabertura e requalificação do orquidário.
Faltam elementos de sinalização e comunicação no parque, como placas de indicação dos acessos e setores, mapeamento e quadro de avisos, alertas e informações úteis.	Participativo		R25	Desenvolver plano de comunicação visual para o parque, que deverá conter: sinalização nos setores, advertências e restrições de uso (Ex.: uso obrigatório de coleiras), sinalização de atributos naturais (Ex.: nascente existente no parque), informações de conscientização e educação ambiental (Ex.: identificação das árvores alerta de descarte de lixo), alerta de risco de queda no córrego.
Os espaços de brincar necessitam manutenção e diversificação dos equipamentos, sobretudo para atender a todas as faixas etárias e promover acessibilidade universal.	Participativo	Perímetro do parque	R26	Elaborar projeto de parquinho, com novos brinquedos de forma a incluir pessoas com deficiência, crianças pequenas e pessoas de todas as idades. Estudar a viabilidade de implementação de fontes interativas e mesas de jogos.
De acordo com as pessoas frequentadoras, falta um espaço multiuso para acomodar atividades culturais e educativas.	Participativo	Perímetro do parque	R27	Incluir espaço acessível multiuso em projeto de revitalização do parque.
É limitada a presença de infraestruturas para ciclistas no interior do parque, como paraciclos, via de bicicletas e/ou trilhas para ciclistas.	Participativo	Perímetro do parque	R28	Ampliar infraestrutura de suporte a ciclistas, incluindo: vestiários, chuveiros, bicicletários e/ou paraciclos.
Não há fechamento em gradil em alguns trechos do parque, implicando na possibilidade de acessos informais e fora do horário de funcionamento do parque.	Diagnóstico técnico / participativo	Perímetro do parque	R29	Estudar locais estratégicos no perímetro do parque para que seja avaliada a possibilidade de colocar gradil.
Existe uma demanda comunitária para que se oficialize o acesso irregular localizado na região ao sul do parque, local que hoje representa insegurança por permitir o acesso sem controle e infraestrutura adequada.	Diagnóstico técnico / participativo	Perímetro do parque	R30	Avaliar a regularização e integração do acesso informal ao parque, garantindo acessibilidade universal e vigilância adequada, caso atendam a uma demanda real da comunidade.
Existe demanda por mais churrasqueiras, porém há uma preocupação com o impacto ambiental.	Participativo	Perímetro do parque	R31	Desenvolver estudo de demanda e viabilidade técnica para a instalação de churrasqueiras no parque.
O parque conta com estratégias de mitigação e adaptação em andamento, que demandam aprimoramento e ampliação por meio da adoção de novas tecnologias e Soluções Baseadas na Natureza.	Diagnóstico técnico / participativo	Perímetro do parque	R32	Priorizar técnicas de SBN na resolução de demandas e instalações no parque; além de manter a composteira ativa, o orquidário e o jardim sensorial, implementar medidas para gestão hídrica (reaproveitamento de água da chuva, mecanismo de economia de água, reuso de águas, filtragem de água); eficiência energética (como painéis fotovoltaicos, coletores solares, sensores, irrigação automatizada, dentre outros mecanismos de economia de energia); gestão de resíduos (separação de resíduos orgânicos); agricultura urbana e drenagem (hortas educativas, viveiros, jardins de chuva, pavimentos permeáveis, etc).
			R33	Implementar horta associada a programa de educação ambiental, acessível a pessoas com deficiência.
É necessário melhorar os índices de biodiversidade para que o parque possa desempenhar plenamente seu papel como área de conservação ecológica.	Diagnóstico técnico / participativo	Perímetro do parque	R34	Elaborar estudo de viabilidade técnica para realização de plantio de maior diversidade de árvores com espécies nativas, em áreas destinadas ao estar e atividades. Desenvolver projeto de paisagismo para ampliação de jardins com flores e jardins sensoriais.
As trilhas existentes não são estruturadas com infraestrutura de suporte como sinalização e monitores para garantia de segurança e preservação da fauna e flora.	Participativo	Perímetro do parque	R35	Realizar o manejo das trilhas existentes; verificar a possibilidade de estruturação de outras trilhas para visitação monitorada.
			R24	Implementar recomendação R25.
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL				

A falta de delimitação da área de influência reduz a possibilidade de avaliar a população entorno e assim identificar as prioridades de intervenção no parque para atendimento à suas necessidades específicas, o que torna o parque isolado e desconectado dos equipamentos públicos e políticas do entorno.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R36	Elaborar e instituir, por meio de portaria intersecretarial da Prefeitura de São Paulo, o Território-Parque como escala operativa de governança para a articulação intersectorial entre equipamentos públicos e subprefeituras nas áreas de influência dos parques, integrando, inclusive, ações de segurança urbana, acessibilidade e mobilidade ativa, entre outras.
			R37	Garantir acessos secundários ao parque para maior integração urbana, segundo a R30. Com isso, o parque passa a ter área de influência definida, o que permite o estabelecimento de articulações institucionais e a criação do Território-Parque. Estudar viabilidade para criação de acesso sul do parque.
A oferta de transporte público ao parque é limitada.	Diagnóstico técnico/participativo	Área de influência	R38	Promover a ampliação da oferta de transporte público nos bairros adjacentes ao parque, com oferta de linhas que conectem os principais equipamentos públicos como escolas, centros esportivos e de saúde com o parque.
Faltam ciclovias ou ciclofaixas conectadas aos principais equipamentos e eixos de transporte na área de influência do parque.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R39	Implementar uma malha cicloviária nos bairros adjacentes que façam integração com o acesso ao parque.
O parque não é conectado à rede de abastecimento de água, sendo que em dias de alta frequência há falta de água.	Participativo	Perímetro do parque	R40	Garantir o atendimento da rede de abastecimento de água.
O parque apresenta relevância ambiental no contexto de preservação da Mata Atlântica, manutenção da biodiversidade e contenção da expansão urbana; sendo necessário fortalecer a conectividade com parques, áreas verdes e as Unidades de Conservação (UCs) estaduais e municipal do entorno.	Diagnóstico técnico	Bacia hidrográfica	R41	Fomentar articulação com Subprefeitura de Perus para implementação de ações de conectividade no entorno do parque, como a criação de rotas entre o parque Anhanguera e os parques Jaraguá, Pinheirinho d'água e Linear Ribeirão Perus (proposto), conforme as diretrizes do caderno de propostas dos Perímetros de Ação da subprefeitura, desenvolvido pela SMDH.
			R42	Conforme diretrizes do Plano de Manejo do Refúgio da Vida Silvestre do Anhanguera, implementar estratégias no parque e entorno para garantir conectividade entre as áreas para circulação da fauna silvestre, tais como arborização urbana com espécies nativas, incentivo a iniciativas de reflorestamento e refaunação, implantação de jardins polinizadores e jardins de chuva e infraestrutura amigável da fauna (como adequação da iluminação urbana, passagens de fauna, redução da emissão de ruídos, entre outros).
O entorno do parque não contempla estruturas de proteção à fauna, como passagens de fauna e redutores de velocidade.	Diagnóstico técnico / participativo	Área de influência		
Faltam medidas de fiscalização e comunicação para prevenir o abandono de animais no parque.	Participativo	Perímetro do parque	R43	Implementar recomendações R13 e R25 junto a uma articulação da gestão do parque com a zoonoses, em relação aos animais abandonados.
Há atividades de caça ilegal dentro do parque.	Participativo	Perímetro do parque	R13	Implementar recomendações R13.
			R25	Implementar recomendações R25.
Falta infraestrutura de serviço de alimentação, uma vez que não há comércio e serviços próximos ao parque.	Diagnóstico técnico / participativo	Perímetro do parque	R44	Avaliar, junto à coordenação e à assessoria jurídica da SVMA, a viabilidade de estabelecer pontos comerciais no parque, priorizando a cessão de espaço para comércios e estabelecimentos do entorno.
O parque tem potencial para atividades de educação ambiental, ainda não exploradas.	Diagnóstico técnico	Área de influência	R45	No contexto do Território-Parque, a partir de parcerias com a Secretaria de Educação, desenvolver atividades de educação ambiental no parque, envolvendo associações do entorno.

Figura 56: Equipe ONU-Habitat com funcionários do Parque Anhanguera e representantes da SVMA



Fonte: Acervo ONU-Habitat

Dentre as recomendações de **gestão** do parque, destaca-se a necessidade de promover ações que possam fomentar a frequência no parque por mulheres e meninas, a partir da diversificação de atividades e priorização das recomendações relacionadas à segurança, como ampliar a vigilância ativa – com presença de vigilantes, atividades que garantam circulação contínua e equipamentos inclusivos que favoreçam a visibilidade mútua – para além do posto administrativo, priorizando áreas com maior incidência criminal e sensação de insegurança. Com o objetivo de aumentar a percepção de segurança, sobretudo de mulheres, é necessário aumentar a representatividade feminina na equipe de segurança.

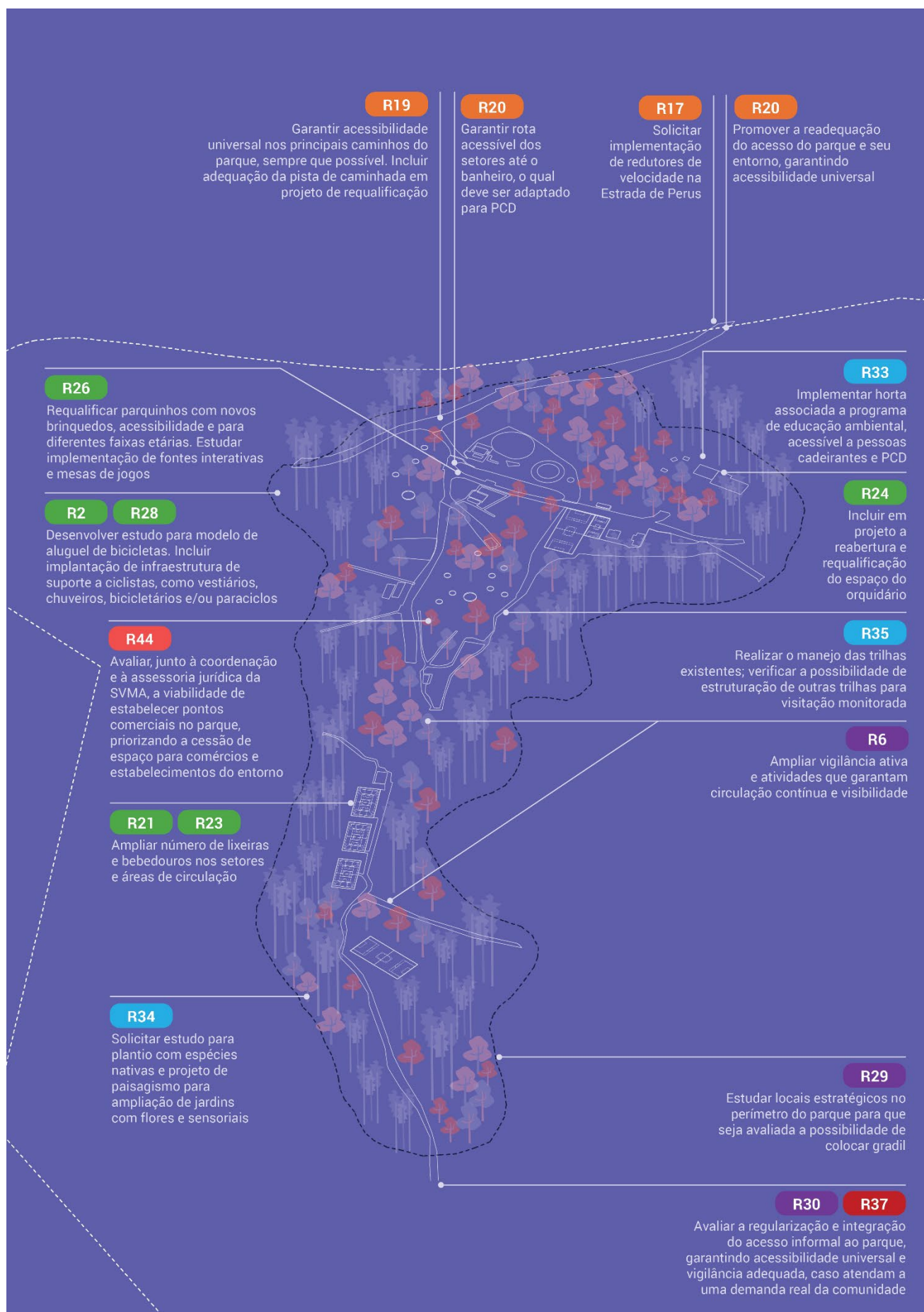
Dada a reduzida frequência de pessoas no parque durante a semana, o aumento no número e frequência de atividades pode ser um fator determinante para a maior utilização do espaço, com destaque para atividades esportivas e de educação ambiental. Também nesse sentido, deve-se promover incentivos para que grupos comunitários possam desenvolver atividades no espaço, inclusive enquanto estratégia de estreitamento do vínculo da gestão com a comunidade.

As recomendações para **projeto de intervenção** se relacionam com a manutenção dos equipamentos existentes incluindo revitalização do orquidário. Como ação vinculada ao eixo de gestão, para diversificação de usos e atividades no parque, a criação de espaço multiuso coberto pode potencializar a realização de ações de viés comunitário no parque. A falta de fechamento em alguns trechos do parque se relaciona diretamente com aspectos de segurança, devendo ser avaliada a possibilidade de fechamento em alguns trechos. Em contrapartida, para garantir a maior aproximação do parque com a comunidade entorno, recomenda-se a criação de uma nova portaria, a sul do parque.

Por último, as recomendações do eixo de **articulação institucional** apontam para diversas ações que devem ser articuladas com outras secretarias e órgãos, sobretudo em intervenções dentro da área de influência do parque. Para isso, é necessário que a área de influência passe a ser também um limite administrativo, além de um limite físico. A exemplo dos Territórios CEUs - programa que visa articular intervenções urbanas baseadas na integração com demais equipamentos públicos de relevância local e regional, buscando a qualificação do espaço livre público no entorno dos CEUs ao formar uma rede de percursos entre os equipamentos- pode-se aplicar o conceito de Território-Parque, sendo, portanto, uma unidade de governança compartilhada e planejamento territorial em escala local com o objetivo de estabelecer uma agenda comum de parcerias, atividades, ações e intervenções.

A criação do território possibilitará o desenvolvimento de recomendações para o estabelecimento de sinergias entre equipamentos públicos e associações comunitárias. Uma das prioridades identificadas para o estabelecimento de parcerias para a promoção de acessibilidade com a diversificação de eixos de transporte público, adequação de passeios e criação de ciclovia entorno ao parque, e implantação de elementos de segurança viária no acesso do parque, sobretudo para pedestres e ciclistas. Também no sentido de diversificar a utilização do parque e dado o afastamento com locais de oferta de comércio e serviços, deve ser avaliada a possibilidade de criação de pontos de comércio no interior do parque, sobretudo do gênero alimentício. Em relação aos atributos naturais, deve ser garantida a integração do parque com as ações do Plano de Manejo do Refúgio da Vida Silvestre do Anhanguera.

Figura 57. Mapa de recomendações do parque Anhanguera



Fonte: Produção própria, ONU-Habitat

5. Conclusão

A Avaliação permitiu estabelecer pontos comuns entre o diagnóstico regional e o diagnóstico específico dos dois parques avaliados na Região Norte. Também houve convergências entre o diagnóstico técnico, representado pelas sete dimensões, com o diagnóstico obtido via processos participativos.

Dentre os elementos desta Avaliação que coincidem o diagnóstico regional apresentando no Item 3.1 Diagnóstico regional- Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo, destacam-se:

Acessibilidade: assim como na Região Norte, ambos os parques avaliados possuem desafios para acesso ao parque, uma vez que as calçadas da área de influência não são acessíveis a pessoas com deficiência e os acessos internos a todos os setores dos parques apresentam problemas de pavimentação e inclinação.

Biodiversidade: os parques estão inseridos em relevante contexto ambiental, com potencial para preservação da Mata Atlântica, manutenção da biodiversidade e contenção da expansão urbana, além da conectividade com as UCs estaduais.

Apropriação social: apesar dos parques possuírem conselho gestor eleito (ao contrário do padrão observado na região), há ausência de representantes da subprefeitura e de secretarias municipais no Parque Anhanguera, além da baixa representação de associações comunitárias em sua composição. No Parque Linear Bananal-Canivete, as reuniões do conselho raramente são realizadas devido à falta de quórum.

Segurança: o vandalismo foi o principal fator de comprometimento à segurança nos parques da Região Norte. O Parque Linear Bananal-Canivete apresentou altos índices de vandalismo, com todos os setores tendo ocorrências registradas. Já o Parque Anhanguera não apresentou registros de atos de vandalismo.

Apesar do diagnóstico regional ser fundamental para o estabelecimento de parâmetros em larga escala, há especificidades que só podem ser identificadas através de avaliações específicas.

O diagnóstico obtido com a aplicação da Avaliação Específica de Espaços Públicos apontou para elementos específicos, sobretudo

relacionados à infraestrutura, que irão resultar em recomendações de gestão e para o desenvolvimento de projeto nos Parques Linear Bananal-Canivete e Anhanguera.

6. Etapas seguintes

A integração das metodologias de *Avaliação de Espaços Públicos da Cidade* (ONU-Habitat, 2024) com a *Avaliação Específica de Espaços Públicos* (UN-Habitat, 2020) permitiu a identificação de tendências regionais na caracterização dos parques municipais e de, posteriormente, aprofundar em aspectos particulares a cada localidade. Ambas as abordagens são fundamentais para a elaboração de estratégias e políticas públicas.

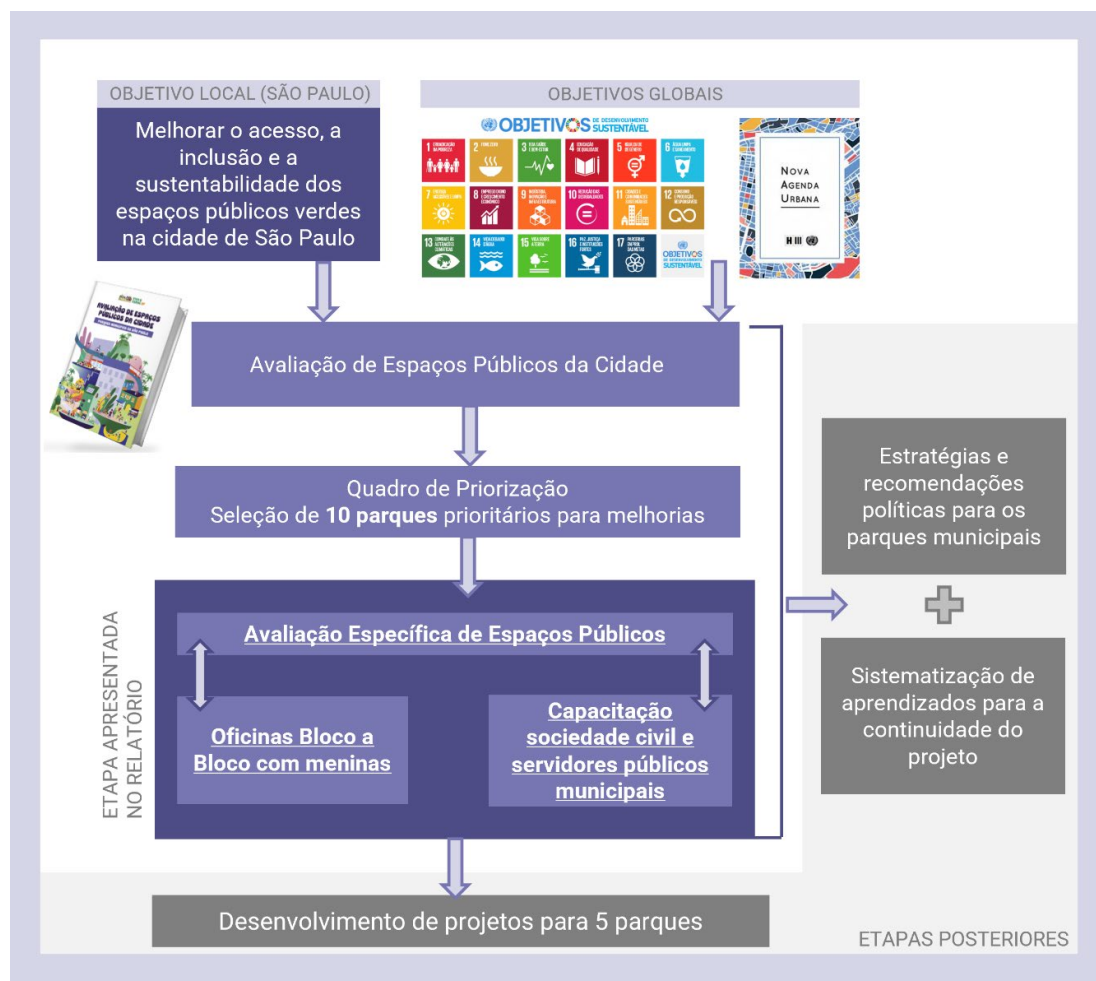
Enquanto a análise em escala regional irá subsidiar a elaboração de estratégias políticas, a análise em escala local orientará a elaboração de projetos urbanísticos para os parques. Junto com os resultados obtidos nos processos participativos conduzidos nesta etapa, fornecerá subsídios para o desenvolvimento de projetos para cinco parques, etapa prevista no cronograma do Viva o Verde SP.

A sistematização das etapas, materiais e métodos aplicados para a condução das Avaliações permitirá ao município aplicar periodicamente a ferramenta para o monitoramento acerca da situação de seus parques. Isso possibilita a continuidade do projeto dentro da esfera municipal.

Dessa forma, as etapas futuras consistem na elaboração de projetos à nível de Estudo Preliminar para cinco dos 10 parques avaliados, paralelamente ao desenvolvimento de estratégias e recomendações políticas, e reporte dos aprendizados coletados.

A relação entre esta *Avaliação Específica de Espaços Públicos* com as demais etapas da iniciativa Viva o Verde está ilustrada no diagrama abaixo.

Figura 58: Relação da Avaliação Específica de Espaços Públicos com demais produtos do Viva o Verde SP



Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

7. Glossário

Área verde: Conjunto de áreas urbanas ou rurais, públicas ou privadas, que apresentam cobertura vegetal, arbórea, arbustiva ou rasteira e que desempenham função ecológica, paisagística e recreativa, são prestadoras de serviços ecossistêmicos e propiciam a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade (SVMA, 2022).

Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2020, p. 2).

Adaptação: Em sistemas humanos, o processo de ajuste ao clima real ou esperado e seus efeitos, a fim de moderar danos ou explorar oportunidades benéficas (IPCC, 2024).

Assentamentos humanos: Conceito integrador que compreende componentes físicos de abrigo e infraestrutura, bem como serviços, como educação, saúde, cultura, bem-estar, lazer e nutrição (PNUD, 2018).

Biodiversidade: Biodiversidade ou diversidade biológica significa a variabilidade entre organismos vivos de todas as fontes, incluindo, entre outras coisas, ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos, bem como os complexos ecológicos dos quais fazem parte; isso inclui a diversidade dentro das espécies, entre espécies e dos ecossistemas (IPCC, 2024).

Caminhabilidade: Medida que avalia a qualidade dos espaços públicos para o deslocamento a pé. Desde a concepção do termo, em 1993, foram desenvolvidas inúmeras metodologias adaptadas ao contexto local para avaliar quão agradáveis, acolhedoras e seguras podem ser as ruas, os bairros e as cidades a partir da perspectiva de uma pessoa que se desloca a pé (SAMPAPÉ!, 2019)

Conforto térmico: Satisfação física, fisiológica e psicológica de um indivíduo com as condições térmicas do ambiente. Os fatores físicos determinam as trocas de calor do corpo com o meio; os fisiológicos referem-se a alterações na resposta fisiológica do organismo e os fatores psicológicos, que são aqueles que se relacionam às diferenças na percepção e na resposta a estímulos sensoriais, frutos da experiência passada e da expectativa do indivíduo (SVMA, 2021)

Corredor Verde: Área destinada a conexão de fragmentos da paisagem, inclusive ao longo dos cursos hídricos, para conservação e recuperação de habitats da fauna e flora e a manutenção da biodiversidade, por meio da preservação e recuperação da cobertura vegetal arbórea e não arbórea (PLANPAVEL, 2022).

Distribuição espacial igualitária: A disposição dos espaços públicos em toda a extensão da cidade. Um sistema bem distribuído e hierarquizado de espaços públicos abertos que podem ser acessados por todos, independentemente de renda, gênero, raça ou condição de deficiência (UN-HABITAT, 2020).

Equidade de gênero: Equivalência nos resultados na vida para mulheres e homens, reconhecendo suas diferentes necessidades e interesses, o que pode exigir uma redistribuição justa de poder, recursos, oportunidades e responsabilidades (BID; CAF; UN-HABITAT, 2020).

Equipamentos públicos: Infraestruturas urbanas destinadas a serviços essenciais, como saneamento, transporte, energia, comunicação, educação, saúde, cultura, assistência social, segurança, esportes, lazer e abastecimento (BRASIL, 2023).

Espaço público: Todos os lugares de propriedade pública ou de uso público, acessíveis e desfrutáveis por todas as pessoas sem necessidade de pagamento e sem fins lucrativos. Isso inclui ruas, espaços abertos e instalações públicas (ONU-Habitat, 2015).

Gênero: Papéis, deveres e responsabilidades atribuídos cultural ou socialmente a mulheres,

homens, meninas e meninos (BID; CAF; UN-HABITAT, 2020).

Igualdade: Envolve a (re)distribuição sistemática dos benefícios do crescimento ou do desenvolvimento, com estruturas legais que garantam “condições de igualdade” e instituições que protejam os direitos dos pobres, das minorias e dos grupos vulneráveis (ONU-Habitat, 2015).

Inclusão: O conceito de inclusão, no planejamento, reconhece que todas as pessoas têm o direito a participar na elaboração do ambiente construído e de se beneficiar do desenvolvimento urbano. Em termos de processo, promove a participação no planejamento e a diversidade de representação. Em termos de resultados, promove o acesso de todas as pessoas a serviços, empregos e oportunidades, e à vida cívica e política da cidade (PNUD, 2018).

Infraestrutura urbana: Conjunto de instalações físicas e serviços essenciais que sustentam o funcionamento das cidades, incluindo sistemas de transporte, abastecimento de água, rede de esgoto, energia elétrica, telecomunicações, entre outros (IBGE, 2021).

Infraestrutura verde-azul: Nome dado ao conjunto de sistemas naturais da cidade, relacionados às áreas verdes e às águas urbanas, integrando funções ambientais, hidráulicas, paisagísticas e sociais. Quando conectadas entre si, como parte de uma rede, essas infraestruturas podem promover a conservação de funções ecossistêmicas, gerando benefícios ao meio ambiente natural e urbano, assim como diversos ganhos sociais (São Paulo, 2022).

Mitigação (das mudanças climáticas): Uma intervenção humana para reduzir emissões ou aumentar os sumidouros de gases de efeito estufa (IPCC, 2024).

Mobilidade urbana: Característica das cidades que engloba elementos que promovem deslocamentos mais qualificados e eficientes, como transporte de alta capacidade, acessibilidade universal, prioridade ao transporte coletivo, terminais intermodais, redes

ciclovias, infraestrutura para bicicletas, comunicação eficiente com usuários, tarifas acessíveis e logística eficiente para transporte de cargas (São Paulo, 2016).

Mobilidade ativa/ modos ativos de deslocamento: Refere-se ao deslocamento de pessoas utilizando modos de transporte não motorizados, como caminhada e bicicleta, com o objetivo de promover um estilo de vida mais saudável e sustentável (ITDP, 2021).

Mudanças climáticas: Mudança do clima: direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altera a composição da atmosfera mundial, e se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis (São Paulo, 2009).

Partes interessadas: Pessoas ou organizações que podem afetar, ser afetadas ou perceber-se afetadas por uma decisão ou atividade (ABNT, 2018).

Papéis de gênero: Atividades, tarefas e responsabilidades consideradas pela sociedade como “naturais” para mulheres ou homens (BID; CAF; UN-Habitat, 2020).

Parque de conservação: Parque dotado de atributos naturais relevantes, podendo ou não comportar estruturas e equipamentos voltados ao lazer e à fruição pública (SVMA, 2022).

Parque linear: Parque associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública (SVMA, 2022).

Parque Natural Municipal: Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo município, correspondente ao Parque Nacional, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, vedado o uso direto dos recursos naturais e permitida a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação

ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SVMA, 2022).

Parque de orla: Parque localizado na orla das represas Billings ou Guarapiranga com funções de preservação das margens, de controle da poluição difusa, de lazer, recreação e prática de esportes náuticos (PLANPAVEL, 2022).

Parque urbano: Parque localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos e de oferecer equipamentos de lazer à população (SVMA, 2022).

Pessoas com deficiência: De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, e a Lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a qual institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual Pessoas afetadas por catástrofes ou pessoas com deficiência ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (PNUD, 2018).

Resiliência: A capacidade de um sistema social ou ecológico de absorver distúrbios, mantendo a mesma estrutura básica e modos de funcionamento, a capacidade de auto-organização e a capacidade de se adaptar ao estresse e mudança, voltando rapidamente ao estado de normalidade (PNUD, 2018).

Áreas de risco ambiental: regiões habitadas com pessoas expostas a desastres naturais, como deslizamentos de terra e inundações (PLANPAVEL, 2022).

Saúde urbana: Efeito das condições urbanas no bem-estar físico, mental e social dos habitantes das cidades, incluindo aspectos ambientais, sociais e comportamentais que determinam a saúde (OMS, 2021).

Serviços ecossistêmicos: Processos ou funções ecológicas que possuem valor

monetário ou não monetário para indivíduos ou para a sociedade em geral. Estes são frequentemente classificados como (1) serviços de suporte, como produtividade ou manutenção da biodiversidade, (2) serviços de provisão, como alimentos ou fibras, (3) serviços de regulação, como regulação do clima ou sequestro de carbono, e (4) serviços culturais, como turismo ou apreciação espiritual e estética (IPCC, 2024).

Soluções Baseadas na Natureza: ações para proteger, conservar, restaurar, utilizar de forma sustentável e gerir ecossistemas naturais ou modificados, que abordam de forma eficaz e adaptativa os desafios sociais, econômicos e ambientais, ao mesmo tempo em que proporcionam bem-estar humano, serviços ecossistêmicos, resiliência e benefícios para a biodiversidade (UNEA, 2022).

Vulnerabilidade: Conjunto de condições físicas, sociais, econômicas e ambientais que aumentam a suscetibilidade de indivíduos, comunidades ou sistemas aos impactos de desastres. Pessoas em situação de pobreza e insegurança são as mais afetadas, enfrentando maior risco de remoção, perda de subsistência e dificuldades na recuperação. (PNUD, 2018).

8. Anexos

Lista de figuras

Figura 1: Caminhada exploratória no Parque Anhanguera	10
Figura 2: Acesso Avaliação Específica de Espaços Públicos: Parques Municipais de São Paulo	13
Figura 3: Agente de coleta de dados fazendo a observação do Parque M'Boi Mirim para a Avaliação dos Espaços Públicos da Cidade	14
Figura 4: Diagrama com descrição das fases da Avaliação Específica de Espaços Públicos	15
Figura 5: Caminhada exploratória feita com meninas no Parque Nascentes do Ribeirão Colônia	16
Figura 6: Definição do perímetro da área de influência dos parques	17
Figura 7: Exemplo de representação dos setores no Parque Linear Sapé	18
Figura 8: Grupos alvos participantes da Avaliação Específica de Espaços Públicos	19
Figura 9: Painel feito junto às mulheres lideranças que participaram da capacitação "Metodologias ONU-Habitat"	20
Figura 10: Imagem do parque Bananal-Canivete	23
Figura 11: Ailton Cabral da Silva, 68 anos, trabalhador do Parque Bananal-Canivete	24
Figura 12: Mapa de localização do Parque Linear Bananal - Canivete em relação ao município e região	26
Figura 13: Imagem do Parque Linear Bananal - Canivete	27
Figura 14: Pessoas participantes da oficina bloco a bloco do Parque Linear Bananal-Canivete	28
Figura 15: Meninas adolescentes elaborando sua proposta para o Parque Linear Bananal - Canivete	28
Figura 16: Pessoas funcionárias da PMSP no Parque Linear Bananal-Canivete utilizando a ferramenta de observação para a Avaliação	29
Figura 17: Mapeamentos das partes interessadas do Parque Linear Bananal-Canivete, a partir das perspectivas das lideranças femininas participantes da Avaliação	30
Figura 18: Nuvem de palavras dos sentimentos suscitados pelo parque para as participantes da caminhada exploratória	31
Figura 19: Principais problemas e potencialidades expressados pelas pessoas participantes da Avaliação	32
Figura 20: Oficina no Parque Linear Bananal - Canivete	33
Figura 21: Tipologia urbana predominante	34
Figura 22: Imagem do Parque Bananal-Canivete	41
Figura 23: Localização dos setores do Parque Linear Bananal-Canivete	43
Figura 24: Imagem do setor infantil do Parque Bananal-Canivete	45
Figura 25: Distribuição dos elementos de insegurança e vigilância no parque	49
Figura 26: Locais com descarte irregular de lixo identificado	51
Figura 27: Imagem do Parque Bananal-Canivete	53
Figura 28: Corredores verdes e ecológicos no entorno do parque	56
Figura 29 - Estratégias de mitigação no Parque Linear Bananal-Canivete	58
Figura 30: Vegetação significativa presente no parque	61
Figura 31. Equipe ONU-Habitat junto aos trabalhadores do Parque Bananal-Canivete	73
Figura 32. Mapa de recomendações do parque Bananal-Canivete	75
Figura 33: Imagem do parque Anhanguera	76
Figura 34. Isabelly de Assis Antônio Alves, 13 anos, estudante do 7º ano da EMEF CEU Perus	77
Figura 35: Mapa de localização do Parque Anhanguera em relação ao município e região	79
Figura 36: Imagem do Parque Anhanguera	80
Figura 37. Pessoas funcionárias da PMSP no Parque Anhanguera utilizando a ferramenta de observação para a Avaliação	81
Figura 38. Pessoas participantes da oficina bloco a bloco do Parque Anhanguera	81

Figura 39: Meninas adolescentes explicando sua proposta para o Parque Anhanguera às lideranças femininas e funcionário da PMSP	82
Figura 40. Mapeamentos das partes interessadas do Parque Anhanguera, a partir das perspectivas das lideranças femininas participantes da Avaliação	83
Figura 41. Nuvem de palavras dos sentimentos suscitados pelo parque para as participantes da caminhada exploratória	84
Figura 42. Principais problemas e potencialidades expressados pelas pessoas participantes da Avaliação	85
Figura 43: Oficina no Parque Anhanguera	86
Figura 44: Ilustração do acesso do Parque Anhanguera	92
Figura 45: Localização dos setores do Parque Anhanguera	95
Figura 46: Imagem de espaço para crianças e bebês do Parque Anhanguera	97
Figura 47: Imagem do Parque Anhanguera	99
Figura 48: Distribuição dos elementos de insegurança e vigilância no parque	101
Figura 49: Corredores verdes e ecológicos no entorno do parque.....	106
Figura 50 – Estratégias de mitigação no Parque Anhanguera	108
Figura 51: Localização das estratégias sustentáveis adotadas	108
Figura 52: Vegetação significativa presente no parque.....	109
Figura 53: Imagem aérea do Parque Anhanguera	111
Figura 54: Localização do ponto de leitura no parque	112
Figura 55: Registro do gestor do Parque Anhanguera atendendo a um ciclista	115
Figura 56: Equipe ONU-Habitat com funcionários do Parque Anhanguera e representantes da SVMA	123
Figura 57. Mapa de recomendações do parque Anhanguera	125
Figura 58: Relação da Avaliação Específica de Espaços Públicos com demais produtos do Viva o Verde SP	127

Lista de mapas

Mapa 1: Localização dos parques objeto da Avaliação Específica de Espaços Públicos.....	12
Mapa 2: Núcleos urbanos informais na área de influência.....	35
Mapa 3: Mapa de identificação dos modelos de deslocamento	39
Mapa 4: Registro de ocorrências desagregado por tipo.....	47
Mapa 5: Parques, áreas verdes e drenagem das bacias do Ribeirão São Miguel e Córrego Santa Fé ..	55
Mapa 6: Potencial de conectividade do Parque Linear Bananal-Canivete	57
Mapa 7: Áreas de risco geológico e hidrológico no parque e área de influência	59
Mapa 8: Equipamentos públicos da área de influência do Parque Bananal-Canivete.....	63
Mapa 9: Mapa de identificação dos modelos de deslocamento	90
Mapa 10: Parques, áreas verdes e drenagem das bacias do Ribeirão São Miguel e Córrego Santa Fé	105
Mapa 11: Potencial de conectividade do Parque Anhanguera	107

Lista de gráficos

Gráfico 1: Faixa etária das pessoas na área de influência.....	36
Gráfico 2: Gênero das pessoas na área de influência	36
Gráfico 3: Perfil de cor ou raça das pessoas na área de influência.....	36
Gráfico 4: Perfil de renda das pessoas na área de influência	36
Gráfico 5: Faixa etária das pessoas que frequentam o parque.....	37
Gráfico 6: Gênero das pessoas que frequentam o parque	37
Gráfico 7: Gênero das pessoas que frequentam o parque	37
Gráfico 8: meio de locomoção das pessoas usuárias do parque	38
Gráfico 9: Acessibilidade nos setores do parque	40
Gráfico 10: Percepção de acessibilidade pelo público	40
Gráfico 11: Caracterização da sinalização no parque	42
Gráfico 12: Nível de segurança percebido pela comunidade por gênero.....	48
Gráfico 13: Percepção da qualidade sonora pelas pessoas que frequentam o parque.....	50
Gráfico 14: Percepção da existência de descarte irregular de lixo pelas pessoas que frequentam o parque.....	50
Gráfico 15: Reputação do parque por gênero.....	52
Gráfico 16: Recomendação do parque por gênero	52
Gráfico 17: Faixa etária das pessoas que frequentam o parque.....	87
Gráfico 18: Gênero das pessoas que frequentam o parque.....	87
Gráfico 19: Perfil de cor ou raça das pessoas que frequentam o parque.....	88
Gráfico 20: meio de locomoção das pessoas usuárias do parque	89
Gráfico 21: Acessibilidade nos setores do parque	91
Gráfico 22: Percepção de acessibilidade pelo público	91
Gráfico 23: Caracterização da sinalização no parque.....	93
Gráfico 24: Nível de segurança percebido pela comunidade por gênero.....	98
Gráfico 25: Percepção da qualidade sonora pelas pessoas que frequentam o parque.....	102
Gráfico 26: Percepção da existência de descarte irregular de lixo pelas pessoas que frequentam o parque.....	102
Gráfico 27: Reputação do parque por gênero.....	103
Gráfico 28: Recomendação do parque por gênero	103

Quadro de Priorização

Parque	Subprefeitura	Categoria	Região	Nota	Prioridade
1. Zilda Arns Neumann	Sapopemba	Linear	Leste	1.78	Muito alta
2. Vila do Rodeio	Cidade Tiradentes	Urbano	Leste	2.08	Muito alta
3. Sapopemba	São Mateus	Urbano	Leste	2.14	Muito alta
4. Sete Campos	Cidade Ademar	Urbano	Sul	2.3	Muito alta
5. Córrego Água Vermelha	Itaim Paulista	Linear	Leste	2.47	Muito alta
6. Sape	Butantã	Linear	Centro-Oeste	2.5	Muito alta
7. Raposo Tavares	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	2.56	Muito alta
8. Bananal - Canivete	Freguesia do O/Brasilândia	Linear	Norte	2.61	Muito alta
9. Consciência Negra	Cidade Tiradentes	Urbano	Leste	2.64	Muito alta
10. Anhanguera	Perus	Urbano	Norte	2.68	Muito alta
11. Itaim Paulista	Itaim Paulista	Linear	Leste	2.69	Muito alta
12. Nascentes do Ribeirão Colônia	Parelheiros	Urbano	Sul	2.69	Muito alta
13. São Domingos	Pirituba/Jaraguá	Urbano	Norte	2.69	Muito alta
14. Santa Amélia	Itaim Paulista	Urbano	Leste	2.85	Muito alta
15. Guanhembu	Capela do Socorro	Urbano	Sul	2.9	Muito alta
16. Ciência	Cidade Tiradentes	Urbano	Leste	2.94	Muito alta
17. Jardim Prainha	Capela do Socorro	Orla	Sul	3.03	Muito alta
18. Nove de Julho	Capela do Socorro	Orla	Sul	3.03	Muito alta
19. Ribeirão Caulim	Parelheiros	Linear	Sul	3.03	Muito alta
20. Chico Mendes	Itaim Paulista	Urbano	Leste	3.04	Alta
21. Águas	Itaim Paulista	Urbano	Leste	3.11	Alta
22. Parelheiros	Parelheiros	Linear	Sul	3.16	Alta
23. Aricanduva - Viaduto Badra	Aricanduva/ Formosa/Carrão	Linear	Leste	3.18	Alta
24. Jardim da Conquista	São Mateus	Urbano	Leste	3.2	Alta
25. Jardim Sapopemba - Maria de Fátima Diniz Carrera	São Mateus	Urbano	Leste	3.22	Alta
26. Piqueri	Mooca	Urbano	Leste	3.27	Alta
27. Mongaguá - Francisco Menegolo	Ermelino Matarazzo	Linear	Leste	3.32	Alta
28. Luz	Sé	Urbano	Centro-Oeste	3.34	Alta
29. Guarapiranga	M'boi Mirim	Orla	Sul	3.35	Alta
30. Paraisópolis	Campo Limpo	Urbano	Sul	3.35	Alta
31. Ribeirão Oratório	Sapopemba	Linear	Leste	3.36	Alta
32. Ipiranguinha	Aricanduva/Formosa/Carrão	Linear	Leste	3.41	Alta

33. Tatuapé	Mooca	Urbano	Leste	3.49	Alta
34. M'boi Mirim	M'boi Mirim	Urbano	Sul	3.54	Alta
35. Casa Modernista	Vila Mariana	Urbano	Sul	3.62	Alta
36. Vila dos Remédios	Lapa	Urbano	Centro-Oeste	3.67	Alta
37. Jardim Herculano	M'boi Mirim	Urbano	Sul	3.7	Alta
38. Sena	Jaçanã/Tremembé	Urbano	Norte	3.7	Alta
39. Tiquatira - Engenheiro Werner Zulauf	Penha	Linear	Leste	3.7	Alta
40. Ribeirão Cocaia - Op. Brasil	Cap. do Socorro	Linear	Sul	3.76	Média
41. Castelo (Orla do Guarapiranga)	Capela do Socorro	Orla	Sul	3.82	Média
42. Raul Seixas	Itaquera	Urbano	Leste	3.88	Média
43. Lina e Paulo Raia	Jabaquara	Urbano	Sul	3.89	Média
44. Nabuco	Jabaquara	Urbano	Sul	3.93	Média
45. Tenente Siqueira Campos - Trianon	Pinheiros	Urbano	Centro-Oeste	4.03	Média
46. Eucaliptos	Campo Limpo	Urbano	Sul	4.07	Média
47. Central do Itaim Paulista	Itaim Paulista	Urbano	Leste	4.1	Média
48. Ribeirão Cocaia - Chácara Tanay	Capela do Socorro	Linear	Sul	4.18	Média
49. Guabirobeira	São Mateus	Urbano	Leste	4.21	Média
50. Jardim Felicidade	Pirituba/Jaraguá	Urbano	Norte	4.21	Média
51. Juliana de Carvalho Torres - COHAB Raposo Tavares	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	4.22	Média
52. Praia de São Paulo - Praia do Sol	Capela do Socorro	Orla	Sul	4.23	Média
53. São José	Capela do Socorro	Orla	Sul	4.26	Média
54. Ecológico Profa Lydia Natalizio Diogo	Vila Prudente	Urbano	Leste	4.27	Média
55. Rio Verde	Itaquera	Linear	Leste	4.33	Média
56. Previdência	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	4.34	Média
57. Cidade de Toronto	Pirituba/Jaraguá	Urbano	Norte	4.39	Baixa
58. Guaratiba	Guaianases	Linear	Leste	4.39	Baixa
59. Lions Club Tucuruvi	Santana/Tucuruvi	Urbano	Norte	4.43	Baixa
60. Santo Dias	Campo Limpo	Urbano	Sul	4.47	Baixa
61. Chácara do Jockey	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	4.49	Baixa
62. Trote/Vila Guilherme ²	Vila Maria/Vila Guilherme	Urbano	Norte	4.49	Baixa
63. Ermelino Matarazzo - Dom Paulo Evaristo Arns	Ermelino Matarazzo	Urbano	Leste	4.53	Baixa
64. Shangrilá	Capela do Socorro	Urbano	Sul	4.54	Baixa
65. Chuvisco - Paulo Nogueira Neto	Santo Amaro	Urbano	Sul	4.58	Baixa

66. Severo Gomes	Santo Amaro	Urbano	Sul	4.64	Baixa
67. Benemérito José Brás	Mooca	Urbano	Leste	4.65	Baixa
68. Cantinho do Céu - Adolfo Duarte 'Ferruge'	Capela do Socorro	Linear	Sul	4.76	Baixa
69. Prefeito Mário Covas	Pinheiros	Urbano	Centro-Oeste	4.76	Baixa
70. Zilda Natel	Lapa	Urbano	Centro-Oeste	4.83	Baixa
71. Barragem de Guarapiranga	Cap. do Socorro	Orla	Sul	4.84	Baixa
72. Córrego Rapadura	Aricanduva/ Formosa/Carrão	Linear	Leste	4.86	Baixa
73. Senhor do Vale	Pirituba/Jaraguá	Urbano	Norte	4.87	Baixa
74. Buenos Aires	Sé	Urbano	Centro-Oeste	4.91	Baixa
75. Nebulosas	São Mateus	Urbano	Leste	4.98	Baixa
76. Colina de São Francisco	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	4.99	Muito baixa
77. Cordeiro - Martin Luther King	Santo Amaro	Urbano	Sul	5.06	Muito baixa
78. Vila Silvia - Izaías Wingter	Penha	Urbano	Leste	5.12	Muito baixa
79. Carmo - Olavo Egídio Setubal	Itaquera	Urbano	Leste	5.16	Muito baixa
80. Chácara das Flores	Itaim Paulista	Urbano	Leste	5.17	Muito baixa
81. Luiz Carlos Prestes	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	5.18	Muito baixa
82. Augusta Pref. Bruno Covas	Sé	Urbano	Centro-Oeste	5.21	Muito baixa
83. Aclimação	Sé	Urbano	Centro-Oeste	5.27	Muito baixa
84. Nair Bello	Itaquera	Linear	Leste	5.29	Muito baixa
85. Jacinto Alberto	Pirituba/Jaraguá	Urbano	Norte	5.44	Muito baixa
86. Alto da Boa Vista	Santo Amaro	Urbano	Sul	5.5	Muito baixa
87. Burle Marx	Campo Limpo	Urbano	Sul	5.52	Muito baixa
88. Lajeado - Izaura Pereira de Souza Franzolin	Guaianases	Urbano	Leste	5.55	Muito baixa
89. Alfredo Volpi	Butantã	Urbano	Centro-Oeste	5.58	Muito baixa
90. Ibirapuera	Vila Mariana	Urbano	Sul	5.63	Muito baixa
91. Tenente Brigadeiro Roberto Faria Lima	Vila Maria/Vila Guilherme	Urbano	Norte	5.8	Muito baixa
92. Jardim das Perdizes	Lapa	Urbano	Centro-Oeste	6.2	Muito baixa
93. Independência	Ipiranga	Urbano	Sul	6.41	Muito baixa
94. Povo - Mário Pimenta Camargo	Pinheiros	Urbano	Centro-Oeste	6.87	Muito baixa

9 Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS -ABNT. **NBR ISO 31000:2018 - Gestão de riscos – Diretrizes**. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. **O que são equipamentos públicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacaode-areas-urbanas/5-o-que-sao-equipamentos>. Publicado em 2023. Acesso em: 15 jan. 2025.

CIOCOLETTO, A. et al. Urbanismo feminista: por una transformación radical **de los espacios de vida**. Primera edición ed. Barcelona: Virus, 2019.

FUNDAÇÃO ARON BIRMANN. **Indicador de Parques de São Paulo**. São Paulo, 2022.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2021. **Infraestrutura urbana**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO (ITDP). 2021. **Mobilidade ativa**. Disponível em: <https://www.itdp.org/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

INSTITUTO SEMEIA. **Diálogos com a Sociedade: contribuições para fomentar a participação social em projetos de parcerias em parques**. São Paulo: Instituto Semeia, 2023. Disponível em: <https://semeia.org.br/biblioteca/publicacoes/dialogos-com-a-sociedade/>. Acesso em 02 fev. 2025.

INSTITUTO SEMEIA. **Parques Tamanho Família: um novo olhar sobre a infância nas unidades de conservação do Brasil**. São Paulo: Instituto Semeia, 2021. Disponível em: <https://semeia.org.br/biblioteca/publicacoes/parques-tamanho-familia-um-novo-olhar-sobre-a-infancia-nas-unidades-de-conservacao-do-brasil-2021/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Glossary**. Disponível em: <https://apps.ipcc.ch/glossary/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MEA. **Avaliação do Ecossistema do Milênio - Ecossistemas e bem-estar humano: síntese**. Washington, D.C.: Island Press, 2005.

NAGANO, W.; GONÇALVES, F. A experiência paulistana em parques lineares. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 42, p. 99–115, 2018.

PLETSCH, M. *et al.* Potencialidades científica, educacional e lúdica dos registros geológicos presentes no Parque Municipal Anhanguera, São Paulo, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 51, p. 189-214, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/5995>. Acesso em: 05 fev. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT). **Relatório de Avaliação de Espaços Públicos da Cidade: Parques Municipais de São Paulo**. São Paulo: ONU-Habitat, 2024. Disponível em: <https://onu-habitat.org/index.php/avaliacao-de-espacos-publicos-da-cidade-parques-municipais-de-sao-paulo>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Glossário ODS 11**. 2018. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/glossario-ods-11>. Acesso em: 15 jan. 2025.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2023**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/>. Acesso em: 05 fev. 2025

SAMPAPÉ!. **Índice técnico de caminhabilidade sensível a gênero**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: https://issuu.com/sampape/docs/20191025_curitiba_apostila_ic. Acesso em: 11 mar. 2024.

SÃO PAULO (Cidade). **GeoSampa: Mapa Digital da Cidade de São Paulo**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/SBC.aspx#>. Acesso em: 05 fev. 2025.

_____. Lei Municipal nº 16.402. Atualizada pela Lei nº 18.081 de 19 de janeiro de 2024. **Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação no Município de São Paulo – LPUOS**.

_____. Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009. **Institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo**.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Anhanguera**. SVMA, 2024a. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/parques/regiao_norte/5730. Acesso em 05 fev. 2025.

_____. Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras / Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (Organizador). **Caderno de bacia hidrográfica: bacia do córrego Cabuçu de Baixo**. São Paulo: SIURB/FCTH, 2016.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Perímetros de Ação – Perus/Anhanguera**. São Paulo, 2020

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Guia dos parques municipais de São Paulo - Flora e vegetação**. SVMA, 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/FloraVegeta%C3%A7ao.pdf. Acesso em 10 jan. 2025

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente / Coordenação de Planejamento Ambiental. **Índice BIOSAMPA 2022: 23 indicadores da biodiversidade paulistana, serviços ecossistêmicos e governança relacionada**. Coordenação: SANTOS, Rodrigo Martins dos; OLIVEIRA, Patricia do Prado. São Paulo: SVMA, 2023.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente / Coordenação de Planejamento Ambiental. **Índice BIOSAMPA 2023: 28 indicadores da biodiversidade paulistana, serviços ecossistêmicos e governança relacionada**. Coordenação: SANTOS, Rodrigo Martins dos; OLIVEIRA, Patricia do Prado; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. São Paulo: SVMA, 2024a.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo**. SVMA, 2024. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/documents/d/meio_ambiente/inventario-da-fauna-silvestre-sp-2024-xlsx. Acesso em 30 jan. 2025.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Linear Bananal - Canivete**. SVMA, 2024b. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/parques/regiao_norte/24040. Acesso em 05 fev. 2025.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Parque Linear Canivete – Estratégia de Requalificação Urbana do Jardim Damasceno**. SVMA, 2022c. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Canivete_R02.pdf. Acesso em 17 fev. 2025.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Plano de manejo [livro eletrônico]: refúgio de vida silvestre Anhanguera: volume I**. Coordenação: Priscilla Moreira Argentin. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo; Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2024c. (IPT Publicação; 3064). Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Volume%20I%20%E2%80%93%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20e%20Conte%C3%BAdo%20metodol%C3%B3gico%20.pdf. Acesso em 05 fev. 2025.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Plano de manejo [livro eletrônico]: refúgio de vida silvestre Anhanguera: resumo executivo**. Coordenação: Priscilla Moreira Argentin. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo; Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2024d. (IPT Publicação; 3064). Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Volume%20I%20%E2%80%93%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20e%20Conte%C3%BAdo%20metodol%C3%B3gico%20.pdf. Acesso em 11 fev. 2025.

_____. Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Atualizada pela Lei nº 17.968, de 20 de junho de 2023. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo – PDE**.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL)**. São Paulo: SVMA, 2022b.

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Município de São Paulo**. São Paulo, SVMA, 2017.

SÃO PAULO (Estado). **Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo - Mapa da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo**. São Paulo, 2023b. Disponível em: Memórias do Instituto Florestal (infraestruturameioambiente.sp.gov.br) [zoneamento_rbcv_2019.pdf](#) (windows.net). Acesso em: 11 fev. 2025.

THE WORLD BANK. Poverty and Inequality Platform- PIP. Disponível em: <https://pip.worldbank.org/home> . Acesso em 02 fev 2025.